

# ***Programa de candidatura Manuel Maria Carrilho***

***MUDAR LISBOA!***




***PS***



# LISBOA COM GOVERNO E COM FUTURO

## PROJECTO ESTRATÉGICO DA CANDIDATURA DE MANUEL MARIA CARRILHO

- Apresentação
  - Estratégia Lisboa Capital Criativa
  - A Câmara ao Serviço da Cidade
  - Mais Coesão, Mais Bem-Estar Para Todos
  - Cidade Planeada, com Memória e com Futuro
- 

**MUDAR LISBOA!**



**PS**



## Apresentação

O programa que agora vos apresento traduz a consolidação das ideias que foram expostas à cidade durante estes últimos cinco meses.

Tudo começou em Maio, com as Jornadas “Um projecto para Lisboa”, onde durante dois dias por semana, se debateu, tematicamente, a cidade: primeiro a nova prioridade que introduzimos no debate municipal, “A Criança, a Cidade e a Escola”, depois, sucessivamente “O Urbanismo e a Qualidade de Vida”, seguidamente a “Solidariedade”, “Cultura e Património”, a “Competitividade”, a “Participação e Cidadania”, concluindo esta série com uma sessão sobre “Lisboa, Portugal e o Mundo”.

Foram sessões de trabalho de grande valor e fecundidade em que no seu conjunto participaram cerca de cinco centenas de especialistas de diversas áreas, e que nos habilitaram a apresentar nos inícios de Junho uma primeira declaração programática da nossa candidatura.

Isso foi feito a 7 de Junho, num documento muito substancial, onde já apresentávamos o essencial da nossa visão de Lisboa, nomeadamente as nossas políticas no domínio do urbanismo, do ambiente, da mobilidade, da segurança ou da solidariedade.

Mas também a nossa visão de um novo horizonte para Lisboa como capital criativa, assente no potencial que o legado da memória, o trabalho da inovação e os caminhos da imaginação, hoje permitem pensar como a base de uma nova ambição para Lisboa – ser uma das mais dinâmicas cidades criativas da Europa.

Desde Julho até Setembro, foram múltiplas as sessões sectoriais (reforma administrativa, política para a juventude, idosos, segurança, etc.) que fizemos, sempre com a divulgação de pequenos documentos de apoio.

Essas medidas foram muito discutidas pela cidade, o que faz do nosso programa, agora que chegamos ao termo do seu processo de elaboração, o programa mais participado entre todos os que foram apresentados.

Este documento não é, nem pretende ser, um documento exaustivo; ele assume-se como um documento estratégico de prioridades políticas, sendo definida em cada uma delas uma linha de actuação e medidas concretas. O fio condutor que o atravessa resulta da aplicação, em todos os módulos, de cinco princípios fundamentais: transparência da gestão, responsabilidade do executivo, participação de todos, eficácia na utilização dos bens públicos e coerência e previsibilidade das políticas adoptadas.

Apresentamos o nosso programa em torno das nossas quatro prioridades para os próximos quatro anos: em primeiro lugar, a de fazer de Lisboa uma cidade criativa, que aposte nas indústrias do futuro, que mais potencial têm para contribuírem decisivamente para criar empresas e emprego, trazer de novo jovens para a cidade, reabilitar o tecido urbano de uma forma coerente e projectar Lisboa no mundo lusófono, ibérico, europeu e internacional.

Seguidamente, como segunda prioridade, apresentamos a nossa perspectiva sobre o modo de pôr a Câmara ao serviço da Cidade, que garanta a acessibilidade do munícipe, a transparência de todos os procedimentos e a eficácia da sua acção.

A criação do “Portal do Munícipe”, do acesso generalizado sem fios à Internet, são algumas das apostas neste domínio, que propõe que se avance com um projecto informático de gestão de recursos humanos, o desenvolvimento de um “Portal Colaborativo” interno, a implementação de um projecto de e-learning como base de constante formação interna, uma plataforma de compras electrónicas, um Centro de Contacto que seja de efectivo e eficaz atendimento ao Munícipe.

A nossa terceira prioridade é a de “mais coesão e bem-estar para todos”. Lisboa enfrenta graves problemas sociais e precisa, para os resolver, de assumir três condições: em primeiro lugar convicções claras nesta matéria e uma estratégia para executar uma política inclusiva e solidária; distinguir bem a escala dos problemas e dos desafios que se colocam; apostar na prevenção e na resolução dos problemas sociais, mas também maximizar os recursos para agarrar os desafios e fazer mudar Lisboa.

Os problemas de uma cidade exigem sempre respostas integradas. No contexto desta prioridade, essas respostas são aprofundadas no nosso Programa Integrado de Garantias Sociais, cujos sete eixos principais acolhem o envelhecimento e a velhice; a escola, a infância e a juventude; o problema das dependências; a questão da igualdade; a temática da tolerância e do multiculturalismo; as práticas e os comportamentos saudáveis e, por fim, a temática da protecção e da segurança.

A quarta prioridade é a da cidade planeada, com memórias e com futuro. Ela inspira-se nos princípios de um urbanismo virado para o séc. XXI, isto é, visto numa perspectiva exigente sobre a articulação dos aspectos ambientais, sociais, arquitectónicos e económicos, que presta uma grande atenção à linguagem urbana, que se compromete com uma gestão racional e equilibrada dos recursos

e se preocupa com o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade por parte do executivo autárquico e com a participação por parte dos cidadãos, tudo isto concebido como chave de um novo modo de viver a cidade e recentrar Lisboa. Recuperar o rio, revitalizar os bairros, qualificar a periferia, consolidar a estrutura ecológica e afirmar a capitalidade de Lisboa, eis os principais eixos desta prioridade, decisiva para mudar Lisboa.

São estas as nossas grandes prioridades para os próximos quatro anos que nos propomos executar seguindo a regra de ouro que consiste em servir a cidade, e não em servir-se dela, garantindo a transparência a todos os níveis da gestão municipal e dando sempre prioridade aos problemas das pessoas e da comunidade.

Os problemas da cidade são conhecidos. Os diagnósticos estão, uma vez mais, feitos. A urgência, hoje, é a de agir, a acção tem que ser o imperativo político do próximo executivo municipal.

Foi para isso que trabalhámos e nos preparámos; com este programa, com uma grande equipa e com o sonho de finalmente mudar Lisboa.

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, connected strokes. The signature is centered on the page.

Manuel Maria Carrilho



QUATRO PRIORIDADES PARA QUATRO ANOS

# Estratégia Lisboa Capital Criativa

## Visão

Lisboa deve ser o rosto de Portugal no mundo, o motor do desenvolvimento nacional, o propulsor do crescimento económico do país, o padrão da qualidade de vida, o exemplo de integração social e a montra da nossa excelência e cidadania. O novo paradigma de Lisboa capital deve ser um em que Lisboa cresça rapidamente e seja mais produtiva e criativa, produza mais riqueza, crie mais emprego, fertilize mais conhecimento, fazendo de Portugal um país mais forte, mais rico e mais justo.

Há que combater a estagnação da Cidade, criando novas actividades e gerando novas ideias que tragam novos habitantes e investimento e, ao mesmo tempo, tornem a cidade mais humana e amena, com vista ao objectivo central de melhorar de forma sustentada a qualidade de vida dos cidadãos.

No contexto da economia do conhecimento, o capital humano é o principal factor de progresso e criador de riqueza e só através do conhecimento, a que a criatividade e inovação acrescentam valor e tornam progressivamente mais útil, se consegue garantir o crescimento e desenvolvimento de uma sociedade.

Neste contexto a Cidade ganha nova proeminência. Enquanto resposta social à necessidade de concentração de conhecimento e recursos, as cidades são os grandes repositórios de capital humano e de talento.

As indústrias criativas têm hoje, de acordo com dados da OCDE, um crescimento duas vezes superior ao sector dos serviços e quatro vezes superior ao da indústria. Em Inglaterra empregam já 1,9 milhões de pessoas e nos Estados Unidos, são responsáveis pela geração de riqueza no valor de 360,000 milhões de dólares, ultrapassando os sectores agrícolas ou da indústria automóvel.

Por força da Agenda de Lisboa, o nome da Capital Portuguesa está hoje associado à intenção da União Europeia em tornar-se a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de criar crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos e maior coesão social.

Deve ser também esta a ambição de Lisboa – tornar-se, por vontade, energia e imaginação dos seus habitantes e em particular dos seus jovens, numa outra cidade, na fronteira do conhecimento, que se projecte no país e na Europa, no espaço da Lusofonia e no Mundo, com outros meios e outra ambição.

Propomo-nos ganhar o desafio de dotar Lisboa de mecanismos sustentáveis de crescimento económico e humano, que permitam a todos os cidadãos atingir o seu potencial máximo, fazendo da Cidade de Lisboa uma cidade atractiva e competitiva ao nível nacional, europeu e mundial.



Lisboa tem condições excepcionais para ser uma cidade receptora de talento, seja artístico, literário, científico ou tecnológico. Queremos colocar Lisboa entre as cidades mais criativas da Europa.

## **Objectivos**

É neste contexto que propomos a implementação da Estratégia Capital Criativa, uma estratégia de afirmação de Lisboa no contexto nacional e internacional, que articula a Educação, a Ciência, a Economia, o Turismo, a Cultura, a reabilitação do património e o multiculturalismo da Cidade, através da criação e atracção de competências necessárias à Cidade na Economia do Conhecimento, como o Talento, a Criatividade e a Inovação.

Tem por objectivos centrais:

- O relançamento da imagem de Lisboa enquanto cidade atractiva, cosmopolita e competitiva, no contexto da Economia do Conhecimento;
- Criação de competências que sejam garante do desenvolvimento e sustentabilidade de Lisboa;
- Retenção e captação de talento nacional e internacional e criação de condições para a maximização do seu potencial humano e económico;
- A regeneração e revitalização urbana com recuperação de edifícios e instalação de actividades dinâmicas e produtivas, que contribuam para a animação da Cidade.

## **Programa de acção**

A Estratégia Capital Criativa consiste na aposta a médio e longo prazo nas indústrias criativas, nas ciências e na tecnologia, através da constituição de uma estrutura de criatividade e inovação que permita a geração sustentável de riqueza e emprego e a projecção nacional e internacional de Lisboa como cidade do conhecimento, criativa e cosmopolita.

A estratégia desenvolve-se em torno dos “Caminhos da Criatividade”, três grandes linhas de acção que correspondem simultaneamente a três eixos traçados sobre Lisboa, sobrepondo o mapa do conhecimento ao mapa da Cidade.

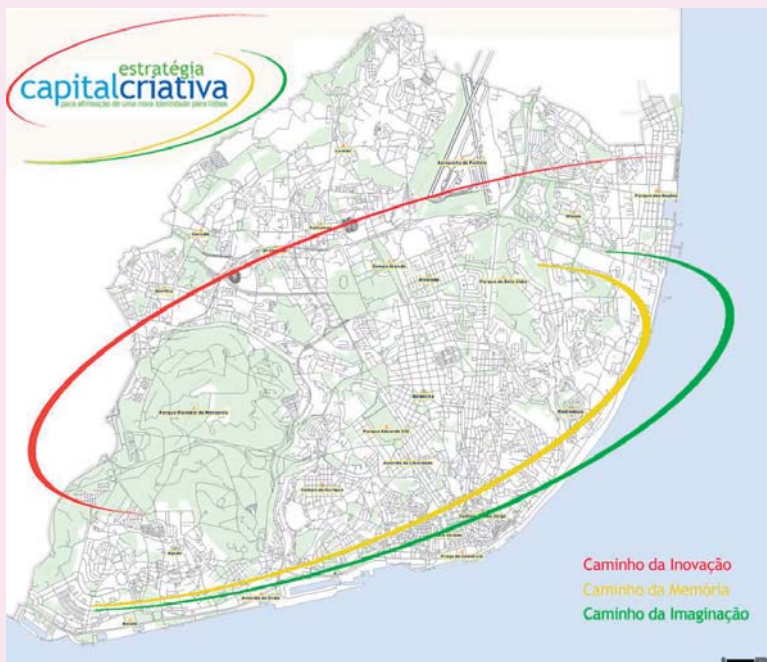
São eixos integradores que ligam conjuntos de instituições para as quais se pretende desenvolver visões e estratégias articuladas, sublinhando as intersecções e relações entre as diversas formas de expressão criativa: o “Caminho da Imaginação”, o “Caminho da Inovação”, e o “Caminho da Memória”.

A articulação dos vários “Caminhos” e a sua integração na Cidade podem ser garantidas por uma **Agência Capital Criativa**, uma estrutura que propomos

criar em modelo jurídico e organizativo ainda a definir, e que deverá actuar na defesa e promoção das indústrias criativas, ciência e tecnologia, nomeadamente através do apoio à gestão e formação dada aos projectos em fase de arranque. Essa estrutura poderá resultar de uma aglutinação de outras estruturas pré-existentes ou, alternativamente, poderá ser uma nova entidade que venha a receber recursos e meios de outras que poderão ser desactivadas, total ou parcialmente. A Agência deverá ser dotada de recursos e parceiros que permitam intervir – com qualidade e eficácia – nos mais variados eixos essenciais da Estratégia Capital Criativa, mas também, designadamente, ao nível:

- Da modernização do pequeno comércio em interligação com novos modelos de negócio, novos produtos e novos impulsos que resultem da implementação da Estratégia, no plano sectorial e territorial;
- Da atractividade turística da cidade, junto dos operadores e dos mercados-alvo, em estreita colaboração com todos os organismos e entidades envolvidas na promoção turística (desde logo a ATL);
- Da coordenação das diversas actividades económicas, como forma de potenciar as sinergias entre elas através de mecanismo de cooperação e envolvendo os meios universitários e científicos;
- Do estímulo a projectos de carácter ambiental com incidência na Estratégia e a projectos relativos a energias renováveis e alternativas;
- Do apoio ao empreendedorismo e ligação aos operadores de capital de risco ou a grupos empresariais (ou mesmo a pessoas singulares) que invistam em projectos empresariais inovadores numa óptica de “capital-semente”;
- De interligação face a novos projectos integrados de revitalização para as áreas abrangidas pela Estratégia, designadamente envolvendo uma articulação forte entre a componente empresarial e residencial, estimulando a atractividade da cidade e a fixação de população, designadamente a mais jovem e qualificada.

**A Agência Capital Criativa deverá ser liderada pela Câmara Municipal de Lisboa** e participada por entidades públicas, privadas ou do sector social, de grande prestígio e credibilidade.



### **Caminho da Imaginação**

O Caminho da Imaginação desenha-se ao longo da frente ribeirinha da Cidade, onde serão criados núcleos de produção para desenvolvimento de novos projectos empresariais em indústrias criativas.

Entenda-se por indústrias criativas aquelas que têm na sua origem a criatividade, talento e capacidades individuais e que têm o potencial para geração de riqueza e emprego através da criação e exploração da propriedade intelectual. Estas incluem:

- Arquitectura;
- Mercado da Arte e Antiguidades;
- Ofícios, Design, Design de Moda, Design de Mobiliário, Design Gráfico, Artes Visuais;
- Artes Plásticas;
- Filme, Vídeo e outra Publicação Audiovisual;
- Software Educacional e de Lazer;
- Música ao Vivo e Gravada;
- Artes Performativas e do Espectáculo;
- Escrita e Edição;
- Difusão por Televisão, Rádio e Internet;
- Publicidade.

O conjunto destas actividades é hoje, nos países mais desenvolvidos, o sector económico com maior crescimento e crescente peso na criação de emprego, riqueza e exportações.

É também garante da sustentabilidade, já que são actividades que, pela sua natureza, estão melhor adaptadas e mais adaptáveis aos desafios futuros – estão focadas na geração de valor acrescentado, não são produtoras de massa, têm formatos de trabalho flexíveis, operam com base na inovação.

Porque dependem da capacidade de atracção de trabalhadores exigentes e com grande mobilidade, as condições propícias para o desenvolvimento das indústrias criativas existem nas cidades com uma imagem forte e atractiva, cosmopolitas, tolerantes, amenas, que dispõem de boas infra-estruturas, ambiente cultural e qualidade ambiental.

Assim, a aposta nas indústrias criativas não é apenas uma aposta no crescimento económico, inovação, empreendedorismo e qualificação das pessoas é também uma aposta na qualidade de vida da cidade e dos seus cidadãos.

A acumulação de massa crítica conseguida pelo conjunto dos diversos projectos permite a aquisição partilhada de equipamento de ponta e a organização de iniciativas de grande impacto e visibilidade que isoladamente não seria possível. A título de exemplo refira-se uma bienal da Criatividade em Lisboa, que funcione como montra da actividade da Agência e dos projectos desenvolvidos no seu seio.

Para além de espaços privilegiados para a criação e produção, os núcleos de produção serão também observatórios das actividades em causa e espaços de circulação de empreendedores, públicos, ideias, informação, conhecimento e oportunidades, motores para o estabelecimento de parcerias e redes com o ensino, indústria, instituições de investigação, etc. e facilitadores do escoamento dos produtos através da promoção, contacto directo com os públicos, acesso a redes de distribuição, acesso a eventos internacionais, etc.

Esta iniciativa deve também ser dinamizadora da cidade e promover a regeneração urbana através da recuperação de edifícios degradados e a revitalização da área em que se insere, com a instalação de actividades relacionadas e a frequência por públicos interessados.

Para maior impacto, os núcleos de produção devem estar estrategicamente localizados em zonas onde exista actividade artística, preferencialmente relacionada com a área de especialização do núcleo, dando origem ao aparecimento de diversos *clusters* criativos em Lisboa, com identidade e vida própria.

A nova industrialização, marcada pelo conhecimento e pela imaginação, encontrará terreno fértil na zona ribeirinha, área que marcou a primeira industrialização de Lisboa.

## **- Encontro de Culturas – A Casa do Mundo**

Lisboa dispõe de riquíssimo património natural e edificado que se espalha essencialmente junto ao rio, ponto de partida para os caminhos marítimos que levaram a África, à Ásia e ao Brasil, entre tantos outros destinos. Assim, deverá existir em Lisboa um espaço de excepção que, através de meios audiovisuais e interactivos, explore as relações históricas entre Portugal e estes lugares e culturas, numa perspectiva de passado, presente e futuro, que se torne ponto de visita indispensável para os habitantes e visitantes da Cidade.

Este espaço deve funcionar como o nó central de um percurso aberto, que seja o pólo integrador, pedagógico e informativo do grande museu ao ar livre que é Lisboa, e ponto de partida para um percurso de que farão parte entre outros, a Torre de Belém, os Jerónimos, o Planetário, o Museu da Marinha, o Terreiro do Paço, a Casa dos Bicos e a fragata D. Fernando e Glória.

Algumas das perspectivas que deverão aprofundar são a língua, o património edificado, as trocas de conhecimento e influências nas culturas locais e portuguesa e o papel pioneiro de Portugal na expansão do conhecimento e da comunicação entre povos.

Temos na Lusofonia raízes mundiais – o que no mundo globalizado de hoje é um trunfo extraordinário e temos na Europa um espaço de excepção para a nossa afirmação: é aqui que se encontram a matriz e os desafios do nosso cosmopolitismo.

Na perspectiva de uma cidade cosmopolita que reconhece e promove a sua diversidade e multiculturalismo deve também ser criado um espaço com dignidade para manifestações e trocas culturais dos vários povos que integram a população de Lisboa, em especial os que maiores relações históricas têm com Portugal. Este será um espaço onde poderemos alargar e aprofundar o conhecimento destas culturas e assim a tolerância e a convivência entre diferentes culturas.

## **Caminho da Inovação**

O Caminho da Inovação pretende dar a Lisboa uma visão e estratégia de longo prazo para o seu desenvolvimento científico e tecnológico e colocar Lisboa na fronteira da criação do conhecimento, como outras capitais dos países mais avançados.

Parte significativa do desenvolvimento económico e do valor acrescentado das economias modernas tem tido por base o progresso do conhecimento científico e a sua aplicação em novas tecnologias. A concorrência nos mercados actuais, feroz e alargada, força-nos a encarar a inovação como única resposta para o desenvolvimento, e mesmo a sobrevivência económica.

Também os comportamentos humanos, a organização das instituições e da sociedade e a estruturação das actividades económicas têm sofrido profundas transformações fruto das rápidas evoluções científicas e tecnológicas a que nos habituámos a assistir.

A exigência, rigor e objectividade, inerentes à cultura e ao método científico, são também características fundamentais em áreas tão diversas como o funcionamento do sistema político, económico, judicial, cultural, etc.

Assim, sociedades e economias que se pretendem verdadeiramente desenvolvidas devem ter bases científicas e tecnológicas fortes.

Deve ser, portanto, ambição de Lisboa estar na fronteira do conhecimento científico e tecnológico, para que seja também uma Cidade líder em termos de desenvolvimento humano, social e económico.

O traçado do Caminho da Inovação liga as principais instituições científicas, tecnológicas, académicas e empresariais de Lisboa e da Área Metropolitana de Lisboa.

Ao longo deste traçado, e na sua proximidade, estão localizadas universidades, politécnicos, laboratórios de Estado, observatórios e museus de ciência, fazendo dele um eixo agregador em domínios tão vastos como a engenharia e tecnologia, as ciências da vida e as suas aplicações.

Mais do que introduzir mudanças funcionais ou estruturais nas instituições, a Estratégia Capital Criativa pretende ser impulsionadora de mudança na perspectiva de como se encara a Ciência, dando lugar a uma visão global e estratégica dos recursos humanos, financeiros e informacionais.

Destacam-se algumas linhas de acção a desenvolver:

- Fomentar a cooperação entre as diversas instituições e o apoio à ligação às principais redes de conhecimento mundiais, o tratamento privilegiado destas instituições no que toca à cedência de espaços e terrenos para sua expansão, com o objectivo de permitir a criação de plataformas tecnológicas competitivas, baseadas em sólidas competências científicas e técnicas;

- Promover a abertura e interacção das disciplinas científicas e tecnológicas com outros saberes disciplinares que baseiam a Criatividade, promovendo a troca de experiências e a fertilização cruzada dos conhecimentos. Tal como a prática científica é extremamente útil para motivar outras actividades, também a ciência retira benefício do diálogo e acção conjunta com outras áreas do conhecimento criativo. Só com um clima favorável à inovação se poderá estimular o esforço empresarial no sentido do aumento qualitativo e quantitativo do seu desempenho;
- Apoiar a criação e desenvolvimento de uma rede de laboratórios do Estado e de infra-estruturas tecnológicas nacionais que garantam a certificação, a qualidade, a propriedade intelectual e o controle ambiental de modo a favorecer a competitividade das empresas sediadas em Lisboa, bem como a tomada de decisões na Administração Pública em matérias de regulação e de segurança;
- Abrir a cidade ao estudo e aos estudantes promovendo espaços públicos com cobertura de acesso à Internet, que estes possam frequentar e usufruir para estudo e lazer;
- Apoiar a criação de um pólo de residências para doutorandos, pós-doutorandos e professores convidados no sentido de os atrair para se instalarem em Lisboa;
- Promover internacionalmente a ciência e tecnologia portuguesas, desde o nível académico ao empresarial, no sentido de captar talento e investimento estrangeiro para Lisboa, em articulação com a Agência Portuguesa para o Investimento e a Agência da Inovação;
- Favorecer o esforço de formação profissional de qualidade bem como a formação avançada por parte das instituições do sector do Ensino Superior sediadas em Lisboa, nomeadamente Universidades e Institutos Politécnicos, apoiando os seus projectos de extensão académica e intervenção cultural através de ligações aos principais agentes dinamizadores da inovação;
- Lançar o debate no meio académico e científico sobre a possibilidade de criação em Lisboa de uma universidade de investigação de referência, de qualidade e prestígio internacionais, com base nas competências e pólos de excelência dos estabelecimentos universitários.

Esta universidade funcionaria como um nó central das diversas instituições associadas, em que a actividade de investigação seria organizada em institutos e projectos e onde a pós-graduação assumiria uma função central no financiamento e estabilidade do sistema universitário. Neste modelo, o total de estudantes em pós-graduação iguala o dos alunos em licenciatura e a qualidade da produção científica constituirá um parâmetro tão sensível de avaliação como o das competências dos licenciados que nela se formam.

Estas iniciativas serão articuladas com as medidas previstas nos planos de investimento e tecnológico, já avançados pelo Governo, e com as políticas comunitárias vigentes.

### **Caminho da Memória**

O terceiro eixo é o Caminho da Memória, que integra o património edificado de Lisboa, os jardins, os museus, os teatros e outras instituições culturais e reflecte a identidade, a memória e a Cultura da Cidade, numa perspectiva de passado, presente e futuro.

Acompanha o traçado da Lisboa Antiga, do Beato a Belém, passando pelo Castelo, Alfama, Terreiro do Paço, Baixa, Chiado, Bairro Alto, Santos, Alcântara, Ajuda e Monsanto, onde se encontra grande parte do património, museus e jardins da Cidade.

A Cultura é uma fonte singular de aprendizagem e enriquecimento pessoal que nos liga ao passado, uns aos outros e às nossas aspirações individuais mais profundas. É assim nosso desejo e responsabilidade valorizar o nosso património, qualificar a oferta e aproximá-los da população, nomeadamente no que se refere aos museus, decisivos numa cidade de turismo como é Lisboa.

### **Museus**

Lisboa possui hoje um conjunto de importantes equipamentos museológicos, alguns insuficientemente conhecidos e ou aproveitados, de entre os quais se devem destacar o Museu de Arte Antiga, os Museus da Fundação Calouste Gulbenkian, o Museu do Chiado, a Fundação Arpad-Szenes - Vieira da Silva, o Museu da Cidade, o Museu das Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo, o Museu do Design, o Museu do Azulejo, o Museu de Etnologia e a Sociedade de Geografia.

Estas instituições são complementadas com os espaços onde regularmente decorrem actividades culturais de natureza temporária, nomeadamente a Culturgest, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Centro Cultural de Belém e espaços da Câmara Municipal de Lisboa como a Cordoaria Nacional.

Estas instituições permitem construir um discurso razoavelmente rico e informado relativamente à criação humana. No entanto é urgente melhorá-lo e abri-lo ao futuro.

A Câmara Municipal de Lisboa deve promover o diálogo entre todos estes agentes culturais de modo a evitar duplicações de programação, acentuando a especialização e coordenando no tempo a oferta de bens culturais e a sua qualidade.



Para além deste trabalho de coordenação entre as entidades já existentes, a Câmara Municipal de Lisboa deve ter um papel dinamizador no aparecimento de novos agentes culturais.

Assim, em natural parceria com o Ministério da Cultura, o Instituto Português de Museus e as instituições referidas, sempre na perspectiva da economia de recursos e tentando maximizar a utilização dos espaços já existentes, propomos as seguintes iniciativas:

#### **- Museu de Arte Moderna e Contemporânea de Lisboa**

Lisboa nunca terá um perfil de capital europeia se não tiver à disposição dos seus habitantes e dos seus visitantes, um verdadeiro Museu de Arte Contemporânea.

Deve ser aberto o diálogo com a Fundação Calouste Gulbenkian no sentido de reforçar a visibilidade do seu magnífico acervo de arte portuguesa e internacional, moderna e contemporânea, complementando-a e contextualizando-a com obras de artistas internacionais.

Para este efeito poder-se-ia equacionar, à semelhança de cidades como Los Angeles, a criação de um fundo para a aquisição de obras de arte.

#### **- Coleção Berardo**

É necessário desenvolver esforços no sentido de que o espólio da Coleção Berardo possa ser usufruído em permanência pelo público, em Lisboa.

#### **- Museu do Design e da Moda**

A Câmara de Lisboa adquiriu em Dezembro de 2002 a Coleção Francisco Capelo, composta por mais de dois mil objectos de mobiliário, vidros, cerâmicas, ourivesaria e moda (com mais de um milhar de fatos de alta-costura).

É escandaloso que este património, do qual o município é proprietário, não tenha ainda sido tornado acessível ao público em condições dignas e consentâneas com a qualidade da colecção.

#### **- Museu de Arte Antiga**

A Casa dos Bicos, exemplo de excepção da arquitectura de uso residencial quinhentista, deve regressar ao seu papel cultural para que inicialmente foi reconstruída. Poderia ser integrada sob gestão do Museu de Arte Antiga, no sentido de colmatar a necessidade de espaço deste museu e de aí ser instalado um núcleo que retratasse o encontro de Portugal com outras culturas, nomeadamente as culturas da Ásia.

### **- Museu da Arquitectura**

O Museu da Arquitectura poderá, fácil e rapidamente, constituir-se a partir do riquíssimo património existente, nomeadamente nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa e com o apoio dos arquitectos e respectivos familiares seria possível reunir os espólios que se encontram mais ou menos dispersos, recriando-se um panorama vivo da arquitectura em Portugal.

O surgimento de uma instituição deste tipo permitiria não só a passagem da esfera privada para o domínio público de um património que permanece adormecido, como constituiria fonte de informação indispensável para os futuros arquitectos deste país, como e sobretudo garantiria às pessoas em geral e aos jovens em particular a informação sobre o património das cidades onde no Portugal de hoje a grande maioria vive.

### **- Museu do Oriente**

Devem ser facilitadas as condições para a abertura do Museu do Oriente pela Fundação do Oriente, sua natural entidade instituinte.

Esta iniciativa permitiria explorar e fixar as relações tecidas desde há séculos por Portugal com o Oriente.

### **- Museu de Etnologia**

A constituição da exposição permanente do acervo do Museu de Etnologia deveria articular-se com os acervos de outras instituições, nomeadamente a Sociedade de Geografia, de forma a constituir-se um dos centros culturais imprescindível em Lisboa.

### **- Museu da Cidade**

O Museu da Cidade, dotado de um espólio variado e instalado num edifício de grande qualidade arquitectónica, deveria articular-se com uma zona de exposições temporárias, a estabelecer-se em zona central de Lisboa, de modo a contrariar a sua insuficiente visibilidade e centralidade.

### **- Museu das Marionetas**

Tomando como referência o Museu das Marionetas de Palermo, classificado pela UNESCO, o Museu das Marionetas de Lisboa instalado no Convento das Bernardas deverá ser enriquecido, nomeadamente com a exposição da colecção de Francisco Capelo, que integra mais de 600 artefactos de países do Sudoeste Asiático.

### **- Museu da Música**

Deve favorecer-se a articulação entre as actividades do Museu do Fado com o Museu da Música, tutelado pelo Instituto Português de Museus, nomeadamente no que diz respeito a actividades de dinamização cultural.

### **- Aqueduto das Águas Livres**

Requalificação e valorização da envolvente do Aqueduto das Águas Livres na zona da Av. de Ceuta.

### **- Palácio dos Marquês de Fronteira**

Requalificação e valorização da envolvente do Palácio dos Marquês de Fronteira.

•••

Com o conjunto destes três caminhos, podem articular-se muitas outras actividades, de que destacamos aqui:

### **Artes do Espectáculo e Performativas**

A Câmara Municipal de Lisboa deve adoptar, também em relação ao panorama das artes do espectáculo e performativas, uma visão estratégica e uma atitude integradora, em que se fundamentam dois eixos:

#### **- O Percurso dos Teatros**

Observando o mapa de Lisboa podem ser identificadas zonas de maior concentração de salas de espectáculo, voltadas sobretudo para o teatro, com especial incidência na Praça de Espanha (Teatro Aberto, Comuna, Fundação Gulbenkian), na Av. da Liberdade e sua proximidade (Teatro Nacional D. Maria II, Teatro Tivoli, Coliseu, Politeama, Odeon, Capitólio) e no Chiado (Teatro Nacional S. Carlos, Teatro Municipal S. Luiz, Teatro–Estúdio Mário Viegas, Teatro da Trindade).

Deverá ser estudada a possibilidade de utilização do espaço privilegiado que é a Estufa Fria para actividades infantis.

A Câmara Municipal deve tirar vantagem desta proximidade para promover a instituição e comunicação de um percurso que articule os diversos agentes das artes do espectáculo, facilitando o diálogo, convivência e interacção, promovendo a complementaridade dos espaços existentes e da sua programação e potenciando iniciativas conjuntas e sua divulgação junto dos públicos.

Assim é possível a concertação de estratégias entre os diversos agentes que permita uma melhor e mais diversa oferta cultural em Lisboa, e a criação de oportunidades para a produção e exibição de diferentes estilos e formas de expressão artística em palco.

Nas salas de espectáculo de Lisboa deve haver lugar para todo o tipo de expressão artística desde infantil, popular, menos convencional, etc.

Criação de oportunidades para a eficaz comunicação dos diferentes tipos de arte performativa, desde as suas formas tradicionais às mais arrojadas.

### **- Centro de Documentação, Investigação e Formação em Artes do Espectáculo**

Outra medida de relevo é a recuperação do Capitólio, no Parque Mayer, e instalação do Centro de Documentação, Investigação e Formação em Artes do Espectáculo, em colaboração com o Museu do Traje e do Teatro e com o Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Esta infra-estrutura deve ter um âmbito alargado que promova a interpretação e investigação nas artes do espectáculo e funcione como um *showcase* do estado da arte e da produção nacional.

Aqui poderiam também coexistir outros equipamentos como a Loja dos Teatros e dos Museus e a agência central de bilhetes de Lisboa, onde os públicos possam dirigir-se para obter informação e bilhetes para os diversos eventos teatrais e musicais em Lisboa.

### **O Cinema, a Televisão e a Publicidade**

Maior utilização do cinema, televisão e publicidade como veículo de promoção internacional de Lisboa, tornando mais fácil e expedita a autorização de filmagens em Lisboa e facultando o auxílio necessário para o efeito.

Para tal poderá também ser produzido um álbum de locais exteriores e interiores para filmagem e fotografia em Lisboa e uma listagem dos contactos úteis em Lisboa, a ser enviado às principais empresas de produção de cinema e audiovisual mundiais.

### **Conclusão**

Com os Caminhos da Criatividade, pretende dar-se a Lisboa uma visão estratégica de longo prazo, definindo os grandes eixos de orientação que permitirão à cidade maximizar o seu potencial criativo.

Porque a cultura, o património, a ciência, a tecnologia e a inovação são áreas comunicantes, que se potenciam mutuamente, devem também ser traçadas intersecções entre estas linhas, que correspondam às convergências e sinergias existentes entre elas.

As orientações que aqui se definem devem ser conjugadas com os esforços do governo central e as orientações comunitárias para, com a participação de todos os cidadãos, se devolva à Cidade o dinamismo e a projecção que merece enquanto capital europeia de primeira linha.

O princípio orientador da política de investimentos da nova Câmara deve ser o da responsabilidade e da eficácia. Na gestão dos recursos, escassos, entendemos que o investimento se deve concentrar nas áreas em que se pode obter o maior retorno para a cidade – económico e social – com o menor investimento. Para acabar com o desperdício, entendemos que o investimento deve ser produtivo e, se possível, reprodutivo.

Não é fácil fazer muito com pouco. Assim entendemos dever construir sobre o existente e investir em áreas de grande produtividade.

Só com uma visão integrada, articulada e de longo prazo se poderá ultrapassar o imobilismo que ocorre quando não há rumo definido ou continuidade de planos e assim devolver o orgulho aos lisboetas.



QUATRO PRIORIDADES PARA QUATRO ANOS

# A Câmara ao Serviço da Cidade

## **Um novo modelo de governação**

Lisboa enfrenta hoje desafios semelhantes às demais capitais e às grandes cidades do mundo, que nos obrigam a repensar seriamente o seu modelo de governação, situação ainda mais premente no actual contexto da globalização.

É fundamental alterar a forma como vêm sendo utilizados os poderes públicos na Câmara de Lisboa, com uma inaceitável opacidade dos processos de gestão, uma ausência quase absoluta de comunicação com o munícipe e o consequente alheamento deste em relação aos assuntos da sua Cidade.

A nossa visão para o modelo de governação passa por aumentar a transparência da gestão e a responsabilização do executivo, motivar e assegurar a participação de todos os utilizadores da cidade, aumentar a eficácia na utilização dos bens públicos e garantir a coerência e previsibilidade das políticas.

Um modelo de governação de acordo com estes princípios é condição base para Mudar Lisboa e assegurar o êxito do projecto de uma Lisboa mais solidária, competitiva e cosmopolita.

Cada um destes princípios será norteador de um programa de actividades bem definido.

## **Maior Transparência e a Responsabilização do Executivo**

Aumentar a transparência e a responsabilização obriga a comunicação e disponibilização de informação. É um dos compromissos deste executivo assegurar o direito à informação sobre as regras e as decisões da autarquia. Este vai ser um dos eixos de actuação que começa pela publicação da estrutura orgânica com uma clara definição dos objectivos e responsabilidades de cada unidade. Serão também definidos e publicados os planos estratégicos bem como a avaliação dos resultados de acordo com as revisões periódicas efectuadas pelo executivo.

Serão definidos objectivos claros para cada área (o urbanismo, a mobilidade, as áreas sociais, a cultura, desporto, etc.) que permitam uma avaliação concreta e objectiva, em cada momento, do sucesso das políticas traçadas e a evolução dos programas de médio/longo prazo.

Para além da avaliação das políticas de médio/longo prazo queremos maior transparência e responsabilização sobre a actuação operacional do dia a dia. Processos parados e prazos intermináveis irão acabar.

Quem, como e porquê, serão perguntas com resposta e serão claros e conhecidos o modelo organizacional, os objectivos e as orientações estratégicas que os suportam.



## **Promover a Participação**

O cada vez maior alheamento do cidadão face ao processo político e o seu afastamento da discussão dos problemas comuns é hoje uma das grandes ameaças às democracias modernas. Motivar e assegurar a participação dos principais intervenientes na cidade é, simultaneamente, um processo de comunicação, de descentralização e de coordenação.

## **Distritos Urbanos**

Descentralizar tem de passar por novas formas de delegação de poderes para as estruturas municipais. Lisboa tem cinquenta e três freguesias completamente assimétricas, quer quanto a residentes, quer quanto a território, quer quanto a área de implantação, o que impede uma razoável desconcentração de poderes por absoluta falta de massa crítica na generalidade das situações. Para uma mais eficaz descentralização é fundamental repensar a actual estrutura da Câmara, na sua relação com a Cidade, procedendo à racionalização dos seus serviços por zonas, a que corresponderá um conjunto de freguesias, incentivando estas à sua associação voluntária, que permita uma mais racional gestão dos serviços e uma mais eficaz capacidade de decisão nos investimentos.

O processo de descentralização deve partir do princípio de que a capacidade de intervenção e a conseqüente delegação de poderes deverão estar tão próximas quanto possível das freguesias, que também terão as suas delegações de competências e futuros distritos urbanos.

A nossa proposta passa pela criação de seis Distritos Urbanos, com base numa razoabilidade geográfica e dimensão crítica que justifique uma efectiva desconcentração de recursos e competências, geridas com proximidade e participação.

Propomos ainda que cada um dos novos Distritos Urbanos esteja sobre a responsabilidade de um Vereador que desta forma deverá cruzar a sua responsabilidade sectorial com uma visão integrada do território.

## **Lisboa no contexto da Área Metropolitana**

Para além da actuação ao nível municipal é fundamental uma atitude de liderança do executivo que motive a participação e assegure a coordenação com todos os principais intervenientes na cidade, desde os agentes públicos centrais com forte intervenção na cidade, até aos organismos privados que actuam na e sobre a cidade.

Governar Lisboa não pode ser responsavelmente assegurado sem uma efectiva liderança em todas as áreas que dizem respeito, não só à Cidade, mas também à sua área metropolitana e a sua natural inter-relação.

Uma estratégia para Lisboa não pode nem deve esquecer a sua dimensão metropolitana, o seu estuário e o seu porto, todos os seus potenciais parceiros sociais e culturais, bem como as dinâmicas económicas e o seu relacionamento com o Governo Central.

Neste sentido, a nossa proposta e o nosso compromisso passam por uma intervenção determinada em todos estes domínios, defendendo uma visão e estratégia integradas e um plano de acção coordenado sob uma forte e assumida liderança da CML.

### **Relação com o Município**

Para além da actuação ao nível municipal e da adequada articulação com os agentes públicos e privados, a participação do município é um ponto-chave para assegurar uma política focada nos verdadeiros interesses da cidade.

Reforçar a participação do município na vida da Cidade é hoje preocupação central de todas as democracias. Conseguir inverter a tendência crescente de alheamento em relação ao processo político e aos assuntos de interesse comum, é uma prioridade que queremos assumir desde a primeira hora.

São vários os projectos prioritários neste domínio:

- Criação de estruturas consultivas formais e de grupos de interesse profissional nas áreas relevantes e de interesse estratégico para a Cidade;
- Criação do Portal do Município, não apenas interactivo, mas com capacidade de interacção, fomentando o uso de operações “self-service” e com o desenvolvimento de comunidades de interesse que motivem a participação nos assuntos da cidade; criação do conceito “a reclamação do município” como forma de facilmente diagnosticar o que está mal na Cidade e poder definir prioridades de acordo com as reais necessidades, bem como de recolher sugestões válidas que possam ser incorporadas nos planos para a cidade. Este portal deverá incluir facilidades para acesso móvel (telemóvel e PDAs);
- Criação dum Centro de Contacto que permita não somente uma maior eficácia, facilidade, diversidade e disponibilidade no acesso aos serviços e informação da autarquia, mas que simultaneamente permita “aprender” mantendo contexto das diversas interações com o município. “Conhecer” o município é um dos dados fundamentais para uma boa decisão da autarquia;
- Motivar o uso da Internet com programas de ensino para as comunidades menos literadas e acesso às tecnologias de baixo custo;
- Generalizar a criação de zonas de acesso sem fios à Internet;
- Promover Concursos de Ideias, liderados pela autarquia, e destinados a motivar e animar a discussão de soluções para a cidade.

## **Maior Eficácia na Gestão dos Recursos Públicos**

Uma governação eficaz pressupõe o bom uso dos recursos públicos; fazer mais com menos, será o lema orientador para a gestão dos activos da cidade. A modernização administrativa da estrutura da CML, a par da qualificação dos seus recursos humanos, são dois aspectos decisivos para melhorar a produtividade da máquina administrativa.

Muito trabalho de diagnóstico tem sido contratado e executado nestes últimos anos, mas sem efectivas consequências práticas: tem-se gasto muito dinheiro em estudos, recorrendo às mais conceituadas firmas internacionais de consultadoria, mas sem uma coerente aplicação das suas conclusões e recomendações. Sabemos que a estrutura administrativa é demasiado complexa e desadequada mas pouco se fez para inverter esta situação: de acordo com estudos recentes, cerca de 70% dos colaboradores da CML consideraram a estrutura organizativa pouco ou nada adequada à prestação de um bom serviço público e mais de 80% das empresas inquiridas (73% no caso dos particulares) classificaram os processos internos como burocráticos e cerca de 90% das empresas inquiridas (75% no caso dos particulares) consideraram os serviços lentos. Quase a totalidade dos colaboradores internos da CML reconhecem a existência de duplicação de serviços.

Falta de enfoque estratégico, excessiva verticalização, falta de integração dos sistemas de suporte e absoluta desadequação do modelo de governo, foram outras características apontadas à organização e que tornam prioritária uma revisão da estrutura orgânica.

Algumas linhas de orientação serão seguidas para uma adequada modernização, e conseqüente aumento de eficácia:

- Simplificação da estrutura (maior transparência) e dos processos (menos burocracia);
- Centralização da complexidade: todas as tarefas que obriguem a recursos especializados e que possam servir transversalmente a organização devem estar centralizadas, embora a sua execução possa (e em alguns casos, deva) ser descentralizada;
- Eliminar a redundância de recursos e de processos;
- Sistematização e standardização de processos e plataformas de suporte;
- Maximizar o uso de Canais electrónicos;
- Definição de Serviços e Sistemas que devam ser partilhados pela organização (incluindo empresas Municipais e Freguesias);
- Criação de Unidades de Serviços Internos Partilhados;
- Externalização de tarefas não críticas.

Alguns dos projectos prioritários para uma maior eficácia da Gestão Autárquica:

- Desenvolvimento de um Projecto Informático de Gestão de Recursos Humanos com especial incidência no planeamento e acompanhamento do desenvolvimento de competências internas. É urgente sabermos: quantos somos, o que fazemos e que competências necessitamos de desenvolver para enfrentar os desafios futuros; a motivação, a participação e o desenvolvimento dos recursos internos da CML é ponto de partida fundamental para uma gestão autárquica mais eficaz;
- Desenvolvimento de um “Portal Interno” colaborativo, para a comunicação e colaboração de todos os funcionários, servindo de “porta de entrada” integradora de todas as funcionalidades informáticas da CML; este Portal Interno deverá ainda incluir funções “self-service” para tarefa administrativas clássicas (gestão de férias, gestão de despesas internas, requisição de produtos e serviços, etc.);
- Desenvolvimento de um projecto de e-learning como forma de melhorar o nível de formação interna e de sistematizar/standardizar o conhecimento sobre regras e procedimentos da CML;
- Desenvolvimento de programas indutores de uma cultura de serviço;
- Desenvolvimento de uma Plataforma de Compras electrónicas assente num novo modelo de compras, que assegure uma negociação centralizada, com conseqüente economia de escala e controlo de contratos e uma maior transparência dos processos; este projecto deverá ser extensível, sempre que possível, a todas as estruturas dependentes da CML, desde a rede das Juntas de Freguesia até às Empresas Municipais;
- Projecto de Integração de todas as plataformas informáticas;
- Desenvolvimento do Projecto de Atendimento ao Múncipe. Através de um Centro de Contacto que deverá agregar e integrar todas as funcionalidades dos serviços prestados pela CML com o conseqüente aumento de produtividade interna (para além da tão desejada melhoria no serviço prestado ao exterior).

Paralelamente, o “parque empresarial” da CML - abrangendo empresas municipais, sociedades participadas e outras participações sociais em pessoas colectivas de direito público ou privado - necessita de ser globalmente re-orientado no sentido da eficiência da sua gestão e também da sua efectiva colocação, enquanto missão estratégica, aos serviços da cidade e dos seus cidadãos.

Para tal, logo que haja informação completa que permita traçar um diagnóstico preciso sobre a situação, propomo-nos elaborar e submeter a discussão um plano de reestruturação global do parque empresarial da CML, que incorpore, entre outras, as seguintes linhas de força:

- Reavaliação do sentido e função de cada empresa e/ou participação social no quadro da futura missão da CML;
- Apresentação de uma “Carta Estratégica” para cada empresa, que tenha a sua missão e existência económica justificada, com apresentação de objectivos plurianuais que criem um verdadeiro sistema de “accountability” das respectivas estruturas de gestão de topo;
- Criação de uma estrutura municipal de serviços partilhados - desde logo financeiros, mas também ao nível dos recursos humanos, atendimento, aprovisionamento, etc.- que garanta um eficaz gestão empresarial e um efectivo controlo de gestão por parte da CML e que favoreça a total aplicação dos activos (humanos e materiais) das empresas ao serviço do respectivo “core business”, definido previamente na sua Carta Estratégica;
- Construção - ainda no âmbito da Carta Estratégica - de um plano individual de reequilíbrio da situação económica e patrimonial de cada uma das empresas.

Finalmente, e para poder assegurar uma maior eficácia na gestão, é fundamental assegurar uma adequada disciplina financeira. A nossa visão sobre a actual situação económico-financeira da CML é a seguinte:

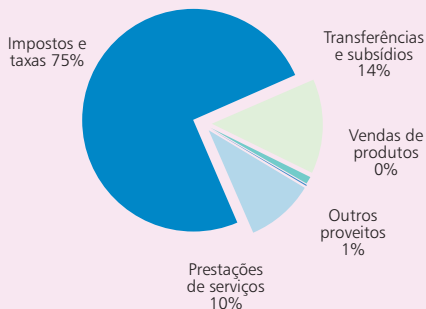
### **Análise financeira**

Os resultados da CML sofreram uma quebra significativa nos últimos anos, tendo os Resultados Correntes da autarquia sido negativos nos dois últimos anos (2003 e 2004). A quebra de resultados deve-se ao crescimento dos custos operacionais verificado todos os anos, enquanto os proveitos diminuíram em 2002 e 2003, aumentando ligeiramente em 2004, mas ainda assim para valores inferiores a 2001.

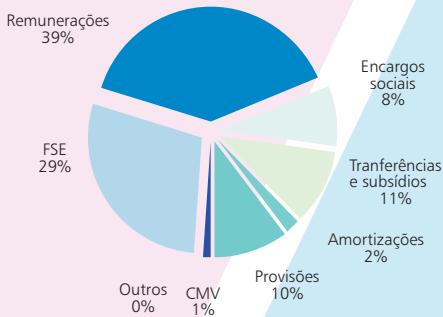
000 euros	2001	2002	2003	2004
Proveitos Operacionais	463.493	444.744	442.337	455.750
Custos Operacionais	381.169	411.845	469.447	454.568
Resultado Operacional	82.324	32.899	-27.110	1.182
Resultado Financeiro	-8.216	-25.119	-14.282	-8.714
Resultado Corrente	74.108	7.780	-41.392	-7.532
Resultado Extraordinário	0	6.472	47.766	41.869
Resultado Líquido	74.108	14.252	6.374	34.337

Os Impostos e taxas têm um elevado peso nos Proveitos da autarquia (75%). Do lado da despesa, os Custos com Pessoal (Remunerações + Encargos Sociais) são a rubrica mais importante, representando 47% do total da despesa.

Estrutura de Proveitos - 2004



Estrutura de Custos em 2004

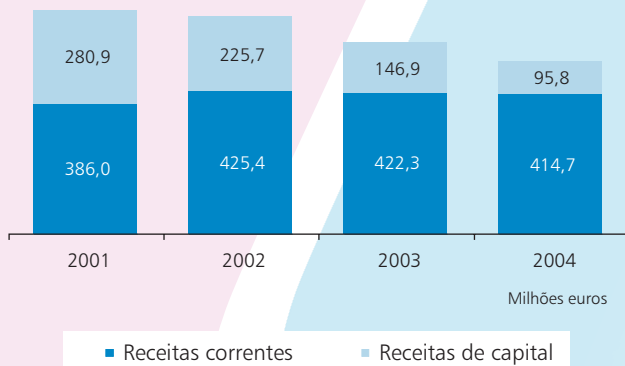


O Passivo da CML tem crescido continuamente nos últimos anos: desde 2001 registou-se um crescimento de 82%, enquanto que em igual período o Activo cresceu apenas 30%.

### Execução Orçamental

As receitas totais arrecadadas pela CML têm vindo a diminuir desde 2001: em 2004 o montante arrecadado era menor em 156,4 milhões de euros do que em 2001 (-23,5%).

Evolução Receitas

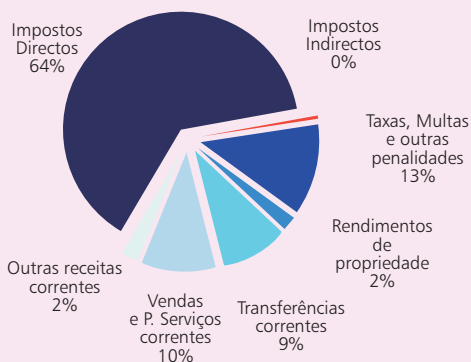


Esta diminuição reflecte a queda das Receitas de Capital (-66%), que atingiram em 2004 um valor muito baixo: 95,8 milhões de euros (quando no orçamento de 2004 se previa 330,5 milhões de euros). Esta queda deve-se à queda

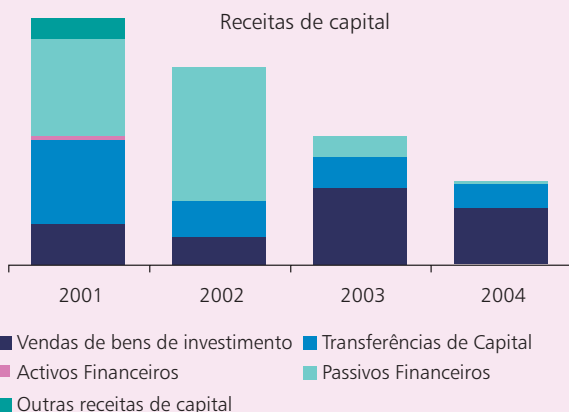
da receita proveniente de empréstimos bancários (Passivos Financeiros) e à diminuição das transferências de capital.

As Receitas Correntes aumentaram o seu valor de 2001 para 2002 (+10%) e desde então diminuíram ligeiramente, situando-se, em 2004, 7% acima do valor arrecadado em 2001. Como consequência, o seu peso nas receitas totais aumentou nestes 4 anos de 58% em 2001 para 81% em 2004.

A principal fonte de Receita Corrente são os Impostos Directos (IMI, IMT, IMV, Derrama), com um peso de 64%, seguindo-se as Taxas, Multas e Outras Penalidades (13%) e as Vendas de Bens e Prestação de Serviços (10%). As Transferências Correntes (FGM, FBM e FCM) representam apenas 9% das receitas correntes da autarquia: grande autonomia face à Administração Central.



A redução da despesa verificada tem como causa o aumento da dívida (ausência de pagamentos) e não a efectiva redução da despesa.

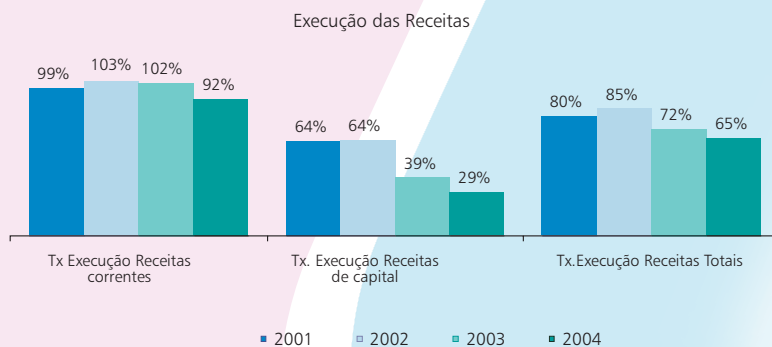


Em 2004 três rubricas absorvem cerca de 76% da despesa total paga: por ordem decrescente de grandeza, Despesas com Pessoal, 45,7%, Aquisição de Bens de Investimento (18,7%) e finalmente a Aquisição de Bens e Serviços (12,1%).

Registou-se nos últimos anos um aumento da Despesa com Pessoal: aumento de 17,3% face a 2001.

Estrutura da Despesa <i>Milhes de euros</i>	2004	
	valor	peso
<u>Despesas correntes</u>	<u>363,5</u>	<u>69,5%</u>
Pessoal	238,8	45,7%
Aquisição de bens e serviços	63,2	12,1%
Encargos de dívida (Juros)	10,2	2,0%
Transferências	37,5	7,2%
Subsídios	10,7	2,0%
Outras	3,1	0,6%
<u>Despesas de capital</u>	<u>159,2</u>	<u>30,5%</u>
Aquisição de bens de investimento	97,5	18,7%
Transferências de capital	27,8	5,3%
Activos financeiros	6	1,1%
Passivos financeiros (Amortizações)	27,9	5,3%
<b>TOTAL</b>	<b>522,7</b>	<b>100,0%</b>

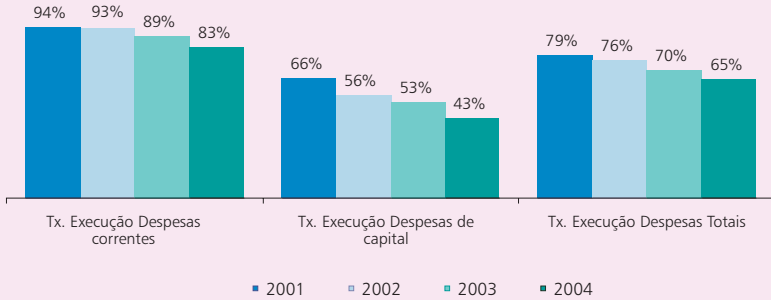
## Taxas de Execução



As taxas de execução do orçamento têm vindo a diminuir nos últimos anos, e em 2004 atinge o seu valor mais baixo, com uma taxa de execução da Receita de 63,5% e da Despesa de 65,5%.

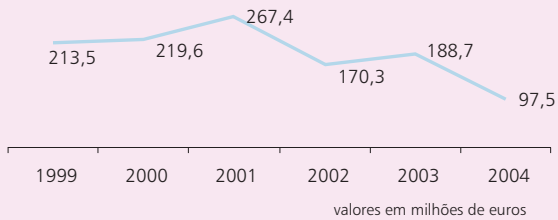


### Execução da Despesa

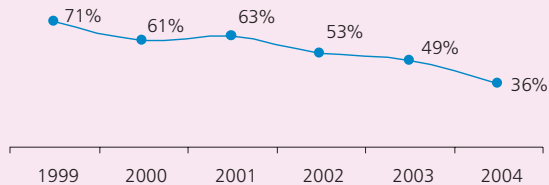


A taxa de execução de Investimento atinge em 2004 valores muito baixos - 35,6% - traduzindo o baixo valor de Investimento da autarquia nos últimos anos:

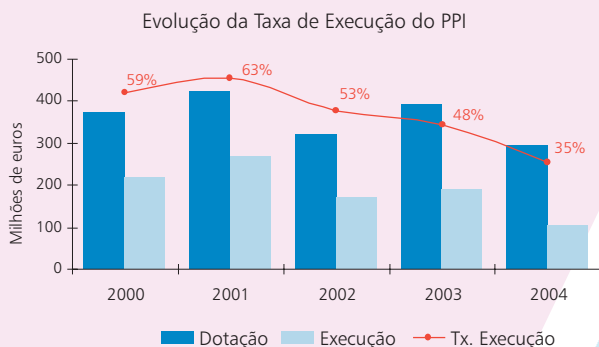
### Investimento anual



### Taxa de Execução de Investimento



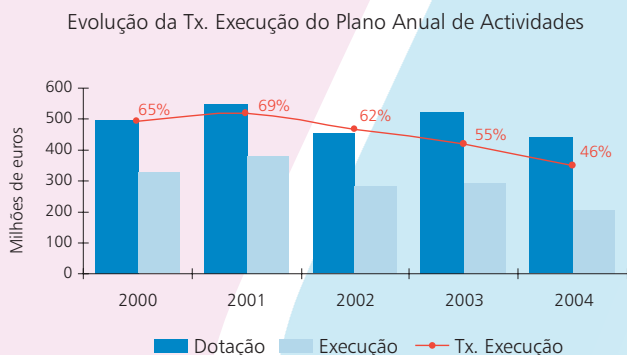
## Plano Plurianual de Investimentos



Em 2004 o valor do Plano Plurianual de Investimentos ascendeu a 103,5 milhões de euros, com uma taxa de execução global de 33%, correspondendo a uma quebra de 85,2 milhões de euros face a 2003.

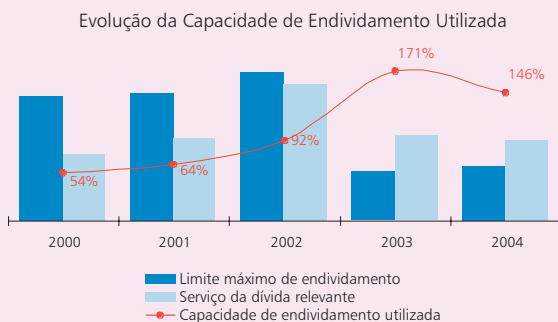
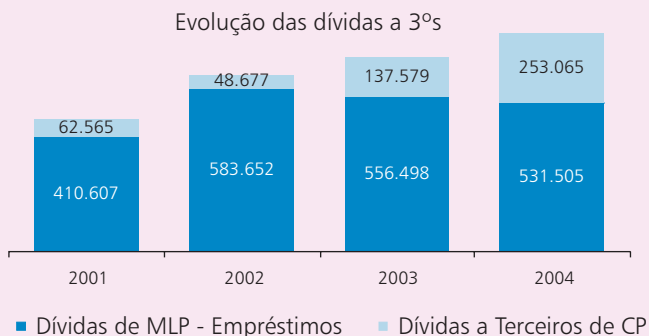
O Parque Edificado e Património foi o objectivo que mais absorveu recursos afectos ao plano plurianual de investimentos, com uma execução de 53,8 milhões de euros (52% do total); seguem-se o Urbanismo e Qualidade de Vida (9%) e a Organização Municipal (8%).

## Plano Anual de Actividades



A dotação definida do Plano Anual de Actividades em 2004 atingiu o montante de 438,4 milhões de euros; a sua execução ascendeu a 203,4 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução global de 46,4%; face a 2003 registou-se uma quebra de 87 milhões de euros (-30%).

## Endividamento



A CML está a ultrapassar o limite máximo legal de endividamento financeiro permitido às autarquias locais (tendo em Dez/04 excedido em 46% a sua margem de endividamento), estando por isso impedida de contrair novos financiamentos. Dada a baixa taxa de execução das receitas de capital (sobretudo na venda de bens de investimentos), o actual executivo tem financiado a despesa através dos seus fornecedores, atrasando pagamentos.

Dívidas a Terceiros	2001	2002	2003	2004	Crescimento 01/04
Dívidas de MLP - Empréstimos	410.607	583.652	556.498	531.505	29,4%
Dívidas a Terceiros de CP	<u>62.565</u>	<u>48.677</u>	<u>137.579</u>	<u>253.065</u>	<u>304,5%</u>
Empréstimos	0	0	27.879	28.016	28,016
Fornecedores	36.586	33.535	78.942	131.962	260,7%
Fornecedores de Imobilizado	17.884	5.354	3.942	64.724	261,9%
Adiantamento de clientes	0	810	10.151	14.541	
EOEP	3.642	3.184	4.308	4.866	33,6%
Outros credores	4.453	5.794	12.357	8.957	101,1%
<b>TOTAL</b>		<b>632.329</b>	<b>694.077</b>	<b>784.570</b>	<b>65,8%</b>

Este elevado valor de dívidas implicará um complexo plano de pagamentos nos próximos anos, sobretudo a partir de 2006.

A CML tem ainda protocolados outros compromissos (com o Jardim Zoológico, Simtejo, AMEC, SRU, EGEAC, EMARLIS, Valorsul...) que lhe obrigarão a uma Despesa que estimamos em cerca de 62 milhões de euros anuais para os próximos anos.

Face a este complexo diagnóstico, a intervenção financeira na CML deverá ser balizada pelos seguintes princípios gerais:

- Ajustar o nível de Despesa às Receitas: encontrar novas formas de Receitas Municipais, designadamente privilegiando a rentabilização do património detido pela CML em detrimento da sua alienação;
- Redução da Despesa, designadamente através de uma gestão eficiente que assegure melhor despesa, por exemplo através da criação de uma Central de Compras e do pagamento atempado a Fornecedores;
- Ajustar o serviço da Dívida às Receitas: negociar a consolidação do Passivo Financeiro em sentido técnico (Banca e Fornecedores MLP) e ajustar o seu vencimento à capacidade de libertação de fundos;
- reorganizar as Empresas Municipais e libertar para a actividade da Câmara capacidade de financiamento e mais receitas, designadamente através de alterações ao modelo de negócio de algumas empresas, como a EPUL;
- Re-orientar a afectação de Despesas: privilegiar as Despesas reprodutivas (Investimento) em detrimento das despesas de funcionamento, dando corpo às novas prioridades e opções programáticas (Escolas, por exemplo);
- Adquirir eficiência interna e produtividade dos serviços (contribuindo também para a redução da Despesa): eliminar duplicações desnecessárias e improdutivas recorrendo, sempre que possível, ao modelos dos serviços partilhados, aumentar a produtividade do trabalho e a capacidade de intervenção operacional.

### **Coerência das Políticas**

Assegurar a coerência entre as políticas enunciadas e as acções, entre os planos e a execução e entre os princípios e as práticas, é o ponto de partida para uma gestão autárquica mais séria e sustentada. Este é hoje um domínio fundamental para conseguir atrair a Lisboa empresários e investidores e aumentar a confiança de todos os que habitam, trabalham, estudam e visitam Lisboa. Ser coerente parte do princípio do fazer o que se diz, realizar o que se promete! Para que isto seja possível é imprescindível um processo de comunicação dos Planos e Objectivos, da evolução da sua execução e das principais decisões.

É nosso objectivo integrar no Portal do Múncipe uma área de informação sobre as linhas gerais do planeamento autárquico, programas e projectos em curso, bem como proceder à correspondente avaliação periódica de resultados.



QUATRO PRIORIDADES PARA QUATRO ANOS

# Mais Coesão, Mais Bem-Estar Para Todos

## **Visão**

Lisboa não se deve alhear de quem nela vive nem desenvolver-se sem coesão social. Por isso, Lisboa precisa de ter um poder autárquico municipal com valores humanistas, liderança política e sem hesitações quanto às prioridades que importa concretizar.

Lisboa precisa, pois, de ser gerida com convicções e precisa delas para se humanizar. A cidade solidária que se defende não deve ser entendida como uma utopia. Ela resultará numa realidade tanto mais próxima de todos nós quanto mais fortes forem esses valores e essa liderança e, mais claras as opções a tomar.

## **Compromisso político e estratégico**

Em coerência com os nossos valores políticos, que as situações sociais de maior gravidade serão entendidas como intoleráveis e, portanto, merecerão a máxima prioridade por parte da autarquia.

Este é o nosso compromisso, significando ele que os problemas sociais de Lisboa se devem estranhar, rejeitando a sua fatalidade e impedir que se entranhem e convivam com o quotidiano da cidade. Ou ainda, que a cidade seja por eles conhecida e com eles confundida.

A autarquia municipal deverá assumir um papel liderante no combate às situações de exclusão social e declarar-se intransigente quanto à necessidade de as enfrentar. Essa liderança deverá ser política e a acção desenvolver-se-á com a máxima concertação possível com outras entidades, públicas e/ou privadas, começando pelas Freguesias e passando pelas que representam os municípios que, com Lisboa, configuram a Área Metropolitana de Lisboa.

Muitos dos problemas sociais identificados em Lisboa, mas também muitos dos desafios referentes à promoção da qualidade de vida e do bem-estar da sua população, têm uma dimensão e por vezes mesmo uma génese e impactos, que não se circunscrevem à cidade. São problemas da grande metrópole urbana e do país. Outros, pela sua especificidade, só podem ser identificados a uma escala quase microscópica.

Por isso, defendemos formas de organização da cidade e da sua autarquia que permitam indicar um caminho mais eficaz e eficiente para devolver o bem-estar à população. Essas formas de organização baseiam-se em valores-chave que são os nossos e que identificam a maneira como pensamos o poder local e a sociedade. E um desses valores é o da subsidiariedade - aquele que assegura uma tomada de decisões, o mais próxima possível dos cidadãos.



Para enfrentar os problemas sociais de Lisboa, o governo da cidade precisa de reunir três condições:

- Ter convicções e uma estratégia para executar uma política inclusiva e solidária;
- Saber distinguir a escala dos problemas e dos desafios que se colocam e saber quem está em melhores condições de os poder resolver;
- Saber estabelecer prioridades, apostando na prevenção e na resolução dos problemas sociais, mas também maximizando os recursos para agarrar os desafios e fazer mudar Lisboa.

### **Prevenir, evitando males maiores e custos sociais acrescidos**

No capítulo da prevenção, muito se pode fazer para evitar o surgimento de novas questões sociais ou o agravamento das já existentes, percebendo que a própria acção governativa municipal não foi, no passado, sobretudo neste passado recente, totalmente isenta de responsabilidades na geração de novos problemas ou na perpetuação de outros.

Por isso, o nosso compromisso passa também por declarar que todas as decisões camarárias relativas a projectos de evidente relevância para Lisboa e o seu desenvolvimento deverão ser objecto de análise de impacto social, para que não se repitam erros ou se descuidem consequências indesejadas. Esta dimensão estratégica do compromisso que queremos tornar público acarreta evidentes transformações nos processos de tomada de decisão e, sobretudo a jusante, nos processos de acompanhamento da implementação das políticas e das respectivas acções.

Mas a prevenção estende-se, ainda, a aspectos da vida quotidiana dos moradores e utilizadores da cidade que habitualmente escapam às preocupações de quem a gere ou são tomados por supletivos da sua acção. Conceitos como os de solidariedade activa, inclusão social, bem-estar social, desenvolvimento social e humano, devem respeitar a todos os cidadãos, porque para todos se devem destinar as políticas solidárias. Assim, muitas das nossas propostas respeitam igualmente a outros grupos sociais, que não apenas os que são vítimas da exclusão e da indiferença sociais:

- A melhor organização e gestão dos recursos educativos da cidade;
- A promoção da prática do exercício físico saudável;
- Uma adequada qualificação dos espaços públicos e do ordenamento do território da cidade;
- As práticas de reabilitação urbana;
- A necessária promoção da habitação a custos controlados;
- O reforço da mobilidade dos cidadãos;
- As acções que visam combater a discriminação social, religiosa, étnica, etária, sexual ou pelo género;
- A segurança como condição primeira da liberdade.

Todas estas propostas se inscrevem no desígnio da coesão social, estão ao serviço das pessoas, são propostas de solidariedade social e, como tal, também humanizam a cidade.

O que propomos não se confunde, de modo algum, com o que tem sido a prática de governação a que assistimos no presente. Pretendemos que as nossas políticas para Lisboa se traduzam em ideias simples (porque pensadas), com soluções integradas e concretas e que tenham custos comportáveis para garantir benefícios evidentes. O nosso trabalho será norteador pelos grandes princípios que devem presidir a um modelo de governo (governance) que queremos para a cidade: transparência, participação, responsabilização, eficácia e coerência.

A solidariedade não se resumirá, portanto, ao desenvolvimento de programas tradicionalmente classificados no âmbito da “acção social” e sobretudo não se confundirá com as lógicas de natureza assistencialista que caracterizam o pensamento e a acção política de outros. A cidade solidária e da coesão social representará um desígnio de governação em que estará sempre presente a necessidade de responder aos problemas sociais, sem qualquer discriminação, quando possível antecipando a sua eclosão e mitigando os seus malefícios, mas também a necessidade de manter coesos os grupos sociais, assegurando a coesão da cidade e a relação entre os elementos que nela vivem e/ou nela trabalham: ou seja, uma Lisboa com solidariedade.

Essa visão e este compromisso político e estratégico poderão materializar-se através de um conjunto de propostas, que se organizam programaticamente nos termos que seguidamente se expõem.

### **Precisamos de respostas integradas**

Defendemos o desenvolvimento de um Programa Integrado de Garantias Sociais que absorva o maior número possível de problemáticas que afectam a cidadania, a dignidade e a qualidade de vida dos lisboetas, com atenção especial aos mais desprotegidos de um ponto de vista social e económico. Mas não exclusivamente.

As garantias sociais invocadas reportam sobretudo para os direitos sociais e para a sua efectivação, na medida em que, sem essa efectivação não existe uma relação solidária entre todos os membros da comunidade. Devemos reconhecer que existem em Lisboa desigualdades e situações de necessidade, sejam resultantes das condições das próprias pessoas (físicas ou mentais), sejam sobretudo as resultantes dos condicionamentos sociais, que importa combater e procurar extinguir ou, pelo menos, minimizar. Poder-se-iam invocar, a este propósito:

- Os milhares de residentes com deficiências físicas ou mentais que vêm os seus direitos coarctados (mobilidade ameaçada, segurança física e psicológica comprometida) e as suas condições de vida agravadas;
- Os milhares de desempregados, nomeadamente jovens, uns com boas qualificações académicas, outros vítimas do insucesso e do abandono escolar, mas uns e outros com dificuldades claras e persistentes no acesso a um 1º emprego;
- Os muitos idosos residentes em Lisboa que, por força das suas fraquezas físicas, cada vez mais ficam condenados a uma existência isolada do seu mundo social, privados da rua e das suas redes de comunicação, expostos a perigos acrescidos pelas condições degradadas das suas habitações, pelas dificuldades económicas e pelo anonimato a que vão sendo remetidos.

Mas as garantias sociais deverão estender-se também para a busca de soluções para resolver a privação relativa de muitos outros Lisboaetas, não necessariamente carentes economicamente, mas que não devem ser esquecidos, porque são:

- Residentes (crianças, jovens, adultos e idosos) em bairros menos qualificados urbanisticamente e não usufruem do direito social de utilização de espaços verdes públicos, bem equipados, onde possam praticar desporto, passear, descansar;
- Mães e pais cujos filhos menores frequentam estabelecimentos do ensino oficial e que não dispõem de adequados programas de ocupação de tempos livres e que por este facto se vêem obrigados a deixá-los só em casa, ou a praticar horários que, no limite, agridem o bem-estar de toda a família e não ajudam o sucesso escolar;
- Jovens que não encontram na Noite de Lisboa alternativas com qualidade que salvaguardem o seu legítimo direito ao lazer, e que sejam alternativas blindadas ou dissuasoras do consumo de álcool, da proximidade com (outras) drogas ilícitas (quando não com o consumo destas) ou a outras exposições pouco saudáveis. Lisboa não dispõe de locais públicos (nomeadamente nocturnos, que recriem as funções dos centros cívicos comunitários) para ler, conversar, estar, sem que lhes esteja associado uma qualquer obrigatoriedade de consumo.

O espectro poderia alargar-se bastante.

Para além dos direitos sociais, é nosso objectivo que um Programa desta natureza não esqueça os direitos, liberdades e garantias considerados fundamentais (no sentido jurídico-constitucional), sempre que a esfera de autodeterminação dos cidadãos esteja ameaçada. É por isso que no âmbito as garantias sociais e no quadro de acção com o qual aqui nos comprometemos, seja necessário integrar o conjunto de esforços para:

- Apoiar a construção/abertura de mais Esquadras de Proximidade em zonas problemáticas da cidade, nas quais a presença policial possa ser um factor de tranquilização da comunidade;
- Combater o sentimento de insegurança de certos grupos sociais, garantindo que as ruas onde moram, os locais que frequentam, se encontram bem iluminados, vigiados e seguros (se necessário, com recurso a vídeo-vigilância nos locais mais problemáticos).

Cabe aqui a referência a estas medidas porque ilustram bem o propósito de conferir às garantias sociais o lugar central que devem ocupar num programa que pretende apoiar a governação de uma cidade, pensando nas pessoas que a habitam e dela usufruem. Ou seja, trata-se de um Programa que dirá respeito a todas as pessoas e ao seu quotidiano e com o qual procuraremos introduzir mudanças significativas em Lisboa, na habitação, na saúde, na educação, no emprego, na protecção social, na circulação de pessoas, nas práticas de não discriminação, em consonância com as orientações inscritas na Carta Social Europeia.

Este Programa desenvolver-se-á, por conseguinte, como um verdadeiro programa de intervenção urbana de proximidade, com carácter transversal aos diferentes departamentos municipais, mobilizador das vontades, competências e disponibilidades das instituições (Paróquias e Instituições de Solidariedade Social) que existem na cidade e que querem continuar a dar o seu melhor contributo, bem assim como mobilizador das empresas - apelando à sua responsabilidade social e defendendo que a problemática da coesão social deve estar sempre no cerne das preocupações da competitividade. Não são poucas as empresas que já hoje (e de há algum tempo) participam com o seu esforço e talento para promover mais solidariedade social. Porém, muitas encontram entraves e dificuldades e não são suficientemente estimuladas para orientar a sua disponibilidade e materializar a sua responsabilidade social.

Na cidade existem milhares de associações do mais diverso tipo (registadas no Governo Civil), muitas das quais prosseguem finalidades sociais relevantes, porventura sobrepostas e concorrentes, mas o cidadão que carece de apoio ignora a maior parte das vezes a quem se dirigir. Por outro lado, existem em Lisboa instituições com grande intervenção na área social, desde logo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Caritas Diocesana e muitos Centros Paroquiais, a Cruz Vermelha Portuguesa, mas é escassa a articulação existente entre todas elas e entre estas e a Câmara Municipal. Precisam, como todos os cidadãos desta Cidade, de uma interlocução credível.

A prossecução do **Programa Integrado de Garantias Sociais** deverá atender a um conjunto de procedimentos, destacando-se, de entre os mais relevantes:

- A identificação clara e consensualizada dos projectos de evidente relevância para Lisboa e para o seu desenvolvimento que deverão ser objecto de cuidada análise de impacto social;
- A definição das metodologias correctas para essa análise de impacto social, designadamente com atenção especial ao carácter multifacetado de muitos desses projectos, cuidando de definir, *a priori*, e quando se justificar, as medidas mitigadoras ou de acompanhamento sistemático que possam tornar-se necessárias;
- A identificação dos recursos humanos e técnicos da Câmara Municipal - desde logo, a Divisão de Estudos e Planeamento do Departamento de Acção Social, porventura coadjuvado por outros Serviços e em articulação com outras instituições universitárias e outras - aos quais serão atribuídas especiais responsabilidades (e recursos) para o acompanhamento permanente e análise de diagnóstico e prospectiva da situação social da Cidade (por forma a definir com antecipação novas estratégias de actuação);
- Elaboração de um Diagnóstico Social Participado, procedendo a uma identificação quantitativa e qualitativa dos diferentes riscos sociais, identificando as áreas geográficas de maior incidência, e fazendo-o na perspectiva da realização de Planos de Desenvolvimento Social;
- Este diagnóstico deverá ainda municiar os órgãos de poder municipal, os executivos e as Assembleias das Freguesias com dados e análises actualizadas que permitam, a cada momento, conhecer as evoluções registadas nos diferentes domínios da vida social da cidade e que exijam uma intervenção solidária e de reforço da sua coesão social. Deverá, também, produzir um Guia de Recursos (de entidades e de equipamentos sociais) destinado a quem intervenha em situações de risco social. Isto porque as garantias sociais que o município assume têm que ter tradução prática, sendo capazes de detectar e promover os encaminhamentos adequados às situações e problemas dos cidadãos, o que nem sempre é fácil, caindo-se nos jogos de empurra, no descartar de responsabilidades e na denegação da gravidade das situações existentes;
- A clarificação, em cada exercício orçamental, das verbas destinadas aos programas sociais, apostando no seu reforço;
- Adequada avaliação dos resultados obtidos com os projectos sociais, na perspectiva da melhor gestão dos recursos existentes.

A nossa proposta referente ao agrupamento voluntário de Freguesias (Distritos Urbanos) permite também perspectivar que o efeito de escala obtido poderá contribuir favoravelmente para aumentar a capacidade de resposta (sobretudo em equipamentos, recursos técnicos e humanos).

Estes sete procedimentos-base de suporte à execução do Programa Integrado de Garantias Sociais serão obrigatoriamente atendidos na prossecução das acções que se entende propor aos cidadãos de Lisboa, tomando a solidariedade e a coesão social como prioridades. Essas acções podem ser organizadas em torno de grandes domínios temáticos complementares, a saber: envelhecimento e velhice, escola, infância e juventude; dependências; igualdade; tolerância e multiculturalismo; práticas e comportamentos saudáveis; protecção e segurança.

### **Coesão social a pensar no envelhecimento e na velhice da cidade**

Não surpreende que comecemos por escrever sobre o envelhecimento e a velhice. Sabemos que Lisboa é, hoje, uma cidade com índices de envelhecimento demográfico muito elevados (acima da média nacional e da média das capitais europeias) e com uma população idosa que, em grande parte, não é natural da cidade, possui baixos rendimentos e qualificações escolares e vive, maioritariamente, em casas com condições muito insatisfatórias. Acresce que a percentagem de idosos vivendo sós não é desprezível, que muitos outros vivem em instituições de acolhimento mas com redes sociais de apoio muito debilitadas e que a concentração de população idosa se verifica (também) em zonas com elevada exposição ao risco sísmico e/ou risco de inundação.

Poder-se-iam invocar, ainda, as questões sensíveis relacionadas com um elevado sentimento de insegurança, potenciado por alguma criminalidade que efectivamente os vitima, com a falta de uma rede social formal que integre respostas sociais, com as dificuldades no acesso aos cuidados primários de saúde, com o desaparecimento progressivo de uma logística de bairro (pequeno comércio local onde tradicionalmente se abasteciam), com as dificuldades crónicas e compreensíveis associadas à sua iliteracia funcional num contexto de acelerada mudança social, da sua quase total info-exclusão, com o próprio envelhecimento dos prestadores de cuidados e com a precariedade das condições materiais desses prestadores e ... por aí adiante.

Mas nós não entendemos o envelhecimento demográfico como um problema social. Dizer - ou deixar entender - que a idade avançada de um cidadão e dos cidadãos de maior idade, colectivamente tomados, é um problema social, ou mesmo individual, corresponde à negação de tudo quanto se conquistou nos últimos séculos, em nome do aumento da esperança de vida e da melhoria da qualidade de vida de todos nós. Essa ideia é errada e injusta.

O que queremos defender e necessariamente sublinhar, é que o problema reside no facto de não termos capacidade de dirimir as dificuldades que socialmente o aumento do número de pessoas mais velhas pode gerar, nem frequentemente dispormos dos meios para acudir a cada um dos idosos

que precisa de apoio. O problema é assim da comunidade, não da mulher ou do homem que atinge uma idade que se convencionou designar por 3ª ou 4ª.

A solução só poderá passar, muito naturalmente, por encontrar respostas para ultrapassar essas dificuldades, valorizando o facto de cada vez mais um maior número de cidadãos viver mais anos com qualidade de vida. Por conseguinte, o problema reside nessa discrepância significativa entre o que a sociedade defende pelas palavras e o modo como pratica os valores que defende. E o valor republicano e socialista primacial que devemos intransigentemente defender e praticar é o da fraternidade geracional, ou se se preferir, da solidariedade intergeracional, para concretizar medidas urgentes para combater a solidão, aumentar o apoio social e garantir a segurança dos idosos.

Há, por conseguinte, um quadro social de vulnerabilidade a que o poder autárquico de Lisboa não pode ficar insensível, sob pena de não ter capacidade de intervenção, falhando o desiderato dessa solidariedade intergeracional e da coesão social.

Não podem, portanto, deixar de ser identificadas e defendidas as seguintes prioridades:

- Devolver a “rua” à estima pública, fazendo com que todos os cidadãos e nomeadamente os mais velhos a possam utilizar em segurança:
  - Sem riscos acrescidos no que respeita à sua vitimação (como consequência da criminalidade);
  - Sem medo de quedas e de ferimentos provocados pela utilização de passeios degradados e abusivamente ocupados por veículos automóveis, esplanadas desordenadas, recipientes para lixo, entulho de obras, entre outros obstáculos;
  - Sem medo de atravessamento das artérias, por incumprimento das regras de trânsito, do excesso de tráfego e inexistência de uma sinalética auxiliar para os peões com maiores limitações de visão e locomoção.

Esta prioridade pode ser concretizada, colocando ao serviço das populações os recursos que já hoje existem, racionalizando a sua utilização. Assim, faz sentido que:

- O programa de policiamento de proximidade, conhecido por “Apoio 65 - Idosos em Segurança”, seja alargado a todas as freguesias em que a proporção de idosos ultrapassa hoje mais de um terço da população residente. Para o efeito, devemos

procurar uma articulação cooperante com a PSP, nomeadamente apoiando-a com alguns recursos - por exemplo, com mais informação e formação dos seus agentes sobre essas mesmas freguesias e sobre as populações que aí residem - mas também com apoio material (por exemplo com a disponibilização de pequenas viaturas, à semelhança do que já hoje se verifica com o programa Escola Segura, infelizmente sem participação da autarquia), e também com o empenhamento da Polícia Municipal;

- Se afirme ser indispensável colaborar com os operadores de transportes colectivos de passageiros (Metro, Carris, CP, Transtejo, Soflusa, operadores de táxi), no sentido de implementar medidas policiais pró-activas, designadamente de video-vigilância nas suas instalações, por forma a que a utilização do transporte público não se revele uma preocupação acrescida e um factor adicional de risco. A autarquia pode desempenhar um papel de cooperador activo, disponibilizando e adaptando os seus sistemas de informação geográfica, colocando-os ao serviço do planeamento dessas medidas, compartilhando na aquisição de alguns equipamentos de video-vigilância, reorganizando os meios humanos (Polícia Municipal) ao serviço de um policiamento mais eficaz;
- A video-vigilância se estenda, igualmente, às zonas consideradas mais problemáticas (perigosas);
- Se promovam as condições de acessibilidade e a eliminação das barreiras arquitectónicas, não por um capricho técnico, antes porque é uma necessidade sentida por quem utiliza a cidade em condições físicas diminuídas, seja pela idade ou pela doença. À autarquia exige-se que desenvolva, junto dos seus técnicos e dos seus interlocutores, uma política de sensibilização de efectivo cumprimento das regras;
- Se proceda aos melhoramentos necessários em termos de sinalética luminosa e sonora, de apoio à circulação pedonal, infelizmente tão descuidada e tão insuficiente. Também aqui as novas tecnologias nos poderão dar uma ajuda relevante, porquanto é hoje mais fácil conhecer e identificar os pontos negros da sinistralidade pedonal na Cidade (Avenida da Igreja, Avenidas Novas, Av. Ceuta, entre outras importantes artérias de Lisboa), conhecer os movimentos dos transeuntes, modelar esses movimentos num sistema de informação geográfica e desenvolver medidas preventivas (desde logo, condicionando o atravessamento exclusivo dos peões nas passadeiras). À autarquia compete dialogar com outras entidades (DGV, PSP, institutos especializados, como



- o LNEC, entre outros) e estimular o encontrar de soluções;
  - Se favoreça também a mobilidade dos idosos mais carenciados, com a criação do Táxi Social gratuito para os idosos “Mesmo à Porta”, em termos que deverão ser regulamentados e amplamente difundidos, mas privilegiando as zonas e as artérias da cidade com menor acessibilidade aos transportes públicos;
- Promover uma efectiva prioridade à salvaguarda das condições de segurança das habitações dos lisboetas, nomeadamente dos mais idosos e dos que vivem sós, promovendo o incremento da sua segurança e das suas condições de vida.

Esta prioridade pode ser concretizada através:

- Da mobilização (devidamente contratualizada) das entidades que têm reconhecida competência no domínio da segurança estrutural dos edifícios (LNEC e IST), bem como nas áreas da segurança doméstica, por forma a estabelecer um verdadeiro inventário de prioridades de intervenção técnica (prevenção estrutural e no domínio jurídico) e social. Em Lisboa, milhares de pessoas idosas (con)vivem com o risco de incêndio por falta de fiscalização das instalações eléctricas e de gás, com o risco de derrocadas ou colapso dos edifícios por falta de fiscalização da sua manutenção e, com o risco de ficarem cada vez mais isoladas e imobilizadas por falta de apoios à melhoria da acessibilidade das suas casas e das zonas da cidade onde residem;
- Do envolvimento qualificado dos corpos de bombeiros (nomeadamente os Sapadores), para que possam também eles dar um contributo permanente e reforçado no sentido da identificação e despiste de situações críticas, que poderiam atempadamente prevenir acidentes e vítimas;
- Do reforço do Programa LX Amigo;
- De um estudo célere mas rigoroso sobre o impacto da entrada em vigor da futura Lei do Arrendamento, nomeadamente junto da população mais idosa, e de apoio para que possam accionar atempadamente os mecanismos de discriminação positiva que a lei contemple;
- De um reavaliação das condições proporcionadas pelos diferentes programas de apoio financeiro disponibilizados pelo INH para a reabilitação urbana, tendo em vista maximizar esses recursos;

- De um programa específico de combate ao isolamento social dos mais de 34.000 idosos que se sabe viverem sós.  
A autarquia desempenhará um papel mediador e promotor do ajustamento entre a vontade dos idosos que vivem sós, com condições jurídicas, habitacionais e pessoais (e vontade) para acolher alguém - mediante justa compensação - que necessite de alojamento (com carácter temporário) em Lisboa (estudantes, polícias e outros trabalhadores).
- Instituir a cooperação funcional - e não apenas retórica, simbólica ou casuística - como critério primordial da acção social na cidade, terminando com as lógicas de concorrência entre as entidades e com a ideia de que a Câmara Municipal não participa porque se trata de matéria reservada às outras instituições.

Esta prioridade pode ser concretizada através:

- De um ordenamento zonal comum às instituições que actuam no terreno para evitar zonas cinzentas (terra de ninguém, onde não se verifica apoio social) e desperdício de recursos noutras zonas;
- De uma intervenção qualificada da autarquia para garantir níveis de qualidade da intervenção social, permitindo exigir o cumprimento de regras (por exemplo, não permitir a institucionalização de idosos em lares sem alvará) e uma visão mais estratégica, associando a intervenção social ao próprio planeamento sócio-urbanístico;
- De uma revisão integral do modelo de intervenção social nos bairros sociais, designadamente o que ocorre sob responsabilidade da GEBALIS, por forma a que não se iludam os lisboetas quanto ao apoio que se diz ser prestado nesses bairros (com quase 10.000 idosos residentes), e se respeitem as necessidades de bem-estar dessas pessoas;
- Da definição urgente do modelo de prestação de cuidados médicos em casa e do apoio domiciliário integrado (em alimentação, higiene e limpeza);
- Da assunção, sem tibiezas, por parte da Câmara Municipal, do estatuto de parceira do Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII), gerido pelo Instituto de Segurança Social e pela Direcção-
  - Geral da Saúde, por forma a garantir, entre outras iniciativas, a instalação generalizada do Tele-Alarme e a criação de mais Centros de Dia e de Centros de Noite (nalguns casos com a valência de residência nocturna);
- Da concepção de um programa de construção de residências

assistidas para idosos, subordinado a estudos rigorosos e com uma construção apoiada em recomendações técnicas adequadas para o efeito;

- Da implementação da Oficina do Idoso em toda a cidade;
- Do apoio à Universidade da Terceira Idade;
- Do fomento da prática do exercício físico.

Para a concretização de muitas destas propostas torna-se indispensável o estabelecimento de parcerias, incluindo com privados. Tal deve ser entendido como uma estratégia de claro interesse no reforço do papel da sociedade civil, criando, nas ONG's, nas associações, nas cooperativas, nas empresas (nomeadamente nas municipais), uma cultura de exigência e responsabilização social para que a comunidade em que se inserem progrida de forma harmoniosa, justa e solidária.

Porque entendemos a importância desta prioridade assumimos o compromisso de criar o **Provedor do Idoso**.

### **Coesão social a pensar nas gerações mais jovens**

Assumimos o compromisso de tudo fazer para que se qualifique cívica, física e culturalmente, uma nova geração de lisboetas, por forma a que seja essa geração a consolidar, e mais amplamente beneficiar, do esforço de mudança que queremos legar à cidade.

### **Uma cidade atraente e segura para as crianças e os adolescentes**

Hoje em dia, no domínio da educação, uma das responsabilidades mais relevantes e complexas do município de Lisboa é, para além do ordenamento da sua rede educativa, a resposta às questões relativas ao apoio sócio-educativo a crianças, jovens e respectivas famílias, e a resolução de problemas de saúde, de segurança, ou a prevenção de fenómenos de exclusão.

Para responder de forma eficaz às questões equacionadas, propomo-nos centrar a nossa acção em dois grandes planos:

- Na elaboração e actualização da Carta Educativa, de forma racional e articulada, para promover uma oferta educativa de qualidade, adequada às reais necessidades de quem vive e trabalha em Lisboa;
- Na promoção de um Conselho Municipal de Educação capaz de cumprir o seu grande objectivo de coordenação da política educativa a nível local e de articulação da intervenção dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados. O Conselho Municipal de Educação de Lisboa deverá definir uma política educativa ampla, com carácter transversal, suportada na visão de Lisboa como uma cidade educadora. Nesse sentido procurará, em simultâneo, apostar na promoção de uma rede de parcerias, organizada, que possibilitem a resolução de problemas relacionados, por exemplo, com a segurança ou a exclusão, (que muitas vezes se

manifestam nos primeiros anos de escolaridade, sendo, por isso, importante uma intervenção preventiva), e na elaboração de um projecto educativo concelhio, onde se explicitem princípios, valores, metas e estratégias para a intervenção futura.

A partir desse projecto educativo à escala municipal, será possível estabelecer linhas orientadoras da articulação entre o município e as instituições educativas, rentabilizando recursos (materiais, humanos e financeiros), adequando projectos municipais aos projectos daquelas instituições, gerindo o investimento de acordo com as reais necessidades. Não se deverão, nesta matéria, excluir hipóteses de uma articulação a uma escala metropolitana.

Através da acção centrada nestes grandes níveis, será possível dar corpo ao Projecto Criança, Escola e Cidade, cujo principal objectivo é integrar na política autárquica uma cultura de governo urbano para a criança e o jovem.

São cinco as ideias simples, as soluções integradas que propomos, as quais, complementadas com outras políticas transversais (segurança, espaço público, ambiente, urbanismo, transportes), ajudarão a concretizar esse direito inalienável de todas as crianças:

### **Jardins de Infância e Escolas: Uma Rede de Excelência**

- O objectivo prioritário deste projecto é dotar a cidade de Lisboa de uma Rede Municipal de Escolas (RME) que seja, ao nível nacional, verdadeiramente exemplar;
- Neste sentido, proceder-se-á à requalificação do equipamento educativo da RME, incluindo tanto o equipamento estático (infraestrutura, espaço social, cantinas, jardins, ginásios) como o equipamento dinâmico (tecnologias de comunicação e informação, material de lazer e recreio, equipamento desportivo, entre outros);
- Esta requalificação do equipamento educativo também abrangerá as estruturas para Crianças dos 3-5 anos (pré-escolar), para as quais, em articulação com o Ministério da Educação, deverá ser criado um sistema de supervisão, formação e suporte adequado, sob orientação de educadoras de infância especializadas e envolvendo as respectivas famílias;
- Reforçar-se-á a rede de Jardins de Infância públicos, particularmente nas zonas com populações residentes mais carenciadas e com maiores dificuldades de acesso à oferta privada. Aliás, este é o único segmento em que a frequência escolar tem crescido e onde a quota da rede pública não atinge os 20% da população pré-escolar;
- Promover-se-á o equilíbrio espacial da rede de Escolas da cidade, superando carências e garantindo uma oferta de proximidade que evite grandes deslocações na cidade, particularmente para os escalões etários mais baixos;

- Reforçar-se-á o investimento nos equipamento educativos municipais, potenciando financeiramente este reforço numa inovadora Parceria Público-Privada (“O Patrono da Escola”), de natureza paritária.

### **O Patrono da Escola**

- Este programa de parceria público-privada (PPP), de iniciativa camarária, arrancará num mínimo de 20 escolas pré-seleccionadas pelas suas maiores necessidades de reequipamento. Uma empresa de prestígio assumir-se-á como “Patrono”, isto é, como gestor e provedor do reequipamento (estático e dinâmico), da animação e do treinamento escolar em tempos livres, de uma forma célere e eficiente e em constante articulação com os serviços educativos municipais.
- A autarquia instituirá um prémio anual (“Os Melhores Patronos”) em que ordenará os “Patronos” em função da qualidade da sua intervenção e dos progressos obtidos nas diferentes áreas escolares.

### **Escola Saudável**

- Este programa basear-se-á num protocolo a celebrar com o Ministério da Saúde para que a RME disponha de um serviço de saúde escolar que actue no âmbito preventivo, no início dos períodos escolares, e no âmbito do diagnóstico e pequenas intervenções terapêuticas;
- O objectivo é, antes de mais, preventivo: diagnosticar o estado geral de saúde da população escolar, podendo celebrar-se, no futuro, outros protocolos institucionais que garantam maior cobertura de diagnóstico (por exemplo, saúde oral e detecção de problemas visuais e auditivos);
- Mas é também terapêutico: evitando interrupções desnecessárias da jornada de trabalho dos pais, garantindo um sistema de rápido encaminhamento das crianças ao Centro de Saúde ou ao Hospital (“Via Verde”) sempre que esta necessite de cuidados de saúde;
- A actuação do Centro de Saúde na Escola deve promover a prevenção de comportamentos de risco das Crianças, nomeadamente da obesidade infantil.

### **Escola Fora de Horas (Programa Júnior e Sénior)**

- Esta experiência-piloto deverá ser desenvolvida coordenadamente com o programa “O Patrono da Escola” em escolas pré-seleccionadas. O programa consiste em, através de formadores qualificados, aproveitar o espaço e tempo da Escola para promover o ensinodo manejoamento de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), numa óptica de utilizador, e tendo em vista a ocupação de tempos livres nos mais variados domínios: investigação na internet, funcionamento do software básico, jogos didácticos, acesso a serviços públicos e privados, novos canais de comunicação, etc;

- O Programa destina-se tanto às Crianças (Júniors), para formação e ocupação de tempos livres na Escola, como aos mais Idosos (Seniores), que residam na área de cobertura das escolas-piloto e queiram aprender a manejar as TIC;
- Um dos objectivos essenciais desta experiência-piloto é a promoção do convívio urbano intergeracional, aproveitando a Escola e a aplicação no terreno do conceito de aprendizagem ao longo da vida;
- Adicionalmente, este programa serve de ponto de partida para uma acção integrada de prolongamento de horários e ATL's, oferecendo um serviço que é cada vez mais sentido como uma necessidade premente pelos pais, cujos horários de trabalho são pouco compatíveis com os horários escolares.

### **Espaços seguros - devolver a Cidade aos mais novos**

No âmbito desta nova cultura de governo urbano para a criança e o jovem, pretende-se integrar todos os Programas especialmente dirigidos a estes segmentos populacionais num quadro mais amplo de projecto para a cidade, que seja exigente quanto ao espaço público, assim facilitando a integração e o convívio dessas gerações com a cidade: queremos que Lisboa seja uma cidade amiga dos mais novos.

Designadamente, podemos elencar acções concretas, cujas repercussões na vivência urbana serão bem perceptíveis. É na valorização dos chamados pormenores (que correspondem à concretização de acções com incidência local), que utilizamos como exemplos para cada política, que se constrói, passo a passo, uma Lisboa com Projecto:

- Políticas eficazes de segurança pública activa e passiva, com enfoque nas Escolas e trajectos escolares e recreativos:  
**Acções:** melhorar a eficácia do policiamento dissuasor junto às Escolas; melhorar as condições de iluminação de espaços adjacentes às Escolas; garantir a conservação patrimonial; assegurar a limpeza contínua.
- Políticas de dignificação dos espaços públicos, como espaço de participação, cidadania e de promoção da construção de Zonas Verdes e sua animação permanente com novos equipamentos e atractividades:  
**Acções:** campanha de arborização da cidade; vai também nesse sentido a proposta de fazer um Jardim no Parque Mayer, na contiguidade do Jardim Botânico; construção de novos (e recuperação de velhos) parques infantis que permitam a conciliação do lazer das crianças com o lazer dos pais, devidamente enquadrados urbanisticamente, de modo a que as crianças possam brincar sem perigo oriundo do tráfego urbano.

- Políticas de melhoria das condições de circulação de peões e da sua utilização dos espaços urbanos para convívio:  
**Ações:** melhorar a limpeza de Passeios; Tolerância Zero ao estacionamento irregular; promover o rebaixamento dos passeios para utilização de “carrinhos” de Crianças; introdução de ajustes no tempo de duração dos semáforos para peões.
- Políticas de desenho e planeamento urbano:  
**Ações:** assegurar nas zonas de expansão urbana as necessárias dotações de equipamentos escolares para servirem as populações de acordo com a ocupação prevista para essas áreas; impedir a formação de verdadeiras auto-estradas dentro da cidade; ampliação de passeios públicos; alterações dos “rails” de protecção viária; fecho de artérias à circulação de automóveis em certos dias e horas.

## **Coesão social para inverter os trajectos das dependências**

### **Uma cidade estimulante para os adolescentes e jovens adultos**

Lisboa soube, porventura já tarde, mas com grande sentido de responsabilidade, desenvolver em finais dos anos 90 (e até 2002) um Projecto Integrado do Casal Ventoso, cujos resultados foram bem conhecidos, com a implementação de equipas de contactos e de rua, não só nesse bairro mas em rotas definidas da Cidade (pontos de contacto e equipas de rua), onde os consumos de droga eram mais intensos.

Acontece que os dramas humanos que ali se revelaram de forma tão pungente exigiam continuidade nesta acção. Num primeiro momento, muitos destes toxicodependentes deslocaram-se para a Curraleira, onde uma intervenção similar impediu que aí se viessem a instalar de forma mais definitiva.

Hoje, parece ser o Intendente, até à data sem nenhuma intervenção estratégica pró-activa, a nova sala de chuto a céu aberto, sem qualquer tipo de controlo sanitário, onde a estas problemáticas ainda se associam a elevada prostituição multiétnica que ali se vive.

Este projecto de Pontos de Contactos, implementado sobretudo na cidade de Lisboa, apesar de ter atendido mais de 7.000 indivíduos em 2002, foi cancelado em Janeiro de 2003. O mesmo aconteceu com algumas equipas de rua.

Aniquilar ou abandonar o que está no terreno, sem construir alternativas, é deixar sem esperança famílias e comunidades, é condenar à degradação irremediável ou à morte milhares de pessoas consideradas doentes pela

lei inovadora que descriminalizou o consumo de drogas no nosso país. É fazer o inverso da solidariedade: é esquecer a coesão social e desistir de uma geração de jovens lisboetas.

Nós temos ideias para alterar este estado de coisas:

- O envolvimento do Municípios na prevenção geral dos consumos tem que ser reforçado pelo envolvimento integrado das Escolas, nomeadamente do ensino básico, na modificação da qualidade de vida dos jovens, reforçando o seu auto-controlo individual e promovendo a resistência colectiva ao consumo de drogas. A esta política de prevenção geral dever-se-á associar a promoção da prevenção específica de forma continuada a grupos-alvo de jovens em situações de risco, numa lógica de proximidade à escala do bairro;
- Há que reforçar a política de tratamento e de redução de riscos, nomeadamente através da reactivação e alargamento da rede de equipas de rua e pontos de contacto;
- É a este nível ainda urgente que se implemente em Lisboa a primeira experiência inovadora no país sobre esta matéria, com resultados positivos noutras cidades europeias onde têm vindo a ser implementadas - a criação de uma sala de injeção assistida móvel, que assista os principais locais de consumo problemático de drogas;
- No plano da integração sócio-profissional, a autarquia deve estabelecer articulações com o Programa Vida Emprego, no sentido de ter um papel activo que vise a adopção de medidas que permitam a efectiva inclusão dos toxicodependentes em recuperação;
- A autarquia deverá ter nesta área equipas especializadas e com saberes actualizados para em articulação com as ONGs que actuam na área do Município poderem efectuar programas de investigação-acção, bem como definir de forma continuada as estratégias que melhor se adequam às necessidades detectadas. O programa "Escolhas" será um dos instrumentos a aperfeiçoar para intervenção nos bairros com maior incidência nos grupos de risco.

Mas a cidade estimulante para adolescentes e jovens adultos passa, também, por lhes proporcionar espaços de convívio que não se confundam (e se transformem) em locais de consumo (de álcool ou de drogas ilícitas). O lazer não se pode confundir com a adição, mas sugerir outras sociabilidades (ligadas ao desporto, aos afectos, à aprendizagem e à cultura). Propomo-nos criar espaços na cidade em que os jovens possam andar de Skate (SkateParq) em liberdade e segurança.

Para tal, a autarquia deverá proceder, com carácter de urgência, a uma profunda reavaliação de todos os projectos existentes, procurando uma integração plena das necessidades das gerações em crescimento



e desenvolvimento pessoal e social nas suas estratégias de desenvolvimento urbano.

E essas necessidades também incluem, necessariamente, o aparecimento de oportunidades de trabalho, de troca de experiências e de formação profissional e cultural. Por isso nos propomos concretizar dois projectos da maior importância para Lisboa, pensando no contributo dos mais jovens:

- Criar uma Escola de Artes e Ofícios para Apoio à Reabilitação Urbana, que resulte de uma parceria com as instituições (públicas, privadas, empresariais) que disponham de *know-how* neste domínio, e que permita estimular os jovens interessados em exercer uma profissão técnica ligada a essas artes e ofícios, no sentido da aquisição desse *know-how*;
- Criar um programa de Ocupação de Tempos Livres para jovens que disponham já de algumas competências no domínio das línguas estrangeiras (escritas e faladas), apoiando-os no desenvolvimento dessas competências e fornecendo-lhes conhecimento específico sobre a cidade (história, costumes, gastronomia, percursos, monumentos, etc.) de modo a que possam ocupar os seus tempos livres como guias da cidade.

### **Coesão social e revitalização urbana a pensar na juventude**

No seguimento do estímulo a jovens e jovens adultos, também é imprescindível pensar que a revitalização urbana e o repovoamento da cidade só é possível criando mecanismos de atracção e fixação dos mais jovens, com políticas dirigidas às suas necessidades mais específicas e com uma estratégia de intervenção municipal nos mais variados domínios. Escolhemos, todavia, três eixos prioritários de acção política exclusiva para a Juventude, que visam conjuntamente apoiar a criação de condições atractivas para jovens naquilo que corresponde às suas específicas necessidades urbanas não completamente contempladas noutros domínios, como a escola, a cultura, o urbanismo ou a estratégia Capital Criativa. Assim, preconizamos uma intervenção municipal nos seguintes planos:

#### **Emprego:**

- Implementação do “Programa de Requalificação Profissional”:
  - Escolas de Formação profissional nos Bairros Municipais;
- Criação do “Gabinete Municipal de Saídas Profissionais”;
- Lançamento da “Feira de Emprego Anual”.

#### **Habitação: “Projecto “Lisboa Atrai”:**

- Incentivos fiscais para senhorios e inquilinos nos processos de recuperação de imóveis para jovens;

- Promoção de um protocolo com as organizações de Cooperativas de Habitação, como incentivo à Reabilitação e Construção de casas para jovens;
- Fomentar o parque habitacional de arrendamento para jovens;
- Relançamento em novos moldes do programa EPUL Jovem.

### **Qualificação (Educação/Ensino)**

- Criação de uma Rede Municipal de Espaços Jovens: 4 Espaços num mandato;
- Criar a Rede Municipal de Residências Universitárias;
- Lançamento do Passe Juventude Lisboa: condições especiais, para jovens no acesso à cultura, desporto e transportes públicos.

### **Coesão social para a promoção da igualdade (com enfoque na igualdade de género)**

As políticas de género são um símbolo de qualidade das cidades modernas e desenvolvidas. Inversamente, a discriminação social pelo género e as formas mais cruéis e desumanas de a praticar, designadamente a violência doméstica, é um problema social com visibilidade crescente que urge combater para a promoção do bem-estar das famílias. Nenhuma sociedade, nenhuma cidade ou comunidade podem reivindicar o estatuto de desenvolvimento se (e enquanto) permitirem que a discriminação social se manifeste no seu tecido social.

No que, em particular, se refere à violência doméstica, as autarquias devem participar activamente no combate a este problema social preocupante, o qual seguramente afecta a vida quotidiana de muitos dos seus municípios. E devem fazê-lo com urgência, numa lógica de proximidade, porque ninguém melhor do que as autarquias para estar perto das pessoas, sentir o pulsar das suas vidas e mobilizar os meios adequados a esse combate. Em 2003, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) atendeu no seu gabinete de Lisboa 5.686 casos, na sua maioria relativos a situações de violência doméstica. Entre todos os registos, quase cinco mil casos configuravam queixas de violência na família, com predomínio para a violência entre cônjuges. Muitas outras queixas e pedidos de apoio foram feitos directamente nas esquadras de polícia, mas poucos casos chegaram aos tribunais.

Na esfera do poder local, o apoio às vítimas e o combate à violência doméstica é praticamente nulo. É urgente que se coloque este problema no centro das preocupações e prioridades municipais para, em articulação com a sociedade civil e o Estado, se organizar uma frente de apoio às famílias fragilizadas, diminuir o isolamento social de muitas mulheres e facilitar-lhes o acesso a recursos e redes sociais indispensáveis ao exercício da sua cidadania.

Só assim teremos uma sociedade mais justa e equilibrada onde a igualdade de género não seja apenas mais uma utopia.

Temos ideias para alterar este estado de coisas. Sob nossa gestão, a Câmara Municipal:

- Desenvolverá um Plano Autárquico para a Igualdade de Género e construção de cidades solidárias;
- Assinará Protocolos com cidades geminadas da União Europeia ao nível da troca de experiência e boas práticas de intervenção política ao nível autárquico para a promoção da igualdade de género;
- Desenvolverá um Projecto de Bancos do Tempo ao nível dos bairros da cidade para a promoção do voluntariado e do espírito comunitário fundamental à promoção da coesão social;
- Promoverá projectos de promoção da cidadania e igualdade de género a desenvolver nas escolas de 1º ciclo e nas associações de bairro;
- Promoverá um Concurso Anual entre as Escolas sobre os contributos da igualdade de género para o desenvolvimento da cidade;
- Envidará esforços para a implementação, em estreita articulação com as ONG's e o Governo, de mecanismos de atendimento e de apartamentos de Inserção para vítimas de violência doméstica;
- Promoverá políticas de urbanização, organização do território, equipamentos sociais e transportes que tenham como um dos eixos centrais as necessidades das famílias conciliarem a vida familiar e privada com a vida profissional.

Por fim, e num âmbito mais transversal, propomos a criação de um Gabinete pela Igualdade que, em articulação e com a participação de associações representativas e outras ONG's, promova a cidadania e a difusão da cultura cívica no plano da igualdade e actue, simultaneamente, como mecanismo de mediação de conflitos pré-judiciais no âmbito de discriminações (raça, etnia, orientação sexual, crença religiosa, etc.). Este Gabinete deverá implementar acordos com outras iniciativas e organizações análogas de outras cidades e países numa lógica de trazer para Lisboa muitas das “melhores práticas” organizacionais e de cultura cívica e de fazer de Lisboa, também neste âmbito, um exemplo de civismo e cidadania a nível nacional e europeu.

### **Coesão social para apoiar a tolerância e desenvolver o multiculturalismo**

Portugal é, cada vez mais, um país multicultural, resultante do crescimento do número e diversidade das comunidades de estrangeiros, oriundas dos quatro cantos do Mundo.

Mas Portugal e a sua Capital têm particulares responsabilidades históricas com as comunidades de estrangeiros provenientes dos países onde se fala Português. Não será por acaso que Lisboa é a cidade sede da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) e da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Defendemos, por isso, que deve assumir um papel preponderante na dinamização da vivência quotidiana da lusofonia, isto é, fazer da lusofonia uma prática quotidiana de cidadania.

Esse papel é, também, geo-estratégico para a afirmação e desenvolvimento dos países de língua oficial portuguesa, designadamente os que se situam em África e na Ásia.

Com efeito, a maioria dos países de língua oficial portuguesa vive processos de integração regional: Portugal na União Europeia, Angola e Moçambique na SADC, Cabo-Verde e Guiné na CEDEAO, Brasil no MERCOSUL, para dar apenas alguns exemplos. Estes processos são desafiadores pelo potencial que encerram e pelos receios que geram. O caso europeu é disso um paradigma e não é comparável aos outros processos de integração referidos, ainda bastante incipientes.

O que importa ressaltar, por agora, é o facto da identidade lusófona sofrer uma forte pressão regional. Desde logo por condicionantes geográficos e imperativos económicos. Esta pressão (até linguística) constitui certamente uma ameaça à referida identidade, mas também uma extraordinária oportunidade.

Neste contexto, a interrogação que se coloca é a de saber que atitude Portugal, e nomeadamente a sua cidade-capital, devem assumir neste quadro geopolítico, tendo em conta o papel de charneira e de confluências múltiplas que a sua história encerra. Fortalecer a identidade lusófona num contexto de pressão regional, pressupõe assumir uma atitude de liderança e apostar no que é perene e constitui uma mola ao desenvolvimento.

Lisboa pode e deve assumir essa liderança. Neste momento histórico identificam-se três domínios estratégicos que devem merecer a maior atenção:

- Consolidação e aprofundamento dos regimes democráticos, em particular nos países africanos;
- Cooperação nos domínios científicos e tecnológicos e da criação cultural;
- Refundação das administrações públicas, em particular o apoio à institucionalização da administração central e local nos países africanos de língua oficial portuguesa e de Timor-Leste.

No plano das relações entre comunidades, intergrupais e interpessoais, há que afirmar, com total convicção, que de acordo com os nossos valores e princípios políticos, esta candidatura não entende nem sobrevaloriza a condição minoritária dos membros de algumas dessas comunidades estrangeiras, independentemente da sua diversidade étnica. O multiculturalismo pressupõe tratar com igualdade a diferença, respeitando a integridade cultural e religiosa dos cidadãos e das suas comunidades de pertença, num quadro de respeito recíproco pelas instituições democráticas e valores republicanos da sociedade portuguesa. Mas o multiculturalismo pressupõe, também, que não se criem obstáculos à integração cívica, económica e cultural dos estrangeiros que vivem nos países de acolhimento, se essa for a sua vontade expressa. Por isso temos legitimidade para falar de uma cidade cosmopolita e solidária.

Há um conjunto de acções (de curto e médio prazo) que podem ajudar a concretizar este objectivo:

- Levantamento das instituições sedeadas em Lisboa e de planos, programas, estudos que se enquadrem nos domínios estratégicos atrás identificados. Relativamente às instituições sedeadas em Lisboa, e a título de exemplo, não poderão deixar de ter um papel relevante instituições, tais como, o Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), Fundação Calouste Gulbenkian, Sociedade de Geografia de Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Instituto de Medicina Tropical, Instituto de Ciências Sociais e diferentes Universidades. Lisboa poderá e deverá estimular, criar condições logísticas e dar visibilidade à actividade destas instituições. O que está em causa é a capacidade de se conseguir criar um suplemento político e uma dinâmica de envolvimento e de mobilização das referidas instituições em prol do desígnio de afirmação e desenvolvimento dos países de língua oficial portuguesa. Claro que um objectivo desta natureza pressupõe uma liderança reflexiva, com visão estratégica e credibilidade política. Assim a autarquia poderá liderar, em parceria com outras instituições da cidade, a organização de três grandes iniciativas, durante o próximo mandato, que reflectam uma vontade de concretização nos domínios estratégicos atrás definidos.

Neste sentido propõe-se:

- Que logo após as eleições, sejam estudadas iniciativas destinadas a assinalar o encerramento das efemérides respeitantes ao trigésimo aniversário das Independências das ex-colónias portuguesas, sugerindo a realização de debates, exposições colectivas, eventos musicais e outras iniciativas afins;

- A organização de uma conferência internacional, talvez já em 2006, que equacione as necessidades de promoção do desenvolvimento e de preservação dos recursos naturais. Esta iniciativa deveria dar uma ênfase particular aos modelos de gestão dos recursos hídricos nos países de língua oficial portuguesa;
- A organização de uma conferência internacional, talvez em 2007, que equacione os desafios que se colocam no séc XXI à administração municipais, em particular às cidades capitais e grandes metrópoles que pertencem ao mundo lusófono;
- A organização de uma conferência internacional, talvez em 2008, que se debruce sobre a diversidade da criação literária nos países lusófonos e os desafios de afirmação da cinematografia de língua portuguesa. Este evento deverá ser acompanhado de uma grande feira do livro e de um festival de cinema;
- A criação de um Centro Cultural que poderá denominar-se “Casa da Lusofonia e do Mundo”. Trata-se de um espaço que deve ter como objectivo acolher iniciativas culturais e de outra natureza, com vista a promover intercâmbio permanente entre os nossos países através das comunidades residentes em Lisboa. O programa destas iniciativas deverá constar na Agenda Cultural da Câmara de Lisboa, dos países e das comunidades. A promoção anual de uma semana/quinzena/mês da Lusofonia deverá constar dos seus objectivos;
- Considerar de igual relevância a atenção a dar aos cidadãos e famílias de etnia cigana, minoria étnica com muita expressão na cidade e com problemas específicos e complexos, bem como às comunidades provenientes de outras regiões do mundo, como os países do leste europeu e a China, com um peso crescente na população imigrante que vive e trabalha em Lisboa, com necessidades e carências próprias;
- Estratégias de integração especificamente dirigidas para:
  - As crianças dessas comunidades, fazendo da escola que frequentam um verdadeiro espaço de socialização das crianças, já que a Escola é o único lugar onde essa prática é possível e encorajada. A política de uma Escola inclusiva passa pela formação de todos os actores que intervêm no processo educativo e na disponibilização dos recursos humanos, materiais e técnicos. Dar prioridade ao ensino da Língua Portuguesa, como factor primordial de integração e disciplina básica interdisciplinar, cujo conhecimento e domínio é condição *sine qua non* para o sucesso escolar;

- Os adolescentes e jovens adultos, criando Residências Universitárias e Locais de estudo para os Jovens Universitários, nomeadamente os provenientes de famílias carenciadas, estimulando a prática de actividades desportivas e outras, fazendo melhor aproveitamento de infra-estruturas existentes e criando outras, promovendo a ocupação positiva dos tempos livres com vista à sua integração na sociedade, promovendo a recuperação dos jovens que abandonaram o sistema escolar obrigatório por forma a tornar a sua vivência útil e estimulante longe dos trajectos desviantes e dos comportamentos aditivos;
- Os idosos, fazendo um diagnóstico social a fim de se conhecer a situação actual dos idosos dessas comunidades que necessitam de apoios (vencendo o estereótipo de que as famílias migrantes são sempre capazes de proporcionar apoio intergeracional);
- Às famílias, garantindo assistência às famílias carenciadas especialmente as residentes em zonas degradadas da cidade, promovendo políticas que incidam nas problemáticas da toxicod dependência, alcoolismo, prostituição entre outras, associadas à pertença étnica;
- Pela especificidade dos seus problemas, a etnia cigana merecerá ainda a adopção de programas dirigidos, concebidos em diálogo com as diferentes comunidades deste grupo étnico e com instituições especializadas na intervenção junto dos mesmos, designadamente incidindo na prevenção de rivalidades internas que frequentemente originam problemas graves, no recurso a mediadores sociais que apoiem programas de combate ao abandono escolar e de inserção social no meio de residência, na capacitação e estímulo para a integração em novas saídas profissionais, na sensibilização para a igualdade de género e de orientação sexual, etc.

### **Coesão social para garantir maior igualdade no acesso às práticas e comportamentos saudáveis: uma cidade activa, solidária e saudável**

Num mundo em constante mutação, como acontece hoje em dia, quando se estuda e discute um conjunto de problemas relativos ao planeamento e à gestão urbana, é fundamental fazer-se uma referência ao lazer e à qualidade de vida dos cidadãos. E acreditar no que se diz para concretizar o que se propõe.

Neste sentido, é impensável uma abordagem a estes temas sem uma alusão às actividades físicas e desportivas, considerando que elas estão fortemente presentes em ambos os conceitos. O Desporto é, actualmente, um fenómeno social total. Ele interage com a vida política, económica e sócio-cultural e a sua gestão tornou-se progressivamente complexa e os seus instrumentos diversificaram-se e multiplicaram-se.

As práticas desportivas são unanimemente reconhecidas como sendo fundamentais no desenvolvimento pessoal e social, na saúde, na educação, na cultura ou no turismo. O desporto pode ser, assim, um poderoso instrumento para o desenvolvimento local e a cidadania.

Todavia, a discussão dos problemas ligados ao desporto não pode ficar circunscrita, como é usual em muitos contextos, à discussão sobre o futebol, à questão dos espaços e dos equipamentos ou à realização de eventos. Devemos, decididamente, ir mais fundo no estudo e na reflexão sobre estas matérias visando, em primeiro lugar, a definição de um modelo para o desporto em Lisboa que se ajuste às necessidades e motivações dos seus habitantes.

Lisboa precisa de uma nova Política Municipal de Desporto e precisa de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal que incorpore, por um lado, as preocupações do movimento associativo desportivo mas que, por outro lado, tenha em consideração que num município como o lisboeta - com uma grande dimensão em termos de espaço e uma enorme complexidade de problemas - deve também existir uma efectiva descentralização de responsabilidades, como uma estratégia adequada para que o desporto em Lisboa seja mais eficaz e tenha melhor qualidade.

Daí que, deplorando a situação a que se chegou no domínio das actividades físicas e desportivas em Lisboa, se torne urgente a definição de uma nova política desportiva para a cidade assente em diferentes eixos:

- O cidadão como o centro das nossas preocupações (como actual ou potencial praticante). Este conceito faz com que, na nossa perspectiva, todos os planos, projectos e actividades decorram justamente da necessidade que as actividades físicas e desportivas sejam acessíveis a todos os cidadãos, independentemente do seu escalão etário, sexo ou condição sócio-económica;
- O desporto como um direito dos cidadãos, que os responsáveis governamentais e autárquicos tudo devem fazer para concretizar, respeitando o princípio da equidade e combatendo todas as formas de exclusão, para o efeito;
  - Reforçando e ampliando a vida associativa, tendo em atenção as suas necessidades e preocupações;
  - Estimulando e apoiando o voluntariado, nomeadamente com a criação do Estatuto do Dirigente Desportivo de Lisboa;



- Articulando e complementando a política desportiva da autarquia municipal com a de outras entidades e sectores, em particular os sistemas educativo e desportivo, o ambiente, o urbanismo e o turismo;
- Promovendo o envolvimento de entidades diversas, no planeamento, acompanhamento e avaliação da política desportiva autárquica;
- Desenvolvendo uma cooperação institucional, numa base formal, regular e contínua, entre os diferentes parceiros do movimento desportivo lisboeta;
- Aumentando a qualidade das práticas e diversificada a oferta desportiva para os cidadãos, nomeadamente com a criação e desenvolvimento de um Programa de Desporto para Todos, que tenha em atenção os diferentes públicos-alvo e as constantes mudanças na procura desportiva, como por exemplo, o desporto feminino, as actividades físicas e desportivas para a população adulta e sénior, as actividades desportivas para imigrantes e minorias étnicas, o desporto para deficientes e as actividades desportivas para zonas habitacionais e grupos “de risco”;
- Concretizando uma política integrada ao nível da construção e gestão de infra-estruturas desportivas, multifuncionais e flexíveis, na perspectiva da sua plena utilização mas que tenha, igualmente, em atenção a utilização informal dos espaços públicos (jardins, zonas verdes, planos de água);
- Favorecendo o desenvolvimento de actividades desportivas formais e não-formais;
- Promovendo o desenvolvimento de programas e projectos de ligação entre as actividades desportivas e a educação e defesa ambiental, em especial com a criação de circuitos pedonais, ciclovias, actividades em parques e jardins, paredes de escalada e actividades náuticas;
- Erradicando todo um conjunto de barreiras políticas e administrativas que impedem um acesso fácil dos cidadãos ao rio Tejo, que resulte na criação de espaços específicos e na promoção de actividades físicas e desportivas na zona ribeirinha;
- Adoptando um conjunto de procedimentos e instrumentos de comunicação modernos, a par da criação de redes operacionais entre todos os níveis, estruturas e entidades participantes no movimento desportivo da cidade;
- Concretizando uma política urbanística que tenha respeito pela necessidade de equipamentos desportivos em qualidade e quantidade;

- Apoiando a organização e promoção de eventos desportivos de prestígio e de indiscutível interesse nos planos municipal, regional e nacional;
- O desporto como prática ao alcance de todos, traduzindo este eixo em acções muito concretas, a saber:
  - A elaboração de um Plano Estratégico para o Desporto de Lisboa;
  - A revitalização dos Serviços de Desporto da CML, como uma estrutura essencial no enquadramento, apoio, na promoção, dinamização e avaliação do desporto na cidade;
  - A reactivação dos Jogos de Lisboa, reformulando a sua estratégia de funcionamento e envolvendo na sua organização as escolas, os clubes e as Juntas de Freguesia;
  - A criação do Fórum dos Clubes Desportivos (com periodicidade a definir com o movimento associativo);
  - A elaboração da Carta Desportiva de Lisboa, com uma actualização permanente;
  - O desenvolvimento de um Programa Especial de Infra-Estruturas Desportivas que inclua - nas obras e intervenções - novas construções e remodelações e ampliações dos equipamentos existentes;
  - A elaboração de um plano específico na área da documentação e informação que incluirá: o Guia do Desporto de Lisboa e o apoio documental às actividades e à formação de agentes desportivos, em áreas diversas como a promoção do *fair play*/espírito desportivo ou a metodologia e didácticas das actividades desportivas infanto-juvenis;
  - A criação de uma rede de formação desportiva, em articulação com as escolas, os clubes e associações de modalidade;
  - O fomento das Escolas de Desporto (estágios desportivos em períodos de férias escolares); e,
  - A implementação de Centros de Animação Desportiva.

Com todas estas propostas, as actividades físicas e desportivas poderão ser um instrumento para uma transformação da vida na cidade: para que Lisboa seja uma cidade activa, saudável e solidária.

### **A segurança como condição primeira da liberdade**

As cidades são, provavelmente, as mais grandiosas obras de arte da humanidade. É um trabalho artístico em permanente mutação, de readaptação do velho, de construção do novo, numa afirmação de dinamismo e de ligação ao passado e à tradição. Quando nelas vivemos lado a lado, torna-se extremamente importante o modo como as pessoas se relacionam entre si. Para que as cidades possam desenvolver-se é necessário, entre outros aspectos, que o espaço público partilhado pelos cidadãos se apresente seguro. Saber como as cidades controlam este processo dinâmico é uma questão política

importante, pois a segurança, a protecção e socorro das pessoas e bens é uma das maiores preocupações das sociedades modernas, tanto para os cidadãos como para os decisores políticos. Daí que este tema esteja na primeira linha da construção de uma alternativa política para mudar Lisboa.

A nova perspectiva hoje existente é a de que, a par do reforço substancial do trabalho social integrado, a Câmara pode contribuir para prevenir a criminalidade e deve apostar decisivamente numa política de protecção e socorro - pois os nossos munícipes, os que por cá trabalham e os turistas que nos visitam, têm de sentir garantia de circulação em segurança. Será essa a nossa aposta consubstanciada nas seguintes ideias e propostas.

Como instrumentos de uma política de segurança, protecção e socorro que possa privilegiar a educação para a cidadania como eixo da prevenção, a proximidade como objectivo de desdobramento dos agentes de segurança e a eficácia de um reforço da acção comum do conjunto de forças vivas da cidade importará envolver todas as entidades da cidade, públicas e privadas, no objectivo permanente de criar uma Lisboa mais segura, em todas as vertentes. Com efeito, é necessário, cada vez mais, mobilizar o conjunto de potenciais parceiros que, no plano local, possam contribuir para este objectivo. Propomos:

- Dinamizar o Conselho Municipal de Segurança;
- Criar os Conselhos Distritais de Segurança (ao nível dos “Distritos Urbanos” que resultarão da agregação de Freguesias);
- Criar as Unidades Locais de Segurança (em cada Freguesia); e,
- Definir com cada um destes órgãos os objectivos a atingir através da assinatura de Contratos para uma Lisboa mais Segura.

A utilização dos mais modernos meios tecnológicos de video-vigilância para reforço da prevenção, da segurança, da protecção, socorro e do combate ao sentimento de insegurança é, nos nossos dias, um instrumento essencial a uma cultura de segurança moderna e eficaz que procure dar respostas aos novos desafios com que as cidades se confrontam diariamente. Com efeito, estes meios podem contribuir, decisivamente, para a eficácia das forças e serviços de segurança, nos domínios da prevenção da criminalidade e da sinistralidade rodoviária, do combate à criminalidade e de diminuição do sentimento de insegurança. Igualmente decisivo para justificar a utilização destes meios, é o facto de a video-vigilância poder contribuir para a eficácia da intervenção dos diferentes agentes de protecção e socorro, nomeadamente os bombeiros e a protecção civil, em caso de necessidade.

Do mesmo modo, o policiamento de proximidade, vulgo comunitário, é um outro grande pilar da aposta que tem de ser feita para tornar Lisboa mais segura. Sendo, na essência, a colaboração entre a comunidade e as forças de

segurança com o objectivo de identificar e resolver os problemas da comunidade, o policiamento de proximidade tem, no entanto, vastas implicações: uma visão mais ampla da prevenção e controlo da criminalidade, uma maior ênfase na participação activa dos cidadãos no processo de resolução de problemas e profundas alterações na organização policial. A base do sucesso de uma estratégia de policiamento de proximidade são laços fortes e mutuamente vantajosos entre as forças de segurança e os cidadãos tendo em vista a redução da criminalidade, manutenção da ordem através de uma análise pormenorizada das características e origens de determinados problemas que se colocam a uma comunidade, procurando resolvê-los através do recurso às soluções mais adequadas. O policiamento comunitário efectivo depende da optimização dos contactos entre os agentes de patrulha e os cidadãos. Os carros-patrulha são apenas um dos meios para prestar serviços de polícia, não o principal. Outros meios (bicicleta, ciclomotor/motociclo, ou mesmo pequenas esquadras) podem colocar a polícia mais perto da comunidade. Identicamente, a atribuição de agentes a determinadas áreas durante um longo período de tempo permitir-lhes-á familiarizarem-se com a evolução da comunidade pela qual são responsáveis. Este reforço da presença policial é um passo no estabelecimento de uma maior confiança dos cidadãos residentes e aumenta o sentimento de segurança, que é um dos factores mais importantes na diminuição da criminalidade. Daí que, na segurança de pessoas e bens, vamos:

- Implementar, em articulação com as forças e serviços de segurança e o Governo, a video-vigilância em zonas críticas (como por exemplo o Intendente, a Ameixoeira e o Bairro Alto ou mesmo em túneis de atravessamento de peões);
- Reorientar a acção operacional da Polícia Municipal de modo a afectar a sua acção ao reforço do policiamento de proximidade nomeadamente, em articulação com a PSP, no que diz respeito aos Programas Idosos em Segurança, Escola Segura e Comércio Seguro e às matérias relacionadas com o trânsito e estacionamento;
- Concretizar a construção de esquadras de proximidade a afectar à PSP e/ou à Polícia Municipal nos seguintes locais: Rua das Açucenas (Ajuda), Rua Alfredo Bensaúde (Olivais), Ameixoeira - Bairro PER, Bairro da Quinta da Bela Flor (Campolide) e Alto do Lumiar;
- Criar mecanismos de integração dos idosos no apoio ao Programa Escola Segura (como por exemplo no auxílio ao atravessamento de passadeiras);
- Optimizar a rede de comunicações de emergência e segurança do município;
- Melhorar a iluminação da cidade em zonas onde tal seja necessário;
- Dar um novo impulso aos trabalhos do Observatório de Segurança de Lisboa;
- Intervir mais decididamente na prevenção da sinistralidade rodoviária nomeadamente através da eliminação de pontos negros nas vias da cidade, do lançamento do Clube de Trânsito das crianças e de uma campanha de segurança rodoviária para adolescentes;

- Participar na elaboração de estratégias e mecanismos de minimização de fenómenos como a violência doméstica, problemas causados por drogas e álcool e comportamento anti-social (como por exemplo abandono de viaturas, os grafittis indiscriminados e os níveis de ruído nocturnos);
- Criar parcerias, com entidades públicas e privadas, de modo a que em Lisboa se viaje, à noite, com mais segurança - seja nos transportes públicos seja nos privados; e,
- Aferir do estágio de desenvolvimento da participação de Lisboa em organismos internacionais como, por exemplo, o Fórum Europeu para a Segurança Urbana.

Analogamente, no que diz respeito à Polícia Municipal, preconizamos:

- O incremento da sua operacionalidade no domínio da fiscalização de obras clandestinas, na fiscalização do cumprimento dos requisitos exigidos na realização de obras legalizadas e na criação de condições de segurança para a demolição de, eventuais, construções clandestinas;
- O desenvolvimento da sua actividade na fiscalização do património municipal - impedindo a sua ocupação indevida;
- Uma maior aposta na fiscalização do comércio e do exercício da venda ambulante e nas matérias de saúde pública;
- Uma estratégia clara de manutenção e reequipamento, faseado, dos seus meios operacionais e das suas infra-estruturas;
- O fortalecimento do seu quadro técnico e administrativo; e,
- O apoio às actividades desportivas, culturais e recreativas desenvolvidas no seu seio.

Nas áreas de intervenção do Regimento de Sapadores de Bombeiros, a protecção e socorro de pessoas e bens, concretizaremos:

- O lançamento de um novo quartel de bombeiros no Alto do Lumiar;
- A dinamização de equipas especializadas em áreas como espeleologia, matérias perigosas, intervenção em espaços confinados, unidade cinotécnica, salvamentos em grandes edifícios e equipa de mergulho;
- A reformulação, faseada, do parque de viaturas de socorro nomeadamente em termos de viaturas para apoio em grandes sinistros e para intervenção em zonas históricas (zona confinadas);
- A revisão da Medicina do Trabalho para os Bombeiros e do seu Regulamento Interno;
- O apoio às actividades desenvolvidas no Regimento em áreas como a Banda de Música, a Selecção de Atletismo, a Equipa de Ginástica Especial e a Equipa de Manobras (provas inter-bombeiros a nível nacional e internacional);
- A implementação de um programa, faseado, de melhoria das condições de habitabilidade e funcionamento nos quartéis e no espaço dos Serviços Técnicos;

- Uma aposta, ainda maior, na formação através do incremento da excelência da Escola de Sapadores de Bombeiros nomeadamente através da certificação dos seus cursos, da reorganização do seu quadro de formadores e do aumento do conhecimento aprofundado de locais críticos nas áreas das Companhias e da ampliação da formação diária; e,
- O preenchimento do seu quadro técnico e administrativo.

Os mecanismos de Protecção e Socorro de Lisboa devem ser, a nível local, mais profissionalizados. De facto, a institucionalização, em cada Freguesia, dos Centros de Operações de Emergência, com recurso a uma componente de voluntariado para primeira intervenção é algo que, sendo importante, tem dado mostras, em outras zonas, de não resultar eficazmente, por si só, em situações de emergência. A primeira intervenção é muitas vezes a intervenção mais decisiva. E como tal, não pode ficar apenas à mercê do imprevisto, da boa vontade e da disponibilidade momentânea dos cidadãos. Logo, numa lógica de parceria, investir mais na profissionalização dos Centros Locais de Operações de Emergência terá de ser uma prioridade - eventualmente ao nível dos “Distritos Urbanos”. Analogamente, todas as outras áreas de prevenção de riscos terão de ser, cada vez mais, aperfeiçoadas. Daí que nas áreas de operação do Serviço Municipal de Protecção Civil, a protecção e socorro de pessoas e bens, realizaremos:

- Um incremento da organização das Brigadas de Apoio Local (compostas por cidadãos);
- Um incremento da profissionalização dos mecanismos locais de protecção e socorro;
- Uma aposta cada vez mais consistente no projecto Crescer (na) Segurança e em todas as áreas de prevenção assimiláveis pela população escolar do primeiro ciclo;
- O alargamento da divulgação de diferentes módulos de formação, criados pelo SMPC, em complemento da matéria curricular, à população escolar do 5.º ao 12.º ano;
- Um intensificar da elaboração de planos de emergência internos das diferentes instituições públicas e privadas que operam em Lisboa;
- Um aumento da formação interna da CML e da população em geral a par da divulgação de campanhas de prevenção;
- Um esforço continuado de consolidação da prevenção e análise de riscos;
- Uma actualização do planeamento preventivo e de emergência;
- A definição do nível de intervenção nas operações de socorro e de reabilitação; e
- O reforço das relações de cooperação internacional, intra e inter-institucionais.

Ainda neste domínio, da protecção e socorro, estabeleceremos, com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, entidades essenciais ao sistema de saúde dos lisboetas e ao reforço dos mecanismos de emergência e socorro, protocolos de cooperação de modo a apoiar a sua actividade corrente e, entre outros aspectos, a conferir aos voluntários:

- Maior formação e operacionalidade no âmbito do CSOEL - Comando do Sector Operacional Especial de Lisboa;
- Uma participação essencial na instituição de uma Unidade Municipal de Coordenação de Apoio Médico - de modo a conferir maior eficácia à prestação de serviços de apoio na área da saúde; e,
- Melhores condições de habitabilidade e operacionalidade nos seus quartéis.

Em relação ao Governo procuraremos, numa lógica de parceria, ao mesmo tempo cooperante, reivindicativa e actuante, articular:

- O recrutamento de mais bombeiros com vista a completar, faseadamente, o Quadro Orgânico do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa;
- A criação de um corpo próprio da Polícia Municipal com o objectivo de colmatar, faseadamente, as suas carências de efectivos. Corpo próprio cuja implementação em concreto será necessariamente negociada com o Governo tendo em vista a manutenção da actual capacidade instalada da PM e a sua continua aptidão operacional;
- A celebração com o Ministério da Administração Interna, e com as forças de segurança sob sua tutela, de um Protocolo de Cooperação que permita dotar as instalações policiais da cidade de mais e melhores meios e condições - de modo a que os agentes no terreno possam desempenhar a sua missão com mais eficácia. Protocolo em que a CML se comprometerá directamente, à medida das suas disponibilidades financeiras, e através do envolvimento de outras instituições, a apoiar a PSP em termos de infra-estruturas, viaturas e equipamentos;
- A redefinição das missões e estatuto da Polícia Municipal de Lisboa;
- A construção de uma Divisão da PSP no Alto do Lumiar.





QUATRO PRIORIDADES PARA QUATRO ANOS

# Cidade Planeada, com Memória e com Futuro

## **CIDADE COM FUTURO**

### **Um Novo Urbanismo**

Todos os que vivem a cidade sentem que há que adoptar rapidamente uma atitude de exigência em relação à paisagem urbana, que urge cultivar um novo urbanismo. Por isso propomos uma nova forma de fazer cidade que passa por ter uma visão global dos problemas e procurar encontrar soluções integradas, assentes numa estratégia bem definida que deverá ir sendo desenvolvida através de acções concretas de carácter prioritário.

Por novo urbanismo entendemos:

- Ter presente que os aspectos ambientais, sociais, culturais, arquitectónicos, económicos, e os demais relativos ao quotidiano das pessoas, se entrecruzam e não podem deixar de ser avaliados aquando da tomada de decisões que se projectam no futuro;
- Prestar maior atenção à paisagem urbana com vista à protecção e valorização cultural do património arquitectónico, natural, paisagístico e histórico;
- Adoptar um planeamento sistémico que assegure uma gestão racional e equilibrada dos recursos disponíveis - contemplando toda uma diversidade de usos e funções - onde as estruturas naturais têm um papel determinante na regeneração da paisagem urbana;
- Privilegiar e valorizar o espaço público como forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas, incentivar a aproximação intergeracional e o convívio entre diversos grupos sociais e induzir comportamentos cívicos de defesa do património e do ambiente, propiciando novas formas de relacionamento, de comunicação e de estar;
- Aumentar a qualidade de vida das pessoas, favorecendo a satisfação de necessidades básicas e assegurando a deslocação cómoda, a pé ou através de meios de transporte público eficientes, entre os locais onde se situa a casa, o trabalho, a escola e o lazer;
- Revitalizar o tecido urbano existente, em contraponto ao incremento de novas construções, processo esse que terá de contemplar não apenas a renovação física, mas igualmente induzir nova vida a um tecido urbano que se encontra esgotado;
- Introduzir uma cultura de responsabilidade em que todas as soluções preconizadas sejam devidamente sustentadas por estudos adequados;
- Fomentar mecanismos que ponham em marcha a participação dos cidadãos na construção da cidade, o que passa pela sua auscultação, através dos diversos instrumentos ao dispor, pela informação que deverá ser acessível e sem restrições e, sobretudo, por uma verdadeira discussão pública dos problemas que não se esgote numa formalidade;
- Definimos, como prioritários, os seguintes temas que consideramos necessários para afirmar Lisboa e reconciliar os seus habitantes com a cidade:

- Recentrar Lisboa;
- Recuperar o Rio;
- Revitalizar os Bairros;
- Qualificar as Periferias;
- Consolidar a Estrutura Ecológica;
- Afirmar a capitalidade de Lisboa.

## **Recentrar Lisboa**

Lisboa encontra-se despovoada; os seus jovens foram expulsos para os concelhos limítrofes, num processo migratório resultante de múltiplos factores: entre os quais, por um lado, há que realçar a degradação progressiva do parque habitacional e, por outro, os preços especulativos praticados no mercado livre de arrendamento ou venda, incomportáveis para as novas gerações.

A alteração de usos, com o incremento do terciário, veio introduzir novo desequilíbrio ao fomentar o alastramento do parque edificado expectante, cujos proprietários preferem esperar por uma boa oportunidade de negócio, em que possam realizar mais valias consideráveis, a procurar rentabilizar aqueles espaços no presente, o que implica a sua conservação. O exemplo paradigmático é o do Rossio que mantém comércio e serviços a funcionar nos pisos térreos mas que se encontra totalmente abandonado nos pisos superiores, com apenas 7 residentes.

A incúria a que foi votado o espaço público, desde a falta de conservação à sujidade, a que se junta a utilização indiscriminada de toda a espécie de publicidade, a ocupação abusiva das ruas por mobiliário inadequado e por obras não programadas, deficientemente protegidas, torna difícil a relação do transeunte com a cidade. A poluição atmosférica e a sonora agravam a situação e levam-no a fechar-se em casa ou no seu automóvel, ainda que para percorrer curtas distâncias.

Tudo isto, por sua vez, conduz a um aumento da insegurança. As ruas tornaram-se locais agressivos, poluídos e muito barulhentos, atravancadas de automóveis ilegalmente estacionados que impedem a circulação de um carrinho de bebé ou de uma cadeira de rodas. A fealdade dos locais incentiva ao vandalismo e induz comportamentos anti-cívicos e parece difícil quebrar o círculo vicioso da desqualificação que gera mais desqualificação.

Se este problema se verifica um pouco por toda a cidade, é sem dúvida o centro histórico o mais afectado, onde se colocam problemas graves relacionados com a segurança das pessoas e onde se nota o declínio acentuado da vida urbana, outrora fervilhante.

Acresce que nada foi feito para dinamizar o comércio tradicional que não soube, ou não pôde, renovar-se e enfrentar os novos conceitos de comércio massificado. Por outro lado, os equipamentos culturais encontram-se sub-aproveitados ou mesmo encerrados, não existindo programas adequados para acolher novas propostas e chamar novos públicos.

Há que inverter a situação e devolver à Baixa Pombalina o seu esplendor, recuperar a dignidade de centro de uma capital europeia, afirmando a sua história e preservando o seu património.

Para tal, propomo-nos:

- Recentrar a cidade em torno do Terreiro do Paço, reafirmando o seu valor simbólico de centro político do país e de Lisboa como capital no espaço europeu;
- Revitalizar a cidade em função de dois eixos estruturantes e prioritários: (i) o eixo que, começando no rio, se prolonga pelo Rossio, Restauradores, Av. da Liberdade, até ao Alto do Parque Eduardo VII; (ii) o eixo que, começando no Martim Moniz, continua pela R. da Palma, Av. Almirante Reis, até ao Areeiro.

### **Terreiro do Paço e Baixa Pombalina**

Algumas medidas têm de ser tomadas de imediato a fim de mudar a imagem degradada de Lisboa e revitalizar o seu centro, em estreita ligação com o rio, que constitui a grande aposta para afirmar a cidade a nível nacional e internacional.

### **Terreiro do Paço**

O Terreiro do Paço possui uma dimensão e uma escala cenográfica que há que preservar, pois é a única praça que sobressai em Lisboa pela sua espectacularidade e imponência. Aberta sobre o rio Tejo, é varrida pelas brisas marítimas que a tornam algo inóspita, pouco propícia ao descanso dos seus visitantes.

Medidas a adoptar:

- Confirmar o Terreiro do Paço como centro político e administrativo por excelência, mantendo a sua função de representação do poder e reforçando a componente ministerial nos pisos superiores;
- Devolver à cidade o Cais das Colunas e requalificar o Terreiro do Paço como espaço público de excelência, predominantemente pedonal;
- Manter desimpedido o terreiro central onde se encontra a estátua equestre, retirando todos os elementos espúrios que costumam envolvê-la;

- Manter desimpedido o terreiro central onde se encontra a estátua equestre, retirando todos os elementos espúrios que costumam envolvê-la;
- Aproveitar as arcadas e os espaços situados nos pisos térreos dos edifícios, reservando-os para usos culturais e espaços de restauração e comércio complementar;
- Criar um núcleo museológico sobre o terramoto de 1755 e a reconstrução de Lisboa que comporte igualmente uma componente de investigação e de prevenção da actividade sísmica na região de Lisboa;
- Restaurar e reutilizar o Arco da Rua Augusta, assegurando acessos verticais à “sala do relógio” e ao terraço, criando uma nova varanda sobre o Tejo.

### **Baixa Pombalina**

A Baixa Pombalina é um exemplo raro do urbanismo iluminista, resultado de um conceito de planeamento global que qualifica as ruas como sucessivos eixos monumentais, criando perspectivas e pontos de fuga longínquos, que define praças, e cuja arquitectura tem como principal função o enquadramento e a delimitação dos espaços urbanos assim criados.

Medidas a adoptar:

- Considerar a Baixa Pombalina uma zona homogénea para a qual há que definir uma metodologia de intervenção coerente, quer no edificado, quer no espaço público;
- Criar um regime especial de contratualização com os proprietários de imóveis de modo a assegurar a planificação e execução de intervenções de recuperação, restauro e revitalização;
- Apresentar incentivos à modernização do comércio da Baixa Pombalina, dando especial atenção aos jovens comerciantes que queiram arriscar neste sector de actividade ou dar continuidade a estabelecimento familiar;
- Incentivar o alargamento do horário de funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais que possam constituir pólos de atracção - livrarias, cafés, bares, restaurantes, galerias de arte, lojas étnicas ou especializadas em ofertas turísticas - e promover a instalação de lojas “âncora” com o objectivo de transformar a Baixa Pombalina no verdadeiro “Centro Comercial de Lisboa”;
- Apoiar e valorizar o conceito de “tasca” alfacinha, como estabelecimento dedicado ao “petisco”, com produtos tradicionais de qualidade;
- Incentivar a ocupação residencial da Baixa Pombalina e estimular a recuperação de edifícios que possam ser utilizados como pequenos Hotéis de Charme ou sedes de prestígio de empresas;

- Instalar novas residências para estudantes, destinadas igualmente a alojar temporariamente grupos profissionais deslocalizados;
- Assegurar aspectos importantes para o transeunte relacionados com a limpeza das ruas e com a salubridade pública;
- Dinamizar os equipamentos culturais existentes, com projectos e programas que atraíam a juventude, e incentivar a animação de rua;
- Promover a fixação de centros de estudo ligados às artes e à arquitectura, patrocinados por fundações ou universidades;
- Controlar a publicidade e os anúncios luminosos, preservando as fachadas mas valorizando o estabelecimento comercial; introduzir sinalética contendo informação clara;
- Desenvolver o conceito de uma marca que identifique a Baixa, a utilizar em acções de promoção publicitária e em todo o tipo de objectos de merchandising;
- Favorecer a ligação com o rio, assegurando a preservação dos eixos perspécticos, sem prejuízo da ligação perpendicular entre as duas colinas, através do eixo da Rua da Conceição e do eixo Rua de Santa Justa/Largo da Carmo, recuperando o elevador há muito encerrado.

## **Eixos estruturantes**

### **Avenida da Liberdade**

A Avenida da Liberdade é a principal artéria de Lisboa, aquela que determinou o seu crescimento no século XX e estabeleceu a ligação com a nova cidade resultante do plano de Ressano Garcia. Rasgada ao longo do Valverde é ladeada por duas das mais significativas colinas de Lisboa, a colina de Sant' Ana e a de São Roque, com as quais dialoga em declive suave e ondulado, sempre que as cérceas dos novos edifícios o permitem e os eixos perspécticos não se encontram obstruídos.

Um fenómeno recente levou à instalação das principais lojas de marca existentes na cidade, aproximando esta avenida de uma zona comercial de excelência. Estes fenómenos, resultantes de um dinamismo autónomo, podem conduzir ao seu próprio esgotamento se não forem acompanhados de uma recuperação do espaço público em que se inserem que incentive à sua utilização pelo grande público.

Medidas a adoptar:

- Reforçar as características de eixo estruturante da cidade, prolongamento natural da Baixa Pombalina que estabelece a continuidade entre o rio, o centro histórico e a cidade nova;
- Preservar a identidade do local que se apresenta como um vale com ligação natural às colinas que o ladeiam, constituindo uma unidade de paisagem urbana coerente que há que reforçar;

- Valorizar o património ambiental através da definição de uma rede de percursos em que a estrutura verde, pública e privada seja determinante;
- Requalificar e revitalizar as ruas e praças envolventes (Praça da Alegria, Largo da Anunciada, Rua de Santa Marta, Rua de S. José, etc), inseridas no Plano da Avenida da Liberdade a reavaliar em seis meses;
- Reforçar o conceito de “boulevard” como zona comercial de excelência;
- Dinamizar os equipamentos culturais existentes (Cinema S. Jorge, Tivoli, vários na Rua das Portas de Santo Antão, etc.) com projectos e programas que atraiam a população, designadamente os mais jovens;
- Transformar o Parque Mayer num jardim que dê continuidade ao Jardim Botânico que será valorizado e recuperar o Teatro Capitólio, adaptado a novos usos e funções;
- Aumentar a largura dos passeios laterais e estabelecer a ligação longitudinal dos passeios centrais ajardinados, transformando as actuais bolsas de estacionamento e algumas das transversais em zonas de estadia;
- Estudar a ligação, por eléctrico à superfície, entre os Restauradores e o Marquês de Pombal ou Alto do Parque Eduardo VII.

### **Avenida Almirante Reis**

É uma das maiores artérias de Lisboa - também ela situada num vale encaixado entre colinas - e, ao longo da sua extensão, percorre várias malhas da cidade. Os bairros situados na sua envolvente foram, no início do século XX, destinados à pequena burguesia, de fracos recursos económicos e resultaram da tendência para separar os grupos e as funções sociais em zonas definidas, reconhecíveis pelo padrão da largura das ruas, pela riqueza decorativa das fachadas, ou pelo tipo de comércio local.

O seu carácter marcadamente popular manteve-a viva, quer pelo pequeno comércio de rua que se encontra activo, quer pelas suas gentes que nunca abandonaram os bairros e que com eles continuam a identificar-se. Se, por um lado, o abandono dos poucos espaços públicos e a falta de arborização, desqualificam esta zona da cidade, por outro, foi possível conservar algumas das suas características próprias, que a tornam única em termos de vivência urbana.

Medidas a adoptar:

- Desenvolver um projecto integrado de revitalização, delimitando a área de intervenção e definindo as acções prioritárias a desencadear;
- Valorizar a rua como elemento estruturador do tecido comercial, o que implica o alargamento dos passeios e a reorganização das bolsas de estacionamento;

- Arborizar os passeios laterais, recriando o efeito de alameda por forma a valorizar o eixo perspéctico e aumentar o conforto;
- Apoiar os comerciantes locais na concepção da imagem do seu estabelecimento, tornando-os mais atractivos ainda que preservando o seu carácter tradicional;
- Valorizar, física e funcionalmente, os mercados municipais de Arroios e do Forno do Tijolo como catalisadores de dinâmicas comerciais locais;
- Adoptar medidas para aumentar a rotatividade do estacionamento à superfície ao longo da avenida e fixar horários rígidos de cargas e descargas;
- Regenerar toda a zona do Intendente através de uma acção consistente e pluridisciplinar que assegure a reconversão sócio-urbanística do local, desenvolvendo programas de apoio não só aos toxicodependentes mas também aos moradores;
- Instalar um centro cultural que promova actividades especialmente vocacionadas para a população jovem residente;
- Apoiar o multi-culturalismo, incentivando actividades que visem a divulgação de formas de expressão artística oriundas de todo o mundo.

### **Recuperar o Rio**

A cidade de Lisboa desenvolveu-se a partir do estuário do Tejo, na ligação deste com as encostas das colinas a ele expostas, mas, com o advento do desenvolvimento industrial, a relação natural da cidade com o rio foi cortada e a actividade portuária ocupou toda a frente ribeirinha.

Contudo, a evolução do transporte marítimo e as profundas alterações no sector industrial transformaram grande parte daquela área em zonas desaproveitadas ou ocupadas com armazéns e equipamento desactivados, alguns em estado avançado de degradação.

Ainda que assim seja, a gestão deste espaço privilegiado - a maior riqueza de Lisboa assenta na relação natural entre as colinas e o rio - continua a estar entregue quase exclusivamente a uma entidade pública, APL - Administração do Porto de Lisboa, SA, cujo objecto se circunscreve ao desenvolvimento da actividade portuária e não contempla a dimensão de cidade.

Nos últimos anos foram feitas algumas intervenções avulsas ao longo do percurso, por iniciativa privada com autorização da APL, que rapidamente se transformaram em locais apelativos, frequentados e reconhecidos por todos.

A enorme extensão da frente ribeirinha - 17 km, só no concelho de Lisboa - representa hoje um enorme potencial de revitalização ambiental e urbana que não pode continuar a ser desperdiçado, nem a ser objecto de aproveitamentos fortuitos e desenquadrados de uma visão global para toda aquela área.



Propomo-nos desenvolver um PARQUE URBANO RIBEIRINHO, do Parque das Nações à Docapesca, cuja instituição depende de uma vontade política decidida e empenhada e que tem de ser impulsionado e controlado pela autarquia em todos os seus aspectos.

Medidas a adoptar:

- Desafectar todas as áreas não estritamente indispensáveis à actividade portuária, como aconteceu com a EXPO 98;
- Exigir o acompanhamento, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, da gestão da APL, SA, ou mediante participação no seu Conselho de Administração, ou através de outro instrumento jurídico adequado;
- Desenvolver, em conjunto com a APL, SA, um programa para a frente ribeirinha que equacione a melhor forma de rentabilizar os portos existentes, criando melhores condições para a atracagem de cruzeiros, melhorando o transporte fluvial por forma a facilitar a ligação entre as duas margens e articulando o uso do Porto de Lisboa com o Porto de Setúbal;
- Desenvolver um plano que harmonize os diversos usos e funções de cada uma das zonas da frente ribeirinha, desde o Parque das Nações até à Docapesca, assegurando a sua fruição pelos cidadãos;
- Instituir como prioridade, a defender junto de todos os concelhos envolvidos e das instâncias governamentais, a despoluição e valorização do estuário do Tejo;
- Aproximar as duas margens do Tejo, através de ligações simples e rápidas, e ainda desenvolver projectos em comum com os municípios da outra margem com vista a um aproveitamento concertado de actividades turísticas e recreativas;
- Definir um percurso cultural ao longo da frente ribeirinha que permita a ligação entre diferentes equipamentos culturais - museus, salas de espectáculo, edifícios da cidade histórica, etc. - articulando-os entre si, valorizando todos e cada um desses espaços e dinamizando cada uma das suas valências específicas;
- Requalificar as praças situadas junto à frente ribeirinha, ou logo na segunda linha, que não podem continuar abandonadas, e/ou convertidas em parques de estacionamento à superfície, e têm de ser integradas no que definimos como Parque Urbano Ribeirinho (ex: Santa Apolónia, Chafariz de Dentro, Campo das Cebolas, Corpo Santo, Cais do Sodré);
- Colocar a descoberto toda a doca seca do antigo arsenal da Ribeira das Naus, fundeando na margem do rio as embarcações históricas - fragata D. Fernando, Sagres e Crioula;
- Propor o estabelecimento de percursos pedonais e de ciclovias, de pontes ou passadiços que assegurem a ligação entre a cidade e o rio e entre as diferentes áreas do Parque Urbano Ribeirinho, cada uma com o seu uso específico;
- Promover as actividades náuticas, de recreio e de turismo.

## **Revitalizar os Bairros**

Lisboa foi crescendo por bairros, cada um com a sua identidade própria, e a história da cidade pode contar-se através da história dos seus bairros.

Hoje em dia, contudo, a vida e a imagem desses bairros já não é mais o que era: a população envelheceu, múltiplos factores dificultaram a permanência dos jovens na cidade; os edifícios degradaram-se por razões que são sobejamente conhecidas, em parte relacionadas com o congelamento das rendas; os novos hábitos de vida conduziram ao individualismo e ao estilhaçar das relações de vizinhança; operações urbanísticas e de infra-estruturas, desadequadas e desatentas ao sítio, provocaram rupturas e destroçaram a coesão do bairro; um sentimento generalizado de insegurança fechou os seus habitantes em casa e transformou as ruas em locais perigosos e pouco apetecíveis.

Há os bairros da cidade histórica (Mouraria, Graça, Alfama, Madragoa, Bairro Alto, Bica ...), cujo valor simbólico nunca é de mais realçar, que mantêm uma forte cultura de bairro mas que necessitam de operações profundas de regeneração urbana, que não as de mera cosmética de embelezamento de fachadas, de modo a tornar a sua vivência atractiva para as novas gerações e permitir um aproveitamento turístico que não descaracterize a identidade do sítio.

Os bairros da cidade moderna (Campo de Ourique, Avenidas Novas, Alvalade, Olivais...) integram igualmente a cidade consolidada mas, por terem um passado histórico recente e se terem desenvolvido já na «modernidade», ainda não foram objecto de operações de requalificação integradas. Na maior parte dos casos encontram-se degradados, muito pressionados pela circulação automóvel e alguns deles atravessados por novas redes viárias que os desqualificaram.

Mas há ainda que ter especial atenção aos bairros esquecidos (Marvila, Ajuda, Alcântara, Beato...), abandonados à sua sorte por estarem afastados do centro e serem habitados por uma população de fracos recursos económicos.

Há que mudar tudo isto e intervir rapidamente com um objectivo claro e simples - o de humanizar os bairros, torná-los seguros e vividos, apostar na requalificação do espaço público, como forma de devolver a cidade aos seus habitantes. Não podemos aceitar que a cidade se feche em “condomínios privados”, fomentando as desigualdades sociais, em lugar de as atenuar e de promover uma sã convivência interclassista.

Cada bairro tem os seus problemas específicos e qualquer intervenção tem de assentar num planeamento integrado e sistémico, não subordinado a projectos de mera especulação imobiliária, assegurando a revitalização do tecido urbano a qual, para além da mera renovação física, tem em vista a eliminação de factores de exclusão e o fomento da coesão social.

Medidas a adoptar:

- Apostar na requalificação do espaço público como local aprazível de encontro das populações e modo de construção ou reforço de uma identidade própria, susceptível de induzir novas formas de comportamento individual e social;
- Abrir novos espaços públicos - uma praça em cada Bairro, uma rua pedonalizada - que funcionem como centros cívicos abertos, promotores de uma nova cultura urbana e de cidadania;
- Demolir edificações sem interesse nas áreas históricas, aproveitar o interior dos quarteirões nas áreas consolidadas e recuperar os descampados nas franjas das novas urbanizações de modo a proporcionar amplos espaços públicos ou jardins que sejam usufruídos por todos;
- Reforçar as características arquitectónicas e ambientais de cada Bairro, sensibilizando as populações para a necessidade de preservar essa identidade (ex: campanhas sobre a história do Bairro, medidas a adoptar na recuperação do edificado, identificação de erros urbanísticos mais comuns, tais como, proliferação de marquises, etc.);
- Criar redes de novos tipos de equipamentos comunitários que incentivem a criatividade, desenvolvam um novo tipo de aprendizagem ligado às novas tecnologias e propiciem o convívio inter-geracional;
- Incentivar o espírito associativo que se mantém vivo nas colectividades populares e apoiar as suas iniciativas;
- Fomentar a participação colectiva na gestão dos espaços e dos equipamentos colectivos;
- Estabelecer percursos de ligação, pedonais e cicláveis, entre os diversos bairros, rompendo fronteiras;
- Articular as medidas de intervenção no espaço público e no património com as medidas nacionais ou municipais de carácter social;
- Desenvolver programas de habitação a custos controlados para evitar que o valor dos fogos seja um critério de exclusão a viver na cidade;

- Estimular a recuperação do edificado pelos proprietários, concedendo-lhes apoio técnico e definindo programas de financiamento eficazes;
- Apoiar operações de reabilitação do edificado através de bolsas de fogos para realojamento temporário durante o decurso das obras;
- Adotar medidas eficazes para acabar com prédios devolutos, abandonados ou terrenos vagos, exercendo todos os poderes de autoridade que a lei confere à CML;
- Apoiar a revitalização das actividades económicas e culturais, fomentando uma vivência plurifacetada;
- Articular as escolas com os equipamentos culturais e de lazer existentes;
- Favorecer o comércio de proximidade, organizado em centros locais, sempre que possível ancorado nos mercados municipais; fomentar mercados locais de bens específicos - artesanato, colecionismo, agricultura biológica, etc.;
- Controlar rigorosamente o estacionamento à superfície, dando prioridade ao estacionamento para residentes e evitando o estacionamento rotativo dentro dos bairros;
- Introduzir carreiras de transporte público regulares e frequentes, com veículos de pequenas dimensões, não poluentes, que sirvam o interior dos bairros e estabeleçam a ligação com os meios de transporte clássicos.

### **Qualificar as Periferias**

Na orla da cidade consolidada as novas urbanizações têm-se sucedido a um ritmo vertiginoso, numa lógica de construção lote a lote, sem definição prévia de um plano que assegure a sua sustentabilidade. Estes bairros periféricos têm de ser integrados num conceito de cidade, articulados com a estrutura verde que ainda resiste, numa procura de melhoria da qualidade de vida dos seus residentes.

Não podemos igualmente esquecer os bairros sociais de realojamento, que foram sendo construídos na periferia da cidade nos últimos anos, muitas vezes confinantes com essas novas urbanizações.

Por outro lado, na orla da cidade resistem ainda alguns núcleos históricos (Carnide, Luz, Paço do Lumiar, Ameixoeira, Charneca, Olivais Velho) - que coexistem com o que resta de antigas quintas de recreio e produção - os quais têm de ser urgentemente salvaguardados pelo valor cultural, ambiental e paisagístico que encerram.

Há que articular tudo isto, encontrar o fio condutor que possa cerzir as diferentes malhas e fazer sobrepor a esta amálgama de núcleos uma ideia nova de cidade com que as gerações futuras se possam identificar. Será ainda essa ideia de cidade que estabelecerá a ponte com a área metropolitana

de Lisboa, ligando-a aos concelhos limítrofes com os quais tem de dialogar para encontrar soluções concertadas que resolvam problemas comuns da mais diversa índole - ambientais, urbanísticos, sociais e culturais.

Defendemos que esse fio condutor seja predominantemente verde, de carácter naturalizado, estabelecendo um sistema contínuo, que articule elementos fundamentais da paisagem rural com os outros espaços de carácter urbano.

Medidas a adoptar:

- Apostar num planeamento integrado e sistémico, única forma de restaurar o equilíbrio no meio de um ecossistema urbano defeituoso e degradado;
- Promover operações integradas de qualificação dos diferentes núcleos habitacionais situados na periferia da cidade, definindo as acções prioritárias a levar a cabo;
- Procurar conciliar os diversos usos e funções da vida de cidade, integrando a diversidade de malhas existentes, definindo unidades susceptíveis de adquirirem identidade própria e interligando-as por forma a estabelecer uma continuidade entre elas;
- Condicionar a expansão residencial à instalação complementar de áreas de actividades terciárias e industriais/tecnológicas;
- Garantir que o espaço público seja seguro, confortável, esteticamente cuidado, com capacidade de apropriação alargada (multiclassista);
- Identificar e ocupar de forma adequada os espaços ainda devolutos, organizando-os em função de fins colectivos, aproveitando, assim, essas oportunidades para aí construir a cidade;
- Recuperar os núcleos históricos - aldeias históricas e antigas portas da cidade - preservando as suas características e respeitando a sua memória e autenticidade, impedindo que se transformem em “pastiche” e assegurar uma verdadeira zona de protecção desses núcleos;
- Estabelecer redes de solidariedade nos programas de realojamento, apoiando as novas gerações na escola e no emprego;
- Salvar e preservar identidades culturais e fomentar formas de expressão multicultural na rua e na cidade, integrando e valorizando publicamente as diferenças;
- Dotar os bairros periféricos de equipamentos desportivos e culturais e criar programas de ocupação para a população juvenil;
- Envolver as populações na gestão do novo bairro, fazendo-as intervir no processo de atribuição dos espaços comerciais e gerando formas de apropriação positiva dos espaços públicos;
- Esbater as barreiras sociológicas e culturais entre Lisboa-centro e Lisboa-periferia, através da qualificação e dinamização da área fronteiriça da cidade, criando pólos atractivos que promovam o intercâmbio de utilizadores, com vantagens para ambos os lados.

## **Consolidar a Estrutura Ecológica/Defender o Ambiente**

Pouco a pouco, sem nos darmos conta, a cidade de Lisboa tem vindo a ser envolvida por uma cintura de betão, asfalto, bairros degradados, vazadouros de lixo e entulho. O que resta de antigas quintas de recreio e lazer está abandonado, transformadas estas em terrenos expectantes a aguardar a oportunidade de novo empreendimento imobiliário.

Os principais jardins públicos da cidade encontram-se em estado de quase abandono, o que salta à vista de quem por eles se atreve a passear, já que a insegurança não os torna convidativos.

Por outro lado, os logradouros, que introduzem a biodiversidade na malha da cidade e fazem parte do património ambiental de Lisboa, têm sido sujeitos a todas as formas de pressão urbanística e ocupados com as mais diversas construções, desde garagens e armazéns a empreendimentos imobiliários. A falta de campanhas de sensibilização ambiental leva ainda à sua ocupação com barracas de todo o tipo, impedindo a sua fruição pela população e destruindo uma das riquezas de Lisboa.

A cidade tem de se desenvolver de forma harmoniosa e equilibrada, assegurando a qualidade de vida dos seus habitantes e evitando danos ambientais que ponham em causa o nosso futuro colectivo. Se, por um lado, é necessário promover a sensibilização ambiental e incentivar as boas práticas individuais e institucionais, por outro, existem problemas de infra-estruturas cuja resolução não pode continuar a ser adiada.

A situação privilegiada de Lisboa, a sua morfologia e posição geográfica, bem como a diversidade da malha urbana, matizada de pequenos quintais junto aos edifícios da cidade antiga, de logradouros situados no interior dos quarteirões da cidade moderna, e de quintas de recreio e lazer na orla da cidade, constituem um património ambiental único que não pode ser destruído.

Mas, para além da preservação desse património, há que apostar decisivamente num urbanismo sustentado que privilegie o espaço público e estabeleça uma articulação entre o sistema natural e o edificado, dando prioridade à Estrutura Ecológica Urbana, componente ambiental do PDM.

Medidas a adoptar:

- Preservar os logradouros, quintais e jardins interiores que introduzem a biodiversidade na malha da cidade e constituem uma riqueza única que não pode ser desbaratada por incúria, ignorância ou avidez especulativa;

- Definir circuitos verdes pedonais que liguem as colinas de São Roque e de Santana, através de jardins públicos, logradouros, quintais, calçadas e escadinhas, recuperando a vivência de uma cidade à escala humana;
- Dar a conhecer o Jardim Botânico, abrindo-o aos lisboetas, sem descurar a preservação das suas espécies;
- Estabelecer a ligação do Jardim Botânico com a Av. da Liberdade, através do Parque Mayer que será transformado em jardim, salvaguardada a recuperação do Teatro Capitólio;
- Definir e preservar os sistemas de vistas, identificando pontos dominantes, eixos de perspectiva ao longo dos vales e de toda e qualquer perspectiva com interesse cénico, especialmente as que apontam para o rio, impondo efectivas servidões de vistas;
- Valorizar um património ambiental que se encontra deteriorado e totalmente desaproveitado, situado no interior do Parque de Saúde de Lisboa (Hospital Júlio de Matos) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, articulando-os com o Parque Oriental (Alvalade e Bela Vista), por um lado, e com o Campo Grande/Cidade Universitária, por outro;
- Reabilitar e revitalizar o Jardim do Campo Grande, procurando estabelecer a ligação deste com a Cidade Universitária, quer com os equipamentos aí instalados, quer com a mata que os circunda;
- Abrir espaços de recreio informal, não condicionado, que permitam um exercício de liberdade, sem restrições ou balizas, a localizar nos parques em que tal seja possível;
- Recuperar o projecto do Parque Periférico, com o que resta das suas quintas e azinhagas, designadamente a Quinta da Granja, junto ao Colombo, que deverá ser transformada em espaço de recreio e lazer;
- Recuperar o projecto do Parque Oriental, promovendo a articulação dos parques existentes (Bela Vista e Alvalade) com outras estruturas naturais, que integram o sistema dos vales de Chelas (Vale Central de Chelas, Vale Fundão e Vale da Montanha), prolongando-o até à zona ribeirinha oriental;
- Promover uma nova centralidade em Marvila, articulando o ecossistema natural com o edificado existente, a reabilitar, e criando condições para a implantação no território de actividades terciárias de valor, serviços públicos ou empresas privadas tecnológicas;
- Concluir o corredor verde Av. da Liberdade/Monsanto e assegurar a consolidação deste corredor como grande parque da área metropolitana, sujeito a um projecto integrado;
- Reforçar a plantação de árvores, instituindo, ainda, a obrigatoriedade de plantar uma nova árvore por cada uma que seja abatida;
- Criar alamedas arborizadas nos principais eixos viários da cidade;
- Reconfigurar o Vale de Alcântara, renaturalizando a ribeira nas zonas em que tal for possível e criando bacias de retenção de água ladeadas por vegetação rípica;

- Fazer a revisão da rede de saneamento básico, para efectuar o levantamento dos pontos críticos do sistema e detectar os pontos de ruptura, muitos dos quais não estão registados;
- Encaminhar os efluentes do sistema, na zona entre Santa Apolónia - Cais do Sodré, para um grande interceptor, a fim de serem canalizados para a estação de tratamento de Alcântara e impedir que sejam despejados no Tejo sem tratamento;
- Promover as obras necessárias com vista a permitir o tratamento secundário dos esgotos na ETAR de Alcântara, que apenas dispõe de tratamento primário, não cumprindo assim com as exigências mínimas das directivas da União Europeia;
- Implementar o sistema que permite a separação dos esgotos domésticos dos pluviais (sistema separativo) nas zonas onde o sistema é mais antigo e por isso ainda é unitário;
- Estudar a reutilização das águas que resultam do tratamento terciário já efectuado nas ETAR's de Beirolas e de Chelas e das águas da chuva, para rega e lavagem de ruas.

### **Afirmar a capitalidade de Lisboa**

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é o principal espaço de desenvolvimento económico e social do país. É também um importante centro nacional de inovação tecnológica e de tecnologias de informação.

É na AML, e em boa parte em Lisboa, que se concentram as sedes ou representações das mais importantes empresas, bem como do sector financeiro. É também nesta região que se localizam a maioria dos principais centros universitários do país, os grandes laboratórios e centros de investigação, os mais importantes parques de ciência e tecnologia, além de um impressionante património cultural.

Lisboa e a sua área metropolitana são assim o principal espaço de integração Ibérica e Europeia, tanto ao nível económico, como cultural. Este estatuto de Lisboa não se pode perder, sob pena de hipotecar a própria dimensão internacional do país.

Há deste modo que reafirmar a capitalidade de Lisboa e, simultaneamente, reforçar a sua área metropolitana, aumentando a sua capacidade de atracção de actividades económicas e de turismo, bem como resolver os seus problemas de funcionalidade.

Lisboa deve por isso assumir um papel de liderança activa na concertação de interesses ao nível da AML, envolvendo os vários municípios e o governo, nomeadamente no que se refere à localização de serviços e equipamentos de hierarquia superior, das grandes infra-estruturas de transportes de nível



nacional e internacional (por ex., novo aeroporto, corredores e estações de alta velocidade, infra-estruturas portuárias e logísticas, novas travessias do Tejo) e dos mais avançados pólos de I&D, no quadro também da estratégia “Lisboa Capital Criativa”.

O estuário do Tejo, pelo seu valor paisagístico e cénico, e pela sua identidade histórica como factor de ligação, contém em si mesmo um importante potencial de mobilização de vontades e recursos, não só para recentrar a AML na sua envolvente e consolidar a “cidade de duas margens”, como para afirmar a identidade e potenciar as vantagens comparativas de Lisboa no contexto ibérico e internacional.

Neste contexto, adquirem particular importância os instrumentos de regulação do território que enquadram o desenvolvimento da cidade. Lisboa precisa de um novo Plano Estratégico, que traduza um compromisso sério e um desafio ambicioso envolvendo os cidadãos, as instituições públicas, privadas e sociais, os agentes económicos, num projecto comum de construir a Lisboa do futuro.

## **CIDADE COM MEMÓRIA**

### **Introdução - património edificado e eixos histórico-patrimoniais**

No âmbito de uma política do património edificado, é necessário desfazer os sucessivos equívocos a que tem conduzido uma rígida hierarquização de espaços “históricos” por oposição ao que fica fora deles. Esta visão hierarquizada, baseada quase que exclusivamente na “aura”, “monumentalidade” e “prestígio” dos lugares ou monumentos, contribui para a uma concepção restritiva e “congeladora” do património.

Tendencialmente, toda a cidade é - ou deverá ser - património edificado porque provém de um acto cultural que deve ser consciente e consequente. Nos actos culturais (e sociais) que fundam e consolidam as cidades, a qualidade da arquitectura e do espaço são essenciais. Não quer isto dizer que a cidade deva ser entendida como um conjunto patrimonializado mas antes que, na cidade, até a banalidade (ou a chamada “atenção distraída”) constitui um valor cultural, com reflexos patrimoniais e afectivos.

No entanto, os problemas do património colocam-se hoje com maior acuidade face a objectos e conjuntos já “reconhecidos”. Mas, para a resolução dos problemas do património, é necessária uma sustentabilidade que só se resolve no valor de vizinhança, que é, de resto, um dos valores essenciais para uma visão política (de “polis”) da cidade. É necessário assegurar continuidade e harmonia entre núcleos urbanos, às vezes - muitas vezes - de contornos

radicalmente distintos. Há que fazer conviver harmoniosamente núcleos urbanos antigos com áreas novecentistas e áreas de crescimento e modernização, respeitando a sua diversidade e apostando no incremento da sua qualidade de vida.

Conhecem-se bem as áreas concretas da cidade que reclamam uma intervenção de pequena ou de grande escala do âmbito patrimonial, podendo, inclusivamente, estabelecer-se um elenco de problemas “tradicionais” ou recorrentes que caracterizam essas áreas urbanas “históricas”.

Mas hoje é igualmente (ou sobretudo) necessário falar em eixos de carácter histórico-patrimonial, que merecem uma reflexão e uma intervenção gradualista mas determinada. São eles que nos dão a verdadeira “imagem da cidade”, uma imagem que se instituiu, como acontece em quase todas as grandes cidades europeias, nos séculos XIX e XX, fora dos núcleos antigos “de fundação”. Não correspondem, naturalmente, ao estereótipo do “centro histórico”. Tal será o caso do:

- Eixo da Calçada do Combro (remetendo para a Rua do Vale/Mercês/Passos Manuel);
- Eixo do Largo e Rua de S. Paulo (remetendo para o Bairro Alto/Boavista);
- Eixo S. Francisco (colina)-Madalena/Sé (colina) (enquanto “pendulação” perpendicular da Baixa, levando à Sé);
- Eixo do Rato- Rua da Escola Politécnica-Cais do Sodré;
- Eixo S.Vicente de Fora /Campo de St<sup>a</sup> Clara-Graça (remetendo para o núcleo tradicional de Alfama);
- Eixo Portas de St<sup>o</sup> Antão-Torel (remetendo para as traseiras da Av<sup>a</sup>. da Liberdade/ Parque Mayer/Campo dos Mártires da Pátria);
- Eixo S. Bento/Estrela/Campo de Ourique/Prazeres.

Para além destes eixos, de algum modo monumentais e “clássicos”, existem conteúdos urbanísticos de carácter histórico-patrimonial que convirá realçar e valorizar. Em concreto:

- Área /eixo das Avenidas Novas;
- Área / bairro de Campo de Ourique;
- Área / bairro de Alvalade;
- Eixo Areeiro-Almirante Reis;
- Eixos/ zonas limítrofes e de ligação entre o “centro” da cidade urbanizado e os aglomerados peri-urbanizados (Charneca, Ameixoeira, Paço do Lumiar, Carnide, Vale de Alcântara e imediações do Aqueduto).

Todas estas áreas/zonas colocam problemas de contornos variados e (ainda) fragmentários, mas que interferem com a (ou fazem mesmo parte do universo da) reabilitação urbana e do património edificado de Lisboa, tais como:

- O problema do trânsito automóvel e do acesso (para moradores e não moradores) nas zonas “históricas”;
- A componente habitação e de comércio versus terciarização;
- A questão do espaço público/semi-público no que respeita ao respectivo tratamento e manutenção;
- A manutenção e valorização do “património” do século XX;
- A valorização do património dinâmico ou “do movimento”;
- O problema da “5ª fachada” e da reconversão do património edificado.

Convém realçar que, na moderna gestão urbana, uma grande parte das intervenções patrimoniais com reflexos positivos na vida do cidadão são de pequena escala. Consistem em pequenas correcções e ajustamentos de carácter “pontual” que poderão ter efeitos multiplicadores num determinado quadro urbano, estendendo-se depois a toda a cidade, desde que assegurada a participação dos cidadãos num quadro renovado de governo da cidade que assente na desconcentração decisória.

## **Património e Reabilitação Urbana**

### **Núcleos Históricos**

Nos núcleos históricos é urgente o reforço das parcerias de modo a assegurar a recuperação gradual do edificado, bem como assegurar a integração efectiva das decisões que vierem a ser tomadas, no domínio do património arquitectónico (intervenções em obra e salvaguarda), com outras medidas de carácter social ou relativas aos espaços verdes e à mobilidade.

Medidas a adoptar relativas ao planeamento:

- Elaboração de Planos de Pormenor e/ou Salvaguarda para as áreas consideradas de valor patrimonial onde esse instrumento não exista ou que, embora existindo, necessite de ser revisto por se encontrar desactualizado;
- Valorização do património industrial na revisão do programa “Alcântara XXI”, bem como na apreciação de intervenções urbanas e planos previstos para o aterro da Boavista e para a Zona Oriental;
- Aprovação e consequente publicação em jornal oficial dos Planos de modo a torná-los efectivos e não estritos documentos ditos “de referência”;
- Implementação de sistemas mais “leves” e ágeis de contratualização entre a autarquia, a administração central, e os cidadãos, no que respeita às zonas protegidas, através da consagração de figuras de planeamento menos espessas, como sejam os programas de gestão de área (em complemento de figuras de “plano”, isto é, planos de pormenor ou planos de salvaguarda), ou seja: regras simples para coisas simples;

- Desenvolvimento de um programa que vise a recuperação gradual das igrejas de Lisboa já classificadas, por intermédio de protocolos com as comissões fabriqueiras/tutelas e o com o acompanhamento técnico da CML;
- Articulação das políticas patrimoniais e de reabilitação com as políticas municipais e nacionais de carácter social que, em alguns casos, precedem ou determinam os problemas patrimoniais.

Medidas a adoptar relativas à gestão do património cultural edificado:

- Respeito escrupuloso da lista de imóveis de valor patrimonial anexa ao PDM;
- Produção de uma alternativa de regulamentação interna municipal no tocante aos institutos de protecção legal consagrados em diploma, mormente os de “classificação” e de “inventariação”, enquanto decorre a regulamentação da Lei de Bases do Património Cultural;
- Reforço significativo dos programas de apoio à Reabilitação Urbana, com intervenção directa da CML e dos organismos da administração central vocacionados para o efeito, associados a fundos privados;
- Criação de laços institucionais com as cooperativas de habitação tendentes a fomentar a reabilitação urbana em áreas “tradicionalis”, históricas e antigas;
- Defesa intransigente do potencial arqueológico da cidade;
- Estabelecimento de contratos-programa com os titulares dos bens, tendentes à resolução de problemas de considerável escala;
- Estabelecimento de protocolos de co-financiamento de obras de reabilitação urbana, através de uma linha objectiva de financiamento mediante pré-requisitos;
- Aumento das exigências de qualidade na apresentação de estaleiros temporários e actuação correctora firme em casos de desrespeito face aos valores da qualidade de vida urbana (segurança, mobilidade, espaço público, imagem);
- Estudo de meios alternativos e indirectos de financiamento (mecenato, patrocínios, publicidade regulamentar), e fomento desses meios, para intervenções de reabilitação urbana;
- Programa de reabilitação, manutenção e melhoria de todos os espaços públicos e de espaços intersticiais (de circulação, estadia, ou de carácter utilitário) dos núcleos históricos, dos bairros homogeneamente considerados ou de conjuntos de valor patrimonial.

Medidas a adoptar relativas à qualidade arquitectónica:

- Estabelecimento de um programa permanente de avaliação, em áreas consideradas de particular sensibilidade, das políticas empreendidas no sector da produção da arquitectura (obra nova, reabilitação e valorização patrimonial arquitectónica, regulação e gestão territorial e respectivos investimentos);

- Qualificação da instalação dos serviços públicos do município com uma atenção particular para a salvaguarda e valorização do património arquitectónico do século XX;
- Promoção de uma tutela pedagógica activa relativa à produção arquitectónica;
- Promoção da abertura de concursos públicos de arquitectura como forma de assegurar a qualidade e a visibilidade das diversas acções municipais mas também como exemplo para a iniciativa privada;
- Incentivar a intervenção administrativa das tutelas da arquitectura de modo a eliminar a posição estritamente burocrática e passiva muitas vezes assumida;
- Criação de um serviço de arqueologia preventiva;
- Publicação de uma colectânea acessível via Internet da legislação que regula a formação/ actividade /produção arquitectónica no município, mas também em Portugal e no resto da Europa, de modo a assegurar o encaminhamento para uma concertação das políticas de arquitectura europeia;
- Produção de recomendações no que respeita à gestão rodoviária e de tráfego nas zonas protegidas e nas zonas antigas consolidadas, atentos aos diferentes ciclos em que se desenvolvem as políticas da cidade;
- Estudo de viabilidade para a criação/instalação de um Centro de Arquitectura, que possua simultaneamente as capacidades e as valências de um depósito legal de projectos (na sequência aliás, no caso português, da determinação do artº 124 do DL 555/99 relativo ao depósito legal), mas também uma ampla componente museográfica e de arquivo.

### **Baixa Pombalina**

A Baixa de Lisboa, classificada como Imóvel de Interesse Público na sua globalidade, consiste num conjunto aparentemente homogéneo de imóveis mas que, visto em pormenor, se afigura muito mais complexo atendendo às diferenças que ali se detectam, assim se analisem os exemplos numa óptica de micro-escala (o miolo dos edifícios, os adereços como, por exemplo, a publicidade) ou na óptica da macro-escala (o quarteirão, os edifícios de acompanhamento, etc.).

Alguns dos edifícios mantêm a sua estrutura original e logo a sua plena autenticidade, o que desaconselha quaisquer alterações de fundo ou substituições. Outros edifícios, porém, perderam parcial ou totalmente o seu miolo e, não são hoje mais do que fachadas pombalinas, cenários por detrás dos quais se esconde um edifício estrutural e morfologicamente moderno ou (nos casos críticos) em derrocada.

Naturalmente que o tratamento para cada um destes edifícios no âmbito da requalificação da Baixa aconselha a utilização regradora dos levantamentos efectuados e o seu aprofundamento. Para os casos em que a estrutura original se mantém em bom estado de conservação não se prefiguram como defensáveis operações de transformação importantes: é antes preferível manter a estrutura operacional, recriando-a se possível, atendendo à sua grande plasticidade e qualidade construtiva. Neste domínio há, porém, a registar nos últimos quarenta anos um aumento gradual do desequilíbrio do perfil geomorfológico de toda a área, por força das redes instaladas, da construção de caves e da instalação de outros sistemas subterrâneos (designadamente do Metro e de túneis viários), que funcionam como pequenos diques que se vão somando uns aos outros, o que traz preocupantes impactos diferenciais nas fundações dos edifícios.

Outro aspecto prende-se com a circulação automóvel que rasga e viola esta zona da cidade. Sendo impossível e até desaconselhável o afastamento integral do tráfego é, porém, necessária, a sua limitação gradual, já que, actualmente, as vias de subida e descida da cidade no sentido Norte-Sul (ou vice-versa) que se servem da Rua do Ouro (no sentido descendente) e da Rua da Prata, no sentido ascendente, funcionam como autênticas “vias rápidas” e espaços-canal, genéricos, de duas pistas cada. Este tipo de circulação faz com que a “interpretação” e legibilidade urbana da orientação do rectângulo que constitui a base do traçado da Baixa Pombalina, privilegie uma dinâmica Norte-Sul, acentuando e caricaturando este traço constituinte desta zona.

É imperioso, neste caso, diminuir gradualmente o acesso de tráfego automóvel, transformando as artérias em eixos de acesso “próximo” de modo a devolver à Baixa Pombalina um tipo de vivência que se perdeu.

Trata-se de entender a Baixa não apenas na direcção terra-rio, mas também numa direcção que privilegie a circulação e os acessos (mais leves) colina a colina, através da Rua da Conceição, ou seja, trata-se de perpendicularizar a Baixa, o que lhe poderá conferir um novo estatuto monumental, unindo as colinas do Chiado e da Sé através da Rua da Conceição (a que se acrescenta o eixo da Rua de Santa Justa/Carmo).

Medidas a adoptar:

- Dar continuidade ao trabalho de candidatura da Baixa Pombalina à inscrição na Lista de Património da Humanidade da UNESCO, em bases realistas;
- Avaliação do trabalho da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU)-Baixa Pombalina;
- Manutenção de um núcleo de gestão exclusivamente dedicado à Baixa Pombalina e eixos patrimoniais limítrofes, dotado da autonomia administrativa adequada e proporcional à sua função;

- Planificação de uma intervenção global, baseada numa estratégia de intervenção/valorização e de regulamentação, integrando-a na figura de Plano de Pormenor de Salvaguarda, tendo por base disposições com carácter vinculativo;
- Proceder, no âmbito deste Plano - ou no quadro de acções previsíveis que podem imediatamente ser postas em curso - à gradual remoção de caves clandestinas, à eliminação de estruturas intrusivas e de ocupações indevidas de espaços intersticiais, semi-públicos ou públicos;
- Criação de um programa de incentivo aos proprietários que assegure a gradual recondução da Baixa à sua condição - ainda que parcial - de bairro habitacional;
- Proceder à gradual correcção das coberturas (atingidas pelo flagelo dos sistemas de ar condicionado e dos elevadores - dos volumes salientes e por acrescentos recuados, muitos deles clandestinos);
- Proceder ao controlo da sinalética e da publicidade estática, fundamental para assegurar a qualidade de uma zona eminentemente comercial;
- Estudar alternativas de circulação viária e de transportes públicos de modo a descomprimir a circulação automóvel na Baixa Pombalina, designadamente através da instalação de pavimentos diferenciados de modo a induzir velocidades reduzidas.

### **Bairros “tradicionais” ou históricos**

A revitalização dos bairros antigos sitos nas encostas do sistema das colinas maiores de Lisboa (Castelo, Alfama, Mouraria, Madragoa, Bairro Alto, Santa Clara, Graça), passa em grande medida pelo trabalho de vizinhança e de proximidade.

Para a valorização destes bairros tradicionais, será tida em conta que a qualidade da sua fruição tem de ser fomentada através de acessos naturais e não mecânicos, atendendo ao potencial desvirtuamento do contexto urbano que este geralmente acarretam. Existe um sistema orgânico já implantado (de escadas, patamares e patins) que é percorrido pela maioria dos moradores e utentes (designadamente turistas) para vencer a encosta.

Nestes, e noutros bairros de estrutura idêntica, existe, complementarmente, um sistema viário não pedonal composto por ruas e praças. Trata-se de um sistema que se encontra saturado, especialmente por motivos que se prendem com a mobilidade automóvel. No seio deste sistema deverão ser recuperados sub-sistemas de circulação tais como ruas exclusivamente pedonais, com ligação a escadas e pátios aumentando a área de espaço público disponível.

Por sua vez, este trabalho pode entroncar-se na recuperação e valorização dos miradouros tradicionais de Lisboa e a sua integração num circuito formal, atendendo à sua relevância patrimonial (e, em alguns casos, a sua associação a grandes monumentos, entre os quais se contam os elevadores de Lisboa).

### **Envolvente do Palácio da Ajuda**

A reedição do Plano de fecho do Palácio da Ajuda e requalificação da envolvente encontra-se parcialmente comprometida por força da alienação de uma boa parte dos terrenos do Estado efectuada em 1993, o que desproveu os agentes mais directamente intervenientes do suporte financeiro realizado, eventualmente, com as mais-valias dos mesmos. É assim necessário desembaraçar este processo de modo a tornar realizável a reabilitação da envolvente do Palácio e do Bairro da Ajuda.

Medidas a adoptar:

- Rever e reprogramar o projecto de intervenção urbana na envolvente (Plano de Pormenor da responsabilidade da CML) reconduzindo-o a uma dimensão aceitável e realista uma vez que não se verificam hoje os pressupostos que há cerca de 16 anos estiveram na base do projecto inicial;
- Criar, para o efeito, uma unidade de trabalho - com prazo determinado - na qual tenham assento os principais organismos com tutelas repartidas na área (Presidência da República, CML, Ministério da Cultura, IPPAR);
- Planear dentro de uma escala de tempo fiável, uma intervenção para toda a zona, a executar faseadamente, em articulação com a administração central e órgãos de soberania;
- Reequacionar o estacionamento automóvel visando a libertação, com consequente arranjo arquitectónico e paisagístico do Largo da Torre do Galo;
- Promover o arranjo geral e reperfilamento da Calçada da Ajuda, onde houver lugar a intervenção correctora, e a articulação da Calçada da Ajuda com a Alameda dos Pinheiros, com arranjo, revisão de traçado e reperfilamento desta artéria.

### **Avenida da Liberdade e “Avenidas Novas”**

Hoje, ainda, a Avenida da Liberdade e as Avenidas Novas continuam a carecer de um plano global que discipline as intervenções novas ou de substituição de edifícios, bem como um plano que leve em linha de conta as cêrceas pré-existentes e que imponha, nos casos de evicção de imóveis degradados, uma regra simples baseada na uniformidade de critérios, pautados pela qualidade da arquitectura e pela recusa, pura e simples, da descontinuidade formal, que aqui é particularmente agressiva. Agressivas têm sido, também, as reformas viárias de circulação automóvel, por vezes conducentes à limpeza do coberto arbóreo que conduzem, também, à gradual desertificação funcional deste conjunto urbano.



Pretendemos recuperar a imagem e a vida da cidade de Lisboa tendo em conta a necessidade do seu reencantamento. A ideia deve ser centrada no tema tradicional das Sete Colinas de Lisboa pelo seu carácter simbólico, que acompanha o estabelecimento das grandes cidades capitais da Europa; e foi pelo súbito reconhecimento desta visão que nasceu a primeira referência a Lisboa como cidade “das sete colinas”, saída da pena de Frei Nicolau de Oliveira, mitógrafo da cidade, no seu Livro das Grandezas de Lisboa, de 1620.

Medidas a adoptar:

- Retoma, revisão, actualização e aplicação do Plano da Avenida da Liberdade, em articulação com a solução proposta para o Parque Mayer;
- Delimitação dos eixos das Avenidas Novas como instrumento de planificação;
- Estudo e levantamento exaustivo do existente de modo a diagnosticar o estado de conservação e os regimes de titularidade dos imóveis;
- Criação de um núcleo de gestão para as Avenidas Novas à semelhança do da Baixa Pombalina e com efeitos idênticos.

## **CULTURA**

### **Introdução - Cultura/Culturas**

A política municipal deve interpretar as tendências reais de uma cultura urbana, que possui uma vibração própria e que é pluri-dimensional. Há que atender aos perfis culturais da cidade, que são fragmentários - o que interessa a um determinado actor/agente cultural pode ser desinteressante para outro, e vice-versa.

Existe, assim, uma cultura de rua, predominante, essencialmente ligada aos grupos de cidadãos que se deslocam e passam por Lisboa provenientes das urbanizações dos concelhos limítrofes (Loures, Amadora, Margem Sul), onde transitam as correntes comportamentais hip-hop, de matriz norte-americana, mas com largo reflexo na generalidade da população em idade escolar. Existe, ainda, uma outra cultura de rua, minoritária, essencialmente ligada aos diversos fenómenos de moda e, em determinadas circunstâncias, intimamente ligada a uma vida nocturna com pólos bem definidos.

Não menos expressiva é a cultura de bairro, em alguns casos fortemente desgastada e já em situação de “sobrevivência” ou de “resistência”, noutros casos ainda vigorosa, na qual se integram os eventos cíclicos ligados a tradições antigas ou a tradições “inventadas” - mas fortemente arreigadas - como, por exemplo, as “Marchas de Lisboa”, a “Grande Noite do Fado”, as romarias, as celebrações dos padroeiros locais e os festejos dos santos populares; é esta, também, a cultura dos clubes de recreio, da cultura das bandas e das filarmónicas, com adeptos intervenientes e materializadas no associativismo bairrista.

De tendência mais lata, estas culturas convivem e tocam tangencialmente - ou atravessam, por vezes - uma cultura cultivada, de consumidores regulares de espetáculos e de exposições de agendas institucionais ou de prestígio.

Esta última convive com uma cultura do grande público, com um perfil social igualmente transversal, concentrando-se nos eixos dos grandes Centros Comerciais e aí parando, só raramente se aventurando no seio da cidade antiga - ou da cidade dita "turística". Esta cultura tende a ser cada vez mais representativa e constitui um sintoma da periferização do "centro" e da prevalência de uma atitude de consumo culturalmente dirigida para os grandes conjuntos de cinemas do tipo multiplex. Irradia, de facto, da cultura audiovisual dominante. Todas estas culturas têm os seus públicos que raras vezes se cruzam, a não ser, eventualmente, no espaço familiar.

A fixação de novas barreiras "psicológicas" para os habitantes de Lisboa ou para os seus utentes, que se abstêm de conhecer os núcleos antigos ou os bairros consolidados, não os frequentando, detendo-se nessas (eufemisticamente chamadas) "centralidades", é um facto a constatar, mas que se pode explicar, também, pela desertificação do "centro" que contém apenas uma oferta cultural residual para determinados estratos de população que se recortam contra o pano de fundo de um perfil maioritário e transversal.

O resgate da dimensão cultural de Lisboa passa, necessariamente, pela resposta consequente às pulsões e desejos destes públicos, de todos os públicos e deverá ter uma dimensão popular, embora não "populista". A "identificação de Lisboa" passa, necessariamente, pela assunção destas diversas dimensões culturais.

O trabalho da cultura em Lisboa exige, assim, o acompanhamento destas várias dimensões e a sua tradução em regimes de exigência - por parte do lisboeta e do não lisboeta que vive a cidade. Há que pensar nos equipamentos que existem, nos que não existem, e nos que, existindo, parecem desadequados face à realidade, avaliando-os, sendo certo que a criação de (eventuais) pólos culturais de iniciativa municipal deve ser acompanhada desta prévia avaliação, tendo em conta uma previsão realista do investimento, bem como das despesas correntes associadas.

Propomo-nos cuidar do que existe e efectuar intervenções "correctoras" ou "indutoras" de modo a providenciar uma melhoria no acesso ao consumo das diversas realidades culturais e dos universos culturais a que se associam, sem descurar uma visão de futuro. É por isso que aponta a nossa estratégia de fazer de Lisboa uma Capital Criativa.

### **Racionalização dos recursos**

É imperiosa a racionalização dos recursos culturais da CML de modo a transformá-los, efectivamente, em recursos da cidade e para a cidade. Por outro lado, é necessário o aumento da oferta cultural da cidade e a potencial reconversão ou sensibilização de todos os públicos para essa oferta, que tem de ser variada.

Deverá ter-se em conta o necessário grau de cosmopolitismo e reconhecimento internacional das iniciativas culturais em termos de redes europeias e mundiais, o que constitui hoje uma exigência de todas as cidades capitais, com o grau de especificidade local que tal implica.

Medidas a adoptar:

- Redimensionar os serviços culturais da CML;
- Assentar numa estratégia de colaboração com diversos agentes, tutelados pela administração central, institucionais e privados;
- Promover melhorias significativas em equipamentos carenciados;
- Criar e/ou apoiar novas fórmulas de manifestação cultural;
- Pôr em prática sistemas de captação e coordenação de voluntariado (população sénior e júnior) para a área da cultura;
- Estudar formas de interacção entre a produção audiovisual e a apresentação da imagem da cidade;
- Enquadrar, com as devidas preocupações sociais, os lugares periféricos em termos de qualidade de fruição e de variação da oferta e da promoção cultural.

### **Programação geral**

Perante o diagnóstico das diversas tipologias de culturas presentes na cidade, torna-se fundamental acompanhar a procura através de uma política de equipamentos informais em zonas de afluência e uso costumeiro das comunidades participantes.

Pretendemos melhorar a qualidade dos eventos/acontecimentos mas também, e sobretudo, a qualidade da envolvente urbana relacionada com estes palcos informais, resultantes, muitas das vezes, de apropriações automáticas que podem ser minimamente reguladas. Nestes lugares, que se instituem como centros informais, deve ser instalada promoção e ligação adequadas aos circuitos culturais da cidade, designadamente os de iniciativa ou componente municipal.

Por outro lado, tendo em conta os diversos operadores culturais da cidade (em especial, os recursos geridos pelo IPM, IPPAR, CCB, Parque-Expo, Fundação Calouste Gulbenkian e Culturgest), serão promovidos contactos, tendo em vista o estabelecimento de uma programação cultural municipal que se enquadre na oferta cultural da cidade, evitando multiplicações de eventos ou concorrências desnecessárias ou desenquadradas de uma estratégia pública e procurando, dentro do possível, a sua instituição “em rede”.

Medidas a adoptar:

- Articular a oferta cultural da cidade;
- Reforçar o apoio aos eventos cíclicos populares de grande implantação (Santos Populares, Marchas de Lisboa, Grande Noite do Fado) e melhorar o seu desempenho em termos de difusão e projecção da cultura da cidade, designadamente, em termos internacionais;
- Formar públicos no domínio das artes populares e da cultura de bairro, suscitando o protagonismo das associações e Juntas de Freguesia;
- Melhorar, por intervenção directa camarária, os palcos informais relacionados com a(s) cultura(s) de rua;
- Acompanhar as tendências das culturas urbanas alternativas, que se impõem por si próprias em detrimento de lógicas directivas;
- Promover o voluntariado para o sector cultural do município, em articulação com o domínio da Educação e da Acção Social;
- Mobilizar o mecenato, através de parcerias, de preferência não exclusivas, para intervenções na área cultural, tenham estas a ver quer com eventos ditos “voláteis” (festas, manifestações temporárias), quer com iniciativas de índole estrutural (equipamentos);
- Sensibilizar, mediante protocolos específicos, os meios audiovisuais televisivos para a promoção da vertente cultural e da identidade de Lisboa no âmbito da(s) cultura(s) e do lazer;
- Promover a qualificação dos agentes municipais na área da cultura;
- Facultar o acesso à programação cultural municipal (bilheteria, calendários de programação, publicações, regimes de voluntariado) nas lojas do município;
- Ampliar o acesso via Internet aos serviços culturais do município;
- Reforçar a promoção turística do sector cultural do município.

### **Salvaguarda do Património Cultural**

Os cuidados a ter com o património cultural da cidade de Lisboa, devem ser entendidos na sua vertente de intervenção, nomeadamente no campo da reabilitação urbana e dos projectos com esta relacionados. Existem, porém, outras tarefas de salvaguarda desse mesmo património que devem igualmente ser assumidas activamente pela CML e não entregues, exclusiva ou passivamente, aos organismos da administração central com tutela no sector.

#### Medidas a adoptar:

- Promover o estudo do potencial arqueológico da cidade e a coordenação das intervenções municipais e de outros agentes face a obras de infra-estruturas, de construção civil ou revolvimentos de terras, bem como a realização eventuais trabalhos arqueológicos de carácter preventivo ou de emergência;
- Incentivar o estudo do património cultural da cidade, nomeadamente em tudo o que incida sobre a organização de processos de classificação municipal de imóveis e móveis (com especial atenção para o património edificado do século XX, a arte pública oitocentista e novecentista, o património industrial, a “pequena arquitectura” e os equipamentos difusos, o património “dinâmico” ou do movimento);
- O acompanhamento e informação de processos de reabilitação do edificado, em íntima articulação (desburocratizada) com os restantes organismos municipais;
- Estabelecer, em parceria com as instituições universitárias vocacionadas para o efeito, programas de qualificação na área da preservação do património cultural;
- Reformar integralmente a sinalética urbana referente aos museus, bibliotecas, arquivos e salas de exposição municipais e promover um programa de iluminação e de sinalética monumental e urbana da cidade;
- Estabelecer uma política arquivística para a CML com reflexos em toda a orgânica do município;
- Proceder ao levantamento integral, estudo e restauro da arte pública da cidade;
- Reabilitar e valorizar o Museu da Cidade;
- Instalar, em novas condições, as reservas dos museus municipais;
- Organizar uma política de cedência de espaços para a CML.

#### Leitura

No âmbito da revitalização da cidade, é necessário envolver as (novas) unidades administrativas de gestão da cidade - em articulação com as Juntas de Freguesia - numa política de promoção da literacia (livro, arte e multimédia).

#### Medidas a adoptar:

- Promover a organização de Clubes de Leitura, com a colaboração da rede das Bibliotecas Municipais, Juntas de Freguesia e associações de cidadãos, designadamente, na área da sensibilização da leitura nas escolas e fora delas e na assistência aos idosos, mormente com o recurso ao voluntariado;

- Apoiar a criação de Núcleos de Aprendizagem de Língua Portuguesa, destinados a novos portugueses e à população ou de origem estrangeira, com a colaboração das Juntas de Freguesia e associações de cidadãos;
- Reavaliar o projecto da Biblioteca Central de Lisboa;
- Levar a cabo obras de recuperação da Hemeroteca de Lisboa e proceder, se necessário com a sua reinstalação;
- Alargar e consolidar a rede de bibliotecas municipais, modernizando-as.

### **Artes do Palco/ Música**

Os diversos equipamentos culturais estão mal aproveitados, ou mesmo abandonados, e não existe qualquer articulação entre as diversas programações.

Medidas a adoptar:

- Reformular o funcionamento das empresas municipais actantes na área da cultura;
- Rever o estatuto de exploração das salas de espectáculo tuteladas pela CML ou por empresas municipais, nomeadamente através de regimes especiais de concessão através de contratos-programa plurianuais;
- Reforçar o Teatro Municipal S. Luis de modo a consolidar o seu estatuto de sala de excelência;
- Rever o estatuto do antigo Cinema S. Jorge e promover a sua recuperação faseada.

### **Projectos especiais**

Com o objectivo de dotar Lisboa de uma estratégia municipal no sector da cultura, é imperioso dar corpo a projectos aglutinadores, singulares, mas de presumível impacte nacional e internacional. Estas iniciativas, de carácter especial, devem respeitar os princípios expostos relativos à política do património edificado e da reabilitação urbana, e em particular, os objectivos da Estratégia de Lisboa Capital Criativa.

Medidas a adoptar:

- Instalar em Lisboa a Colecção Berardo com a criação de um pólo/museu/ centro de arte contemporânea;
- Instalar a Colecção Francisco Capelo (Design e Moda);
- Criar o Centro de Arquitectura;
- Preparar a Exposição relativa ao Centenário das Instaurações da República (2010) e dos eventos com ela relacionados (colóquios, circuitos culturais, circuitos artísticos e de memória arquitectónica);
- Promover a criação de salas de exposição e de espectáculo Primeiras Experiências, em edifícios devolutos, mas dotados, para o efeito, de condições de apresentação e exploração;

- Estudar a criação de um “cluster” de micro-empresas e pequenas empresas na área da criação e da gestão cultural;
- Promover circuitos de conhecimento de Lisboa, através da valorização do eixo ribeirinho que une o grupo de museus/centros da zona ocidental aos museus/monumentos da zona oriental, bem como os museus da zona Norte;
- Desencadear a instituição do Caminho fernandino (sinalização, melhoria dos canais públicos, placas identificadoras, sistemas de entrada segura para os moradores nos diversos logradouros implicados, etc.) ao longo do antigo percurso da muralha fernandina;
- Organizar um circuito dos miradouros de Lisboa;
- Assinalar traços específicos de Lisboa em função de efemérides ou de valores imateriais.

Sabemos como a cidade é muitas vezes encarada, de forma aliás injusta, como uma espécie de fatalidade para os residentes e, até, para os que a visitam. Há que contrariar este estado psíquico, que tem levado a cidade e os cidadãos a um gradual relaxamento face à pobreza da oferta e face às condições adversas da própria vida urbana como ela se patenteia hoje. Reencantar Lisboa é criar as condições para que o reforço de cidadania se faça e para levar o cidadão a reatar uma relação jubilosa com Lisboa.

## **CIDADE ACESSÍVEL E DINÂMICA**

### **Mobilidade e transportes**

O nosso compromisso para com os cidadãos de Lisboa na área da mobilidade e dos transportes, essencial para garantir a todos a possibilidade de terem tempo para viver a cidade, passa necessariamente por:

- Assegurar boas condições de acessibilidade urbana - actualmente deficiente no espaço urbano da cidade, nos seus eixos principais, no centro histórico, na área central terciária, nos bairros;
- Garantir o direito à mobilidade a todos os cidadãos que residem e utilizam a cidade independentemente da sua idade, condição física, social e económica;
- Oferecer condições de deslocação e acesso às actividades económicas, emprego, residência, através de um sistema de transportes que integre todos os modos, cubra equilibradamente o território, sirva as necessidades de deslocação ao longo de todo o dia, durante a semana e ao fim de semana, defina padrões mínimos de oferta para os transportes públicos urbanos e que seja economicamente acessível a todos;

- Caminhar rapidamente para uma mobilidade urbana progressivamente mais sustentada, rompendo com o crescente ciclo de desqualificação ambiental e urbana do espaço público - reduzir o congestionamento viário, controlar os índices de poluição, moderar as velocidades de circulação, baixar os níveis de ruído, garantir a segurança dos peões, qualificar o espaço público.

Os inúmeros desafios que temos pela frente implicam apostar em parcerias pelo que nos propomos:

- Criar um Núcleo Estratégico para liderar a “Acção mobilidade em Lisboa”;
- Constituir uma plataforma da mobilidade sustentada de relevância nacional e internacional, visando estabelecer uma rede de articulação, colaboração, constituição de know how especializado, troca de experiências, etc.;
- Elaborar, com as Juntas de Freguesias e com a Assembleia Municipal, um Plano/ Programa operacional a favor da mobilidade sustentada, a discutir amplamente com os actores e agentes económicos envolvidos e com as organizações representativas dos interesses dos cidadãos e, directamente, com os cidadãos;
- Coresponsabilizarmo-nos, política e financeiramente, com o governo central e restantes autarquias metropolitanas, na acção da Autoridade Metropolitana de Transportes, ao nível do planeamento, gestão e regulação do sistema de transportes metropolitano.

Defendemos, como objectivos estratégicos, os seguintes:

- Fomentar uma nova “Cultura de Mobilidade”;
- Favorecer as deslocações em modos “suaves”;
- Promover os Transportes Públicos e a sua utilização;
- Organizar, racionalizar e equilibrar volumes de tráfego na cidade;
- Gerir o estacionamento em função das áreas e usos urbanos.

### **Fomentar uma “Nova Cultura da Mobilidade”**

As questões de mobilidade e acessibilidade urbanas são uma prioridade absoluta deste mandato, pelo que assumimos a condução de um programa político em favor de uma mobilidade sustentada e, colocamos no centro da agenda política do governo da cidade esta importante questão.

Embora no conjunto da Área Metropolitana, o concelho de Lisboa detenha, em termos de repartição modal, a maior percentagem relativa de deslocações em transportes públicos, este peso tem vindo tendencialmente a reduzir-se e o congestionamento e qualidade de vida a piorar.



É preciso começar a agir e caminhar rapidamente para “Uma nova Cultura da Mobilidade”, convictos do especial papel que as crianças, os adolescentes e os jovens adultos de hoje terão na sua construção, agora e no futuro.

Para tal, há que desenvolver políticas de apoio à utilização do transporte público e a andar a pé pelas crianças e adolescentes, conquistar os jovens activos ou universitários para o uso do transporte público e desencorajar o uso do automóvel em situações onde existem alternativas atractivas.

Nos últimos anos houve uma alteração radical na forma como as nossas crianças e adolescentes se deslocam para as escolas. Hoje em dia é vulgar chegarem de automóvel ou em “transportes públicos paralelos” (serviços especiais, pagos bem caro), sendo necessário e urgente alterar esta situação e promover deslocações saudáveis e seguras. Neste sentido, propomo-nos:

- Apoiar escolas e associações de pais na elaboração de “Planos de acessibilidade às escolas” em parceria com outras instituições (Prevenção Rodoviária Portuguesa, Organizações Não-Governamentais) e com o Ministério da Educação;
- Negociar, com os operadores de transportes urbanos (Carris e Metro) e táxis, a criação de um regime de tarifas reduzidas para todo o período de escolaridade, como por exemplo: tarifas atractivas e sistemas flexíveis de títulos para mini-grupos de jovens, famílias, fins de semana, etc.; passes de 1-2 semanas; bilhetes com regresso de táxi;
- Iniciar campanhas de informação dirigidas ao grupo-alvo dos jovens, de preferência antes da aquisição do automóvel;
- Trabalhar com as Universidades e elaborar “Planos de Mobilidade e Deslocações” que contemplem: informação, melhorias do serviço de Transportes Públicos, incentivos para os utilizadores dos veículos de duas rodas, aderentes ao “Car-pooling” (veículos com vários ocupantes), possuidores de veículos a gás natural, etc.;
- Criar incentivos vários à utilização do transporte público: associação do passe Metro/Carris (Lisboa Viva) a hábitos de consumo dos mais jovens, através de medidas, a negociar, de descontos em cinemas, concertos, CDs, livros, etc.;
- Incentivar o aparecimento de empresas de “Car-sharing” (sistema em que os aderentes ao “clube” usam o carro e o deixam a um próximo), promovendo protocolos com entidades públicas com vista ao estabelecimento e implementação de iniciativas empresariais;
- O Controle da poluição ambiental e a monitorização da mobilidade, dos transportes e do estacionamento.

Assumimos o compromisso de respeitar as recomendações da conferência de Quioto e adoptar medidas firmes que conduzam à progressiva redução dos níveis de poluição ambiental, pelo que nos propomos:

- Fixar em todas as encomendas de veículos da Câmara uma quota mínima de veículos de poluição reduzida e incentivar todos os operadores de transportes, entidades públicas e privadas a seguir este caminho nas novas aquisições de veículos;
- Fazer cumprir a nova legislação de acesso fácil a todos os transportes públicos e respeitar os mesmos princípios na frota camarária;
- Monitorizar os níveis de poluição (atmosférica e de ruído) na cidade, avaliando os resultados das políticas que vamos implementar na gestão das circulações e estacionamento e na promoção das deslocações em transportes públicos, a pé, em modos “suaves”;
- Monitorizar o cumprimento das regras de estacionamento e a ocupação abusiva dos passeios, assim como as taxas de rotação.

### **A comunicação com os cidadãos - observar, ouvir, corrigir**

Os inquéritos mostram que muitas pessoas não utilizam os transportes públicos porque não têm informação. Por esse motivo, temos que comunicar com os potenciais utentes, quer para conhecermos as suas necessidades, quer para adaptar os serviços e para transmitir a “informação útil, no momento certo”.

Esta política de informação passa por:

- Difundir informação aos cidadãos e visitantes sobre todos os aspectos da oferta de transportes públicos e da acessibilidade;
- Realizar inquéritos aos utilizadores da cidade sobre a qualidade dos espaços públicos e dos serviços de transportes públicos;
- Criar Lojas de Mobilidade (sinónimo da “loja do cidadão”, no domínio da mobilidade), com “call center”;
- Disponibilizar informação em “tempo real”, através da Internet, para uso das pessoas (em casa, no trabalho) mas, sobretudo, para uso de empresas, escolas, entidades públicas e privadas e para estar acessível nos veículos de transportes públicos e individuais.

### **O peão e a mobilidade local**

Em Lisboa, os peões têm dificuldades em andar nos passeios e muitas vezes são obrigados a andar na faixa de circulação dos veículos, por falta de espaço. Morrem mais pessoas, na cidade, por atropelamento, do que em acidentes dentro de veículos! Um terço de pessoas que usam a rua e os transportes públicos têm mobilidade reduzida. Há que devolver a cidade ao peão e estabelecer compromissos a favor da melhoria das condições de mobilidade local para pessoas de mobilidade reduzida. A acção neste domínio passa por:

- Criar equipas móveis de requalificação do espaço público-melhorando condições para andar, garantindo segurança e qualidade “imediatas e permanentes”.
- Fazer no espaço público um desenho universal inclusivo, sem barreiras.

### **“Gestão da mobilidade”**

Lisboa é uma das poucas cidades europeias onde não se fala de “car-sharing”, “car-pooling”, gestão de mobilidade, utilização da bicicleta não recreativa. Pretendemos criar uma plataforma nacional e internacional para a mobilidade sustentada em Lisboa que seja uma plataforma ampla de diálogo, de cooperação com todo o tipo de agentes - universidades, empresas, Organizações não Governamentais (ONG's), nacionais e do mundo.

Há anos que se implementam esquemas de “gestão de mobilidade” em muitas cidades. Em alguns países, grandes empresas, entidades públicas e privadas, são obrigadas a ter um “Plano de Mobilidade e Deslocações”, onde se identifiquem as necessidades de transportes e se promova a utilização máxima de transportes públicos e não motorizados.

Muitos automóveis de uso pessoal, nas empresas e entidades públicas, podiam ser substituídos por “car sharing” (frotas comuns); as empresas e entidades públicas poderiam adquirir passes para os seus trabalhadores, com descontos de quantidade. Neste domínio há que:

- Estabelecer uma “carta de compromissos” com entidades públicas e empresas em torno de medidas a favor de uma mobilidade sustentada (Gestão de Mobilidade);
- Premiar as empresas com “Planos de Deslocações” apoiá-las na sua elaboração e incentivar as empresas de transportes a apoiar estes Planos.

### **Favorecer as deslocações em modos “suaves” (Peões, bicicletas e outros)**

Nunca é demais realçar a importância dos peões para o funcionamento saudável da cidade. O encontro com o “outro” é a pedra de toque da cidade democrática. Sem ele o cidadão isola-se, deixa de se sentir parte da “coisa pública” e deixa de participar em “causas comuns”. A cidade e a democracia empobrecem.

A cidade criativa precisa dos encontros fortuitos e lentos que só a marcha a pé permite. São os peões que asseguram a interação entre gerações, classes sociais e comunidades e são eles os “glóbulos vermelhos” da cidade. Quando deixam de percorrer e irrigar uma rua, ela degrada-se, torna-se insegura, quase morre.

Mais de 2/3 dos cidadãos de Lisboa não possuem automóvel e, destes, uma percentagem significativa são crianças e idosos. São precisamente estes que não conseguem lidar com o dia a dia do tráfego em Lisboa. A velocidade dos automóveis afugenta os peões e, sem peões, a velocidade dos automóveis aumenta.

Os acidentes rodoviários são a primeira causa de mortalidade entre as crianças. Morrem menos crianças hoje, só porque saem menos de casa e isto acontece com pesadas consequências - perda da autonomia e sociabilidade, degradação da saúde mental e física.

Impõe-se alterar este estado de coisas, apoiar os modos “suaves” de deslocação, adoptar medidas de segurança rodoviária, introduzir um desenho generalizado de melhoria de espaços e itinerários para peões. São as seguintes as acções prioritárias:

- Alargar os passeios / reduzindo a largura das faixas de rodagem;
- Favorecer a marcha a pé entre bairros com desenho urbano de qualidade; estudar e criar percursos pedonais de atravessamento da cidade;
- Fazer uma gestão da circulação através do desenho urbano, procurando pedonalizar algumas pequenas ruas nos bairros históricos e zonas comerciais;
- Introduzir de forma prioritária sinalética e iluminação de passagens de peões, passeios e percursos pedonais e eliminar obstáculos nos passeios (painéis publicitários, bocas de incêndio, sinalização de trânsito, protecção de obras, etc.);
- Eliminar progressivamente todo o estacionamento nos passeios;
- Implementar, gradualmente, Zonas 30 (velocidade max. 30km/h), em áreas residenciais;
- Dar prioridade aos peões sobre o automóvel, adaptando os tempos dos cruzamentos semaforizados e protegendo os atravessamentos dos grandes eixos;
- Aderir às recomendações dos inúmeros projectos europeus de segurança rodoviária escolar (ex: “schoolway”) e desenvolver com as escolas um programa - “Em Lisboa, para chegar à escola o caminho é bom e seguro” - que integre uma rede de percursos pedonais, cicláveis e de mini autocarros.

Do total das viagens realizadas pelos residentes, em Lisboa, 75% demoram menos de 30 minutos. Para alguns trajectos com menos de 8 km, ou superiores se usada em combinação com os transportes colectivos, a bicicleta deverá ser uma das apostas, ao serviço da acessibilidade de proximidade e da “cidade dos bairros”, o que significa:

- Promover o hábito de deslocação na vida diária, em bicicleta, assegurando, a sua circulação com segurança, em sítio próprio, ruas de Zonas 30, ou ruas mistas;
- Promover o uso da bicicleta associado ao lazer, criando condições de segurança, em toda a zona marginal ao rio, nos corredores e espaços “verdes” da cidade, nas avenidas principais com largos espaços ajardinados;
- Criar um programa (em articulação com os operadores) “Ao Domingo ande de bicicleta,” assegurando o seu transporte nos comboios de acesso a Lisboa, no Metro e barcos.

### **Promover a utilização dos transportes públicos**

Nos últimos anos a crescente multi-motorização (mais de um veículo automóvel por agregado) tem-se reflectido num agravamento progressivo dos fluxos de tráfego em Lisboa. Este facto tem como consequência uma crescente redução da procura nos transportes públicos e uma resposta dos operadores de transportes, que reduzem progressivamente a oferta, em termos de cobertura territorial e temporal. Ou seja, abandonam-se as linhas menos rentáveis, reduzem-se frequências e períodos de funcionamento, sobretudo, fora das horas de ponta e ao fim de semana.

Há que agir sobre esta espiral de degradação de serviço - aumento da redução da procura de Transporte Público / diminuição da oferta / aumento da necessidade do automóvel / aumento da taxa de motorização.

Estão em causa custos energéticos e ambientais insustentáveis, associados, entre outros, ao aumento acentuado do preço dos combustíveis petrolíferos e aos impactos graves sobre a saúde pública. Começam a ser ingeríveis os congestionamentos de tráfego e o consumo de espaço público pelo automóvel. Um governo responsável pela cidade tem obrigatoriamente que adoptar uma clara política a favor da utilização do Transporte Público e condicionadora da utilização do automóvel.

Não podemos aceitar que os dois operadores urbanos - Metro e Carris - continuem a fazer isoladamente o seu planeamento interno de redes e serviços.

Não alienaremos a nossa responsabilidade para com os munícipes de Lisboa e para com os dos concelhos envolventes que diariamente usam os transportes urbanos de Lisboa.

Queremos, por isso, ser parte activa, com a Autoridade Metropolitana de Transportes, no planeamento e regulação do sistema de transportes em Lisboa e na sua área metropolitana e conjugar os nossos objectivos com o governo central, accionista daquelas empresas de transporte público, por forma a:

- Incrementar a oferta de transportes públicos negociando de maneira pró-activa com todos os parceiros: Carris, Metro, CP, outros operadores;
- Avaliar a expansão da rede pesada de transportes e a introdução de modos de transporte de capacidade intermédia (metro ligeiro de superfície, eléctricos rápidos);
- Assegurar a articulação das redes de todos os modos: metropolitano, comboio suburbano, metro ligeiro (futuras linhas), autocarros estruturantes, eléctrico convencional.

Impõe-se intervir no desenvolvimento de estudos e na decisão sobre a evolução do sistema de transportes urbanos:

- no Plano de Expansão do metropolitano;
- na introdução de uma rede de metro ligeiro/eléctricos rápidos, a médio longo prazos na cidade de Lisboa;
- no estudo e implementação de linhas prioritárias desta rede e na sua concretização, com garantias de sustentabilidade económica e financeira.

Defendemos a introdução do Metro ligeiro/Eléctrico rápido, na cidade, por razões ambientais e de transportes, sendo necessário avaliar as soluções propostas por várias entidades, estudando a sua eficácia, em ligações estruturantes a efectuar, numa primeira fase, por autocarros, em linhas prioritárias.

Temos que conjugar o planeamento urbanístico com a reserva de espaços canais para esta futura rede.

Temos que clarificar - através de regras transparentes, a estabelecer junto dos promotores urbanos - a nossa intenção de integrar os custos destas infra-estruturas e do sistema de transportes na avaliação do investimento e nos pressupostos do “project/finance” dos seus empreendimentos imobiliários.

É, também, da maior importância, melhorar a cadeia de ligações entre os transportes suburbanos e urbanos, as interfaces e a intermodalidade, pelo que nos propomos desenvolver as seguintes linhas de actuação:

- Contribuir com estudos próprios e em conjugação com os operadores de transporte e a Autoridade Metropolitana de Transportes, para o Plano Director das Infra-estruturas de Transportes Metropolitanas, previsto no Plano Regional de Ordenamento do Território - PROT-AML;
- Promover, na Autoridade Metropolitana de Transportes, a integração alargada das tarifas (bilhetes e passes) a preços atractivos, para utilização em qualquer modo de transporte e em todos os operadores, bem como a coordenação de horários nas interfaces;
- Rever o desenho e ordenamento das interfaces de Lisboa, fazendo propostas de melhoria das condições de transbordo entre os vários modos de transporte, para os cidadãos em geral, e para as pessoas de mobilidade reduzida, em particular ex: St<sup>a</sup> Apolónia (em articulação com um Projecto de Renovação urbana e funcional do edifício e espaço público envolvente); Roma/Areeiro (optimizando a ligação entre o modo ferroviário e o metropolitano);
- Definir o modelo de planeamento, de concepção e de gestão integrada dos interfaces de transportes e fixar as responsabilidades de todas as entidades envolvidas - CML, Autoridade Metropolitana de Transportes, Rede Ferroviária Nacional, operadores e utilizadores;
- Rever e construir a interface de Alcântara e nó rodo-ferroviário, removendo de imediato o passadiço de ligação entre as estações de Alcântara-Terra/Alcântara-Mar, uma intrusão na paisagem urbana, sem utilidade;
- Aprofundar o estudo técnico de viabilidade da ligação entre a Linha de Cascais e a Linha de Cintura.

O serviço de autocarros e eléctricos urbanos da CARRIS não tem sido capaz de acompanhar a evolução do sistema de transportes pesado - metropolitano - nem a dinâmica de transformação urbana da cidade.

É assim que surgem novas urbanizações com milhares de fogos e os transportes urbanos são praticamente “invisíveis”. A rede não se altera, simplesmente prolongam-se carreiras para servir as novas zonas. Por isso, defendemos um novo conceito de serviço de transportes públicos urbanos que nos propomos implementar, em colaboração com a empresa e o governo central e que consiste na:

- Reestruturação da rede e oferta de autocarros urbanos garantindo diferentes tipologias de ligações e ampliando a sua cobertura espacial e temporal;
- Melhoria da velocidade comercial, fiabilidade, regularidade e segurança do serviço de autocarros urbanos e eléctricos.

- Criação de ofertas de transporte público não convencionais e selectivas por exemplo, em bairros históricos ou em resposta a necessidades específicas de determinados grupos;
- Promoção da vinda para a cidade em Transporte Público no quadro de uma estratégia conjugada com a Autoridade Metropolitana de Transportes e municípios metropolitanos.

A implementação neste novo conceito de serviços transportes públicos urbanos passa por concretizar um conjunto de acções de que se destacam:

- Negociar padrões mínimos de oferta para os transportes públicos urbanos: durante o dia; à noite (20.00h a 24.00h); aos fins-de-semana;
- Aplicar critérios de implantação de corredores BUS e assegurar a continuidade dos eixos prioritários existente;
- Expandir, em cruzamentos semaforizados, os dispositivos de prioridade - BUS e Táxis;
- Criar em articulação com a Carris novos serviços de mini-buses, em veículos não poluentes, em áreas residenciais;
- Implementar, com as empresas de táxis, um programa de apoio às deslocações dos idosos e pessoas de mobilidade reduzida - o táxi social gratuito para idosos - que progressivamente dê outra amplitude, flexibilidade e eficácia ao actual serviço "Porta-a-Porta".

### **Organizar, racionalizar e equilibrar volumes de tráfego na cidade**

A malha viária principal da cidade (vias rápidas urbanas) e de segundo nível (vias e avenidas principais de ligação entre grandes zonas), definida em PDM e executada em grande parte até 1998, oferece uma acessibilidade não optimizada.

Se, por um lado, a malha não está ainda fechada, faltando completar algumas vias, troços e nós fundamentais, por outro, está sub-utilizada, por estas razões e porque os cidadãos não "conhecem o caminho", ou seja, não sabem orientar-se e escolher os percursos mais adequados entre o ponto de partida e de chegada que pretendem.

Está ainda sub-utilizada porque o actual sistema de gestão do tráfego (semáforos) e o desenho de nós e intersecções continua a privilegiar a penetração, através de ligações radiais, em desfavor das ligações transversais.



Como principal consequência, toda a cidade é atravessada por tráfegos indesejáveis: tráfego de atravessamento que não se destina a Lisboa; tráfego de atravessamento, entre as diferentes zonas da cidade; tráfego de atravessamento, pelo meio dos bairros, fugindo aos congestionamentos viários.

Para corrigir estes problemas é necessário:

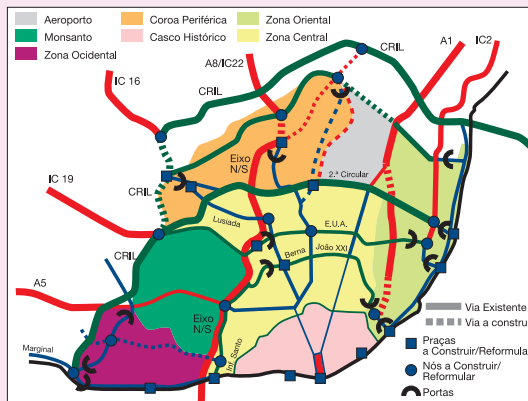
- Fechar a malha viária estruturante: completar vias, troços e nós em falta;
- Tornar legível a malha rectangular da rede viária a cidade, adequando itinerários e percursos às origens e destinos das deslocações;
- Definir a função das diferentes vias urbanas, adequando velocidade e fluidez de circulação;
- Requalificar eixos e praças em função das áreas urbanas onde se inserem;
- Retirar o tráfego de atravessamento da cidade e entre zonas da cidade: eixo histórico, área central, bairros.

A concretização da rede estruturante metropolitana pressupõe: o fecho da CRIL; a ligação desta via ao Eixo N/S, o Nó deste eixo com a Av. Padre Cruz, o reperfilamento da ligação ao Nó de Odivelas. No que se refere à CRIL, propomo-nos apoiar o Governo (EPE), CMA, Juntas de Freguesia e moradores de Lisboa e da Amadora, na obtenção de uma solução consensual sobre o Projecto. Para além disso, há que melhorar a ligação da A5 ao Eixo N/S (sentido Norte) estudando a reformulação do Nó da Pimenteira.

À escala da cidade, é necessário: concluir a ligação Olaias/Gualdim Pais e Inf. D. Henrique; aprovar o Projecto de Execução e lançar a obra de desnivelamento rodoviário - ferroviário e a interface de transportes em Alcântara (retirando os viadutos metálicos); projectar e lançar a obra do Nó de Calvanas e estudar a ligação ao Campo Grande através da avaliação urbanística do projecto existente para um novo eixo urbano estruturante em Lisboa.

Haverá ainda, que estruturar e projectar os corredores urbanos das Circular Exterior e Interior de Lisboa, a ligação Alameda do Alto do Lumiar /Campo Grande, reavaliar o projecto da via da Meia Encosta e desenvolver projectos urbanísticos de requalificação das praças de Sete Rios e Praça de Espanha.

## Conceito de Malha Viária Estruturante



### Racionalizar e distribuir as circulações

Queremos uma cidade legível, segura e qualificada. Por isso, propomo-nos implementar um sistema de sinalização - códigos de cores e marcos / "portas" - que referencie a entrada e a passagem nas diferentes zonas da cidade, articulado com uma diferenciação do reordenamento e arranjo exterior/paisagístico do "espaço canal" - que requalifique estes espaços e ao mesmo tempo traduza a hierarquia e função das vias, induzindo, igualmente, comportamentos e velocidades de circulação distintas. Fazer o remate desses pontos de identificação, sempre que possível, através de praças urbanas.

O cidadão deverá reconhecer, percorrendo a rede viária e através do desenho urbano, o seu espaço de circulação e estacionamento e o dos outros utilizadores - transportes públicos, peões, bicicletas.

Este é um conceito a lançar no actual mandato e a concretizar gradualmente, no médio/longo prazo.

É necessário estabelecer os níveis de acessibilidade para automóveis e circulação, no centro histórico, na área central, nos bairros históricos e modernos e para tal desenvolver as seguintes acções prioritárias:

- Tornar clara a política de circulação (gestão) e redistribuir o espaço público nas diferentes zonas;
- Libertar o Eixo e Centro históricos - Av da Liberdade e Baixa Pombalina - de tráfego de atravessamento, privilegiando a circulação do transporte público e dos peões;
- Continuar a política de "fecho" dos bairros históricos;

- Rever o sistema de gestão da circulação, restringindo os tráfegos de atravessamento e favorecendo deslocações em TP e pedonais, nos bairros residenciais com forte actividade comercial;
- Introduzir, progressivamente, medidas de acalmia de tráfego, ruas mistas de peões/automóveis, nos bairros residenciais autónomos - ex: Encarnação, Restelo, Madre de Deus.

### **Organizar a micro logística urbana**

A distribuição de bens e mercadorias é uma actividade essencial da economia urbana. Mal resolvida em muitos países, exige uma resposta que não se limite a “regulamentar cargas e descargas”.

A organização de uma cadeia de logística e micro-logística, para o abastecimento urbano, pode ter reflexos muito positivos na diminuição do tráfego de veículos pesados nas ruas da cidade, com melhoria da qualidade de vida - do ar que respiramos, do ruído e até da trepidação nos edifícios. Paralelamente, a racionalização do abastecimento, nas zonas comerciais de rua, diminui custos de transporte com benefício para os comerciantes.

Neste âmbito, destacamos os seguintes eixos de actuação:

- Iniciar, à escala da cidade de Lisboa, um processo de trabalho com as associações de comerciantes (por zonas) e operadores logísticos, no sentido da criação progressiva de uma rede de infra-estruturas para organização da micro-logística do abastecimento urbano, através de Projectos-Piloto, por ex: Baixa e Portas de Stº Antão;
- Regular as cargas e descargas, com especial enfoque no transporte de mercadorias em veículos pesados.

### **Gerir o estacionamento em função das áreas e usos urbanos**

A política de estacionamento é um dos instrumentos fundamentais de gestão e controle da circulação automóvel na cidade e, por isso, as opções que a determinam têm que ser coerentes com os objectivos de requalificação urbana e ambientais pretendidos para a cidade como um todo.

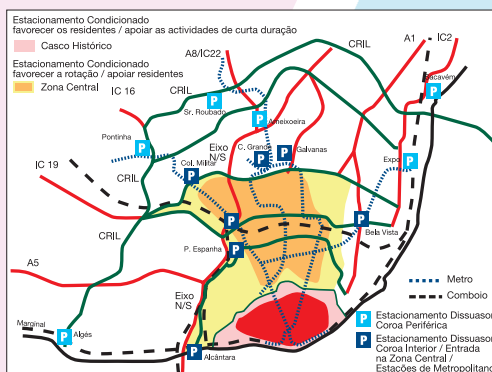
A política seguida nos últimos anos, com excepção das medidas adoptadas nos bairros históricos, não tem servido estes objectivos. Continua a ser fácil estacionar ilegalmente, mesmo nas áreas mais centrais, e a gestão das zonas tarifadas, implementada desde 1995, degradou-se e perdeu eficácia e credibilidade. Permite-se de forma generalizada o estacionamento em dupla fila e o estacionamento em cima dos passeios.

Não se efectivou uma política de estacionamento dirigida aos residentes e ajustada às características urbanísticas das diferentes áreas (usos e disponibilidade de espaço). Não se definiram parâmetros estreitos, de contenção da oferta (nº máximo de lugares/fogo) em novas edificações

Propomo-nos adoptar uma política activa que permita melhorar a qualidade de vida de Lisboa, reduzindo a entrada de automóveis no interior da cidade, restringindo a oferta de estacionamento de longa duração nas áreas, avenidas e ruas, com forte actividade terciária e comercial, encorajando o uso dos transportes públicos o que implica:

- Criar uma rede de parques dissuasores na coroa exterior de Lisboa (ocidental, norte e oriental), junto aos nós dos principais eixos de transportes e potenciar - no quadro de uma estratégia negocial com os concessionários - a capacidade, como dissuasores, de parques já existentes, nesta coroa, junto a interfaces de transportes - Gare do Oriente e envolvente; Campo Grande/ Estádio de Alvalade, Colégio Militar; Sete Rios, Praça de Espanha;
- Estabelecer parcerias com os municípios vizinhos e a Autoridade Metropolitana de Transportes, para ampliação da capacidade de parques dissuasores existentes na coroa periférica envolvente de Lisboa, - Sr. Roubado, Algés, Pontinha, Sacavém e outros;
- Promover tarifas vantajosas e combinadas, nomeadamente, com a utilização do Lisboa Viva;
- Promover a oferta e a aquisição de bolsas de lugares, para entidades públicas ou empresas que estabeleçam “cartas de compromisso” em favor da gestão da mobilidade que incentive os trabalhadores a deixarem os automóveis às portas da cidade.

## Conceito da política de estacionamento



A falta de estacionamento dos residentes e o excesso de automóveis na via pública e passeios é um dos factores que mais degrada a urbanidade e vivência da cidade, sendo urgente alterar esta situação e resolver as necessidades dos moradores de Lisboa, pelo que adoptaremos as seguintes medidas:

- Articular a previsão, dimensionamento e construção de novos parques públicos, nas diversas coroas e áreas urbanas da cidade, em função, dos défices de estacionamento, das medidas de restrição da circulação automóvel e das medidas de reforço da oferta e qualidade do sistema de TP, a implementar, de forma integrada;
- Criar estacionamento de média duração, em parques a preços mais baixos que na via pública;
- Gerir a oferta, nas áreas históricas, libertando gradualmente a via pública de estacionamento, através da progressiva limitação da circulação automóvel e da sua substituição por serviços de TP com elevadas frequências e da construção de pequenos parques para residentes;
- Criar bolsas com lugares de estacionamento gratuitos para duas rodas (motociclos e bicicletas), em toda a cidade e junto às interfaces de transportes públicos;
- Reanalisar o sistema de tarifação das áreas sob gestão da EMEL e pôr a funcionar o sistema com as correcções necessárias;
- Alargar as zonas tarifadas a outras áreas da cidade com grande intensidade de tráfego e restrições de espaço, articulando estas acções com a vontade política de manter a vitalidade comercial das várias áreas da cidade;
- Criar mais estacionamento para os residentes, em parques públicos já existentes, estabelecendo acordos com concessionários, sobre tarifas preferenciais, horários e segurança e através de um Programa acelerado de construção de parques para venda de lugares, envolvendo a EMEL e as associações de residentes.

Queremos reconduzir a EMEL aos objectivos de política aqui traçados, ultrapassando a presente situação de ineficiência técnica e financeira e de descredibilização da sua acção fiscalizadora. Propomo-nos, também, clarificar o estatuto de cada uma das entidades fiscalizadoras - EMEL, Polícia Municipal e PSP - para todo o espaço público e não só relativamente às células de estacionamento.

Lisboa, Setembro de 2005

**[www.mudarlisboa.com](http://www.mudarlisboa.com)**

**MUDAR LISBOA!**

